

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

JOSÉ MARIA JUSTO

**O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS POR ESTUDANTES
DO ENSINO SUPERIOR: QUAIS FATORES ESTÃO ASSOCIADOS A
ESSA PRÁTICA?**

VITÓRIA
2018

JOSÉ MARIA JUSTO

**O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS POR ESTUDANTES
DO ENSINO SUPERIOR: QUAIS FATORES ESTÃO ASSOCIADOS A
ESSA PRÁTICA?**

Dissertação de Mestrado apresentado à linha de pesquisa História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito inicial à obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do Professor Dr. Edson Pantaleão Alves.

VITÓRIA
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

J96c Justo, José Maria, 1970-
O consumo de substâncias psicoativas por estudantes do ensino superior : quais fatores estão associados a essa prática / José Maria Justo. – 2018.
312 f. : il.

Orientador: Edson Pantaleão Alves.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Drogas. 2. Educação. 3. Ensino superior. I. Alves, Edson Pantaleão. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

Elaborado por Clóvis José Ribeiro Junior – CRB-6 ES-000383/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ MARIA JUSTO

O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS POR ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: QUAIS FATORES ESTÃO ASSOCIADOS A ESSA PRÁTICA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 28 de junho de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Doutor Edson Pantaleão Alves
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Hiran Pinel
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Jair Ronchi Filho
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Edson Maciel Peixoto
Instituto Federal do Espírito Santo

Aos que buscam promover uma educação crítica e reflexiva e que, para isso, precisam ser críticos reflexivos e com posições claras.

Ao meu orientador e a todos os outros com quem convivi durante esta jornada.

À minha mãe, responsável direta pelo estímulo à escolarização de todos os seus cinco filhos.

À minha família, meus pais, meus irmãos, minha filha, mas principalmente àquela que me faz crescer sempre: minha esposa amada.

AGRADECIMENTOS

A toda a comunidade escolar do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) *campus* Cachoeiro de Itapemirim, em especial o seu diretor geral, professor doutor Edson Maciel Peixoto e o diretor de Ensino Flávio Palhano e a toda a equipe de docentes e coordenadores de cursos com os quais fizemos parceria para a concretização desse trabalho.

Ao meu grande amigo Ronald (bibliotecário do *campus*), pela ajuda imprescindível em todas as etapas da coleta de dados que subsidiaram esta pesquisa.

Ao meu orientador, professor doutor Edson Pantaleão, pela paciência diante das dificuldades, em especial àquelas relativas à minha falta de tempo, para dedicar-me mais a este trabalho.

A todos os meus colegas de turma, em especial aos do G7, Rayner, Karolyne, Nelma, Rosalba, Ellis Regina, e à grande amiga Silvani, minha companheira de estrada ao longo deste percurso.

À minha equipe de trabalho, em especial ao prefeito da minha cidade, Sérgio Fonseca, pela compreensão e pela paciência nesses dois últimos anos.

Agradeço à maior de todas, Rosângela Maria Justo, minha esposa, responsável direta de cada vitória.

RESUMO

Este trabalho problematiza o uso de substâncias psicoativas por estudantes do ensino superior, sejam, ou não, legalmente permitidas, sejam, ou não, prescritas por profissionais de saúde. O objetivo central do estudo é discutir quais os aspectos intra e extraescolares que interferem direta ou indiretamente na adesão à prática. Para isso, essa pesquisa assume natureza qualitativa, de caráter exploratório e com características de estudo de caso. Para a coleta de dados, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas e realizadas entrevistas semiestruturadas. O campo empírico para a execução da pesquisa foi o Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim, os sujeitos do estudo foram os acadêmicos matriculados na modalidade presencial nos cursos de Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica, Sistemas de Informação e licenciatura em Matemática. Como balizamento teórico para essa questão, recorreremos aos conceitos e teses defendidos por Norbert Elias, para que, por meio deles, pudéssemos propor uma abordagem crítica a respeito do uso de substâncias psicoativas por estudantes do ensino superior que esperam, com essa prática, obter melhores resultados acadêmicos. Ao final deste estudo foi possível indicar que o uso de substâncias psicoativas para fins de melhoria do desempenho escolar é uma prática comum no âmbito acadêmico e que as pressões sofridas pelos estudantes, sejam elas relativas aos processos pedagógicos e/ou avaliativos presentes no cotidiano universitário, sejam elas causadas pelo modelo de sociedade em que vivemos essa baseada na premissa de que a satisfação pessoal está intimamente ligada ao reconhecimento social, que só é factível por meio da melhoria da *performance*, são os principais aspectos que induzem o universitário do Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim a recorrer ao uso de drogas psicotrópicas.

Palavras-chave: Consumo de substâncias psicoativas. Melhoria dos resultados acadêmicos. Interdependência, indivíduo e sociedade. Ensino superior.

ABSTRACT

This work problematizes the use of psychoactive substances by students of higher education, whether they are legally permitted or not, whether prescribed or not by health professionals. The main objective of the study is to discuss which internal and extracurricular aspects interfere directly or indirectly in practice. For this, we did a qualitative research, with exploratory character and case study characteristics. For data search, questionnaires were applied with open and closed questions and semi-structured interviews were conducted. The empirical field for the execution of the research was the Ifes campus Cachoeiro de Itapemirim, the public searched were the academics enrolled in the face-to-face modality in the courses of Mining Engineering, Mechanical Engineering, Information Systems and math course students. As theoretical study for this question, we turn to the concepts and theses defended by Norbert Elias, so that from these we could propose a critical approach regarding the use of psychoactive substances by students of higher education who hope with this practice to obtain better academic results. At the end of our study, we conclude that the use of psychoactive substances for the purpose of improving school performance is an ordinary practice in the academic field, and that the pressures undergone by students, be they related to the pedagogical and / or evaluative processes present in the daily life of the university, whether they come from the model of society in which we live, based on the premise that personal satisfaction is closely linked to social recognition, and this, it is only possible to realize from the improvement of performance, are the main aspects that interfere in the decision of the university student of Ifes campus Cachoeiro de Itapemirim to resort to the use of psychotropic drugs.

Keywords: Use of psychoactive substances. Improving academic results. Individual and society interdependence. Higher education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuições das produções acadêmicas que tratavam do tema que foram utilizadas na pesquisa.....	19
Tabela 02 – Distribuição dos alunos que responderam ao questionário por gênero.....	62
Tabela 03 - Distribuição dos alunos que responderam ao questionário por faixa etária.....	63
Tabela 04 – Distribuição dos alunos quanto a raça autodeclarada.....	63
Tabela 05 - Distribuição dos alunos quanto renda per capita informada.....	65
Tabela 06 - Distribuição dos alunos por modalidade de acesso.....	67
Tabela 07 - Distribuição por período letivo matriculado.....	69
Tabela 08 - Proporção de Universitários que conhecem o tema.....	72
Tabela 09 - Distribuição dos alunos por consumo.....	72
Tabela 10 - Frequência em que os alunos recorrem ao uso da medicação.....	73
Tabela 11 - Proporção de estudantes que consomem álcool.....	76
Tabela 12 - Frequência em que os alunos recorrem ao consumo de álcool.....	76

LISTA DE SIGLAS

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

Ifes – Instituto Federal do Espírito Santo

Mg – Miligramas

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Sisu – Sistema Unificado de Seleção

SNC – Sistema Nervoso Central

TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
OBJETIVO GERAL	16
Objetivos específicos	16
A BUSCA POR PESQUISAS QUE ABORDAM A TEMÁTICA	18
O que dizem as pesquisas encontradas	20
OS CONCEITOS ELIASIANOS EXPLORADOS NA DISCUSSÃO DA TEMÁTICA	24
Interdependência e figuração	26
Vergonha e embaraço	28
1A FARMACOLOGIA DAS DROGAS PSICOATIVAS	32
1.1 SUBSTÂNCIAS ESTIMULANTES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL	35
2 DIALOGANDO METODOLOGICAMENTE COM A TEMÁTICA	41
3 O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: O QUE NOS APONTA O QUESTIONÁRIO	57
3.1 QUEM SÃO OS ACADÊMICOS MATRICULADOS NO IFES <i>CAMPUS</i> CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM?	60
3.2 AS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E OS ACADÊMICOS DO IFES <i>CAMPUS</i> CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	69
4 O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: QUAIS FATORES ESTÃO ASSOCIADOS A ESSA PRÁTICA?	70
4.1 UM MODELO DE SOCIEDADE BASEADO NA PREMISSE DE QUE O SUCESSO PESSOAL DEPENDE EXCLUSIVAMENTE DO DESEMPENHO INDIVIDUAL E PODE INFLUENCIAR NA DECISÃO PELO USO DE DROGAS PSICOESTIMULANTES PARA FINS DE MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO	79
4.2 O MODELO DE AVALIAÇÃO TRADICIONALMENTE UTILIZADO PODE, OU NÃO, INFLUENCIAR NO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS, LÍCITAS OU ILÍCITAS, COM OU SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA, ENTRE OS ACADÊMICOS DO IFES <i>CAMPUS</i> CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM?	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE I: PROPOSTA DE ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO	106
APÊNDICE II: ROTEIRO DE ENTREVISTA	112
APÊNDICE III: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	113

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, tomamos como objeto de análise o consumo de substâncias psicotrópicas por estudantes do ensino superior, focalizando os aspectos que interferem na decisão dos universitários sobre adesão ao uso dessas drogas na intenção de obter melhores resultados acadêmicos.

Nesta fase introdutória, ocupamo-nos em trazer uma breve contextualização da nossa pesquisa. Desse modo, apresentamos o foco de nosso trabalho, destacando o processo pelo qual chegamos ao tema de estudo e evidenciando a “direção” que assumimos na construção desta pesquisa, bem como a relevância da temática em tela para o campo das ciências da educação.

O interesse em torno dessa questão emergiu especialmente após o início do curso de mestrado em Educação, pela linha de pesquisa “História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE-UFES) em 2016, quando vislumbrávamos a possibilidade de desenvolver um estudo que articulasse conhecimentos e saberes produzidos no campo da saúde e da educação. E isso se deu quando nos vinculamos ao grupo de pesquisa “Políticas, gestão e inclusão escolar: contextos e processos sociais”, que vem desenvolvendo estudos e associando o trabalho de pesquisadores brasileiros e mexicanos.

Ao considerar que tenho formação acadêmica na área de saúde e, à época, desempenhava atividades nessa área em uma instituição de ensino, já no processo seletivo busquei propor um tema que me permitisse a articulação entre ambas as áreas de conhecimento, atentando principalmente para o fato de que, em meu espaço de trabalho, ouvia comentários sobre casos de alunos do *Ifescampus* Cachoeiro de Itapemirim que aderiam ao uso de medicamentos para fins de melhoria de seu desempenho escolar.

Além disso, em virtude de um ideário pessoal, sempre busquei, nos espaços sociais que ocupava discutir as contradições do modelo de sociedade em que vivemos e debater sobre uma prática que poderia ser tensionada pelas premissas desse modelo de sociedade me pareceu oportuna para o que pretendia realizar em um estudo de mestrado na área educacional.

Em um primeiro momento, pode parecer estranha a associação desse tripé, (articular duas áreas de conhecimento saúde e educação, o uso de drogas por estudantes do ensino superior e as contradições do modelo de sociedade em que vivemos), no entanto, durante a leitura deste texto, será possível que o leitor perceba que essas questões estão presentes em todo o trabalho e se inter-relacionam a todo momento.

À vistadisso, constituímos, naquele momento, uma ideia geral do caminho a ser dado a nossa pesquisa: Estudariamos, portanto, o consumo de drogas por alunos do ensino superior e, com base nessa prática, discutiríamos o modelo de sociedade em que vivemos com um viés que fosse do interesse do campo da educação.

Uma vez que já havíamos definido, em termos gerais, o que iríamos estudar durante a realização do mestrado, vimos, no tema escolhido, a oportunidade de apresentar à comunidade acadêmica um trabalho que poderia contribuir na problematização de uma prática, que como veremos, é tão presente no dia a dia escolar, mas ainda cercado de tabus e pouco estudado no campo da educação. Isso nos motivou ainda mais no investimento desta pesquisa.

Ademais, importa destacar (e reiterar) que nosso empenho em realizar este estudo guarda estreita vinculação com a trajetória pessoal e profissional em que me constituí como trabalhador na área da saúde.

No intuito de tratar um pouco do meu percurso acadêmico até este momento, cabe evidenciar que, não diferente de um grande número de adultos, por questões diversas, sou um daqueles que tiveram acesso à academia tardiamente. Concluí a minha graduação em Enfermagem no fim de 2008, já com 38 anos de idade. De janeiro do ano seguinte até fevereiro de 2012, atuei na Gestão Pública Municipal como secretário de Saúde no município de Jerônimo Monteiro - ES, onde resido desde 2004, quando para lá fui em virtude de aprovação em concurso público, deixando a cidade de Vitória, onde residi por mais de 25 anos.

Desde fevereiro de 2012, após a aprovação em concurso público, atuei no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) *campus* Cachoeiro de Itapemirim. Lá exerci, durante quase seis anos, atividades de assistência em saúde ao aluno, além de atuar na gestão como coordenador geral de Assistência à Comunidade. Nessa função, fui responsável pelos setores que prestavam atendimento a toda a comunidade escolar, mas que não

estavam ligados diretamente ao ensino, como Biblioteca, Assistência à Saúde, Serviço Social e Psicologia. Além disso, atuei nessa mesma instituição como coordenador geral de Ensino e diretor de Ensino durante períodos de férias dos titulares desses cargos.

No que diz respeito à minha docência, atuei como professor em cursos técnicos, de especialização, de qualificação, todos na área de saúde, ofertados por instituições privadas. No âmbito do serviço público, ministrei aulas no próprio Ifes, nos *campi* Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Atualmente, depois de ter sido cedido formalmente à Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro, exerço, pela segunda vez, desde o dia 1.º de fevereiro de 2017, a função de secretário de Saúde dessa cidade.

Devido a minha militância política, há algum tempo buscava inserir-me num espaço acadêmico que me qualificasse para as discussões e debates relacionados às contradições e às desigualdades produzidas pelo modelo de sociedade em que vivemos.

Desse modo, ao consultar as literaturas indicadas pelo PPGE para a realização de seus processos seletivos, percebi que a maioria delas estava afinada com as minhas ideias, o que me permitia entender e discutir melhor a sociedade em que vivemos. Iniciei a leitura e o estudo dessas obras e, com isso, dei um importante passo para me preparar para o mestrado oferecido pelo PPGE. Preparei-me por mais ou menos dois anos e, em 2015, fui aprovado na linha de História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais, o que ocasionou o início do mestrado em 2016.

Até aqui é possível observar que as figurações nas quais me inseri nos últimos anos me proporcionaram a oportunidade de trabalhar um tema que tem relação muito próxima com a minha atuação acadêmica e profissional e simultaneamente de contribuir no campo da educação, discutindo uma temática que ainda se caracteriza pela naturalidade que é tratada empiricamente, porém pouco estudada teoricamente.

No esforço de não perdermos o foco do que mais nos interessa em nossa pesquisa, não nos deixamos atravessar por questões relacionadas aos aspectos morais ou legais presentes no uso de substâncias psicoativas. Pretendemos, sim, debater a respeito das nuances presentes nessa problemática, as quais, direta ou indiretamente, interessam ao campo da educação.

Em contrapartida, questões inerentes à saúde pública, tais como efeitos colaterais, dependência química, entre outros, não serão discutidas neste estudo, já que dizem respeito muito mais ao campo da saúde e, se o fizéssemos, tornaríamos nosso texto demasiado extenso, correndo o risco de perdermos o foco de discussão, sobretudo em decorrência da importância dessas questões.

Além disso, nosso distanciamento das questões apontadas acima teve por finalidade proporcionar um ambiente o mais livre possível de melindres e constrangimento para os estudantes que participaram do estudo, pois entendemos ser condição sem a qual não teria sido possível explorar o tema como foi possível fazê-lo.

Nesse sentido, buscamos, durante todo o processo de construção deste trabalho, manter o foco do que mais nos interessava: discutir tanto as questões sociais e pedagógicas e/ou curriculares que perpassam o consumo de drogas psicoativas por alunos do ensino superior quanto o papel das ciências da educação nesse contexto.

Nesse sentido, estabelecemos como delineamentos para a construção desta pesquisa as seguintes diretrizes:

- O estudo seria feito com alunos matriculados no ensino superior; o trabalho não se restringiria ao uso cloridrato de metilfenidato (Ritalina) e teria de abranger outras drogas psicoestimulantes, fossem lícitas ou ilícitas, com ou sem prescrição médica; e a investigação teria de abordar aspectos de interesse da área da educação.
- A pesquisa deveria focar as nuances intra e extraescolares que, de alguma forma, influenciassem, direta ou indiretamente, na decisão do aluno sobre o uso dessas substâncias, fosse essa decisão baseada, ou não, na indicação médica, fossem essas substâncias lícitas ou ilícitas.
- O referencial teórico a ser utilizado para o balizamento do estudo assumiria a perspectiva da Sociologia Figuracional, elaborada por Norbert Elias.

OBJETIVO GERAL

A pesquisa realizada teve por objetivo geral analisar aspectos dos fenômenos sociais e curriculares que podem interferir na decisão dos estudantes do ensino superior quanto à adesão ao uso de substâncias psicotrópicas para fins de melhoria da *performance* acadêmica.

Objetivos específicos

No intuito de tentar atender a essa proposição, delimitamos os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre aspectos farmacológicos relativos às substâncias psicotrópicas, abordando a farmacodinâmica das drogas consumidas pelos alunos do Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim.
- Identificar, com os universitários do Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim, qual o nível de conhecimento deles acerca do tema, qual a proporção de adesão à prática e quais as substâncias utilizadas.
- Analisar fatores escolares e curriculares, bem como fatores sociais que podem estar associados à prática do consumo de substâncias psicotrópicas.

Com base nos objetivos, discutiremos os dados coletados apoiando-nos nas seguintes premissas e categorias de análise:

- Um modelo de sociedade baseado na premissa de que o sucesso pessoal depende exclusivamente do desempenho individual pode influenciar na decisão pelo uso de drogas psicoestimulantes para fins de melhoria do desempenho acadêmico?
- Até que ponto a busca por visibilidade social pode interferir nessa prática?
- De que forma a cultura acadêmica (por meio de seu projeto pedagógico) tenciona os aspectos problematizados neste estudo ou é tencionada por eles?

Com vistas a atendermos/respondermos a esses objetivos, assumimos a perspectiva eliasiana de que o social é concebido como um sistema de relações entre grupos e indivíduos interdependentes. Nossa investigação assumiu a natureza qualitativa delineada como estudo de caso e, para a sua concretização, adotamos, como

procedimentos para a coleta e produção de dados, a aplicação de forma presencial de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas individuais.

O campo empírico para a realização do trabalho foi o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) *campus* Cachoeiro de Itapemirim, constituindo-se como sujeitos de pesquisa alunos matriculados na modalidade presencial nos cursos de Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica, Sistemas de Informação e Licenciatura em Matemática. Todos são cursos superiores ofertados no âmbito dessa instituição.

A escolha dessa instituição para realizar a pesquisa ocorreu pela minha aproximação dela, já que, na ocasião da escolha do tema, nela atuava prestando assistência de enfermagem aos alunos da escola e (como destacamos), mesmo que de forma aleatória e pouco frequente, era questionado por alguns alunos acerca do uso de medicamentos que causavam efeitos neurológicos, sem que fossem abordadas as questões relacionadas à melhoria de desempenho acadêmico em razão do seu uso. Registramos imediatamente que, na maior parte das vezes (o que será observado nos resultados de nosso estudo), as questões ligadas à expectativa de melhoria do desempenho acadêmico pelo consumo de substâncias psicotrópicas são compartilhadas entre os próprios alunos.

Foi curioso e simultaneamente preocupante observar como que uma prática tão frequente e tratada até com certa naturalidade entre os estudantes (e os nossos resultados apontaram isso) e passa tão “despercebida” pela comunidade escolar. Conforme já apontado, durante boa parte do período em que estive na instituição, atuei ocupando espaços no âmbito da gestão do *campus*, ligado direta ou diretamente ao ensino, e o tema jamais foi pauta de qualquer debate, nem mesmo na construção dos instrumentos de gestão que como sabemos, subsidiam o planejamento das ações educativas a serem desenvolvidas por qualquer instituição de ensino.

O mais intrigante ainda é que, em sua maioria, os docentes da instituição com os quais tivemos contato devido à aplicação dos instrumentos para a coleta de dados conhecem e percebem que a prática do uso de substâncias psicoativas para fins de melhoria do desempenho escolar é comum entre seus alunos, porém, via de regra, não debatem o tema com os seus pares, tampouco com os próprios estudantes.

Por um lado, essa observação reforça ainda mais a relevância de problematizar a prática do uso de substâncias psicotrópicas por estudantes do ensino superior, por meio da

produção científica, tendo por meta colaborar na elaboração e na execução de políticas educacionais em âmbito institucional. Por outro lado, coloca-nos perante a necessidade de revisar a literatura que aborda essa questão. No próximo item, abordaremos questões trazidas pela literatura que podem ajudar-nos na aproximação ao tema que pesquisamos.

A BUSCA POR PESQUISAS QUE ABORDAM A TEMÁTICA

As produções científicas que discutem o uso de psicofármacos por estudantes que esperam com isso potencializar o seu desempenho cognitivo não são abundantes e, na grande maioria, foram publicadas por pesquisadores ligados às ciências da saúde.

Na busca por essas produções, acessamos inicialmente o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Nível Superior (CAPES), usando o descritor “O uso de drogas psicoestimulantes por estudantes”, mas não encontramos nenhum trabalho publicado. Esse fato por si só já sinalizou a relevância da nossa proposta de pesquisa para o campo da educação. Em seguida, usamos o descritor “Aprimoramento cognitivo farmacológico”, por meio do qual encontramos apenas um artigo publicado, em 2012, por Denize Barros e Francisco Ortega, no qual ambos os autores abordaram as representações sociais de estudantes em relação ao uso de ritalina para a melhoria do desempenho escolar.

Ainda na tentativa de encontrarmos pesquisas que abordassem a temática que nos propusemos a estudar, acessamos outros portais, como a Biblioteca Virtual em Saúde (Bireme) e o SciELO. Em ambos os bancos de dados, não obtivemos sucesso em nossa tentativa.

Com base nessas tentativas, decidimos trabalhar com vários descritores que, de alguma forma, pudessem abordar o uso de drogas psicoestimulantes por estudantes do ensino superior, entre os quais destacamos “drogas psicotrópicas”, “drogas psicoativas”, “ritalina”, “o uso de drogas por estudantes”. Por conseguinte, encontramos vários trabalhos que abordavam o tema “drogas” dos mais variados modos. Entre os trabalhos encontrados, selecionamos aqueles que estudavam essa prática entre estudantes.

Após essa exaustiva procura, que demandou a leitura dos resumos de um grande número de publicações, selecionamos 14 trabalhos que mais se aproximavam da temática que nos propusemos a pesquisar.

Abaixo apresentamos uma tabela, na qual relacionamos os trabalhos escolhidos com os respectivos títulos, autores e o enfoque. Essa medida visa facilitar a associação desses trabalhos com a abordagem que demos à nossa pesquisa. O critério utilizado para a escolha desses trabalhos foi a aproximação deles com o enfoque que demos à nossa pesquisa.

Outro aspecto que consideramos importante destacar é que alguns estudos escolhidos não tratam da drogadição de estudantes, mas abordam questões sociais e/ou acadêmicas que geram tensões, as quais poderiam interferir na decisão pelo uso de drogas (lícitas ou ilícitas).

Tabela 1 – Distribuições das produções acadêmicas que tratavam do tema e foram utilizadas na pesquisa

ANO	TÍTULO E AUTOR	ENFOQUE
2009	Aprimoramento Cognitivo Farmacológico Denize Borges Barros	Uso de ritalina por estudantes que querem melhorar o desempenho escolar.
1994	A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico Collares e Moysés	A influência da medicalização nos conflitos sociais no ambiente escolar.
2001	A Universidade no olho do furacão Paul Singer	A universidade numa sociedade baseada no individualismo e na competitividade.
2012	Uso de anfetaminas e substâncias relacionadas na sociedade contemporânea Carine Marcon e Colegas	O crescimento no consumo de drogas psicoestimulantes em todos os segmentos sociais.
2012	Para uma crítica da medicalização na educação Marisa Eugênio Melillo Meira	O excesso da medicalização na educação básica.
2015	Uso de psicoestimulantes por acadêmicos de medicina de uma universidade do sul de Minas Gerais Viviane Iunes Silveira e Colegas	Que drogas psicoestimulantes são as mais utilizadas por alunos do curso de medicina?
2011	A relação entre vida acadêmica e a motivação para aprender em universitários Acácia Aparecida Angeli dos Santos e Colegas	A dificuldade que os estudantes enfrentam no ambiente acadêmico.
2015	Fármacos para turbinar o cérebro, uso por quem pretende entrar na universidade Nilton Cesar Pasquini	O uso de psicoestimulantes por estudantes nos períodos que antecedem os exames seletivos universitários.

2008	Uso de substâncias psicoativas entre universitários de medicina da Universidade Federal do Espírito Santo Denis Soprani Pereira	A oscilação no uso de drogas psicoestimulante ao longo da graduação.
2012	Questões atuais no uso indiscriminado do metilfenidato Dálize Mayumi Shirakawa e Colegas	O excesso de prescrição de ritalina para estudantes da educação básica.
2015	O culto (in)quieto do eu eficaz Marcelo Nunes Sayão	A obsessão da melhoria da performance e a sua relação com a drogadição social.
2010	A ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas. Francisco Ortega	O uso da ritalina por estudantes que buscam melhoria intelectual e os discursos presentes nessa prática.
2008	Adaptação à universidade em jovens calouros Marco Antônio Pereira Teixeira e colegas	O impacto pelo qual passa o jovem estudante, ao trocar o ambiente escolar pelo ambiente universitário.
2016	La migración interna en estudiantes universitarios. ¿Un riesgo para el consumo de drogas? Betzaida Salas-García e Colegas	A relação entre a migração de estudantes universitários e o uso de drogas, sejam quais forem.

Fonte: CAPES, SciELO, BIREME e Google Acadêmico

O uso de drogas na perspectiva de que com isso se melhore a *performance* acadêmica, apesar de presente e do conhecimento da maioria da comunidade escolar, ainda é pouco debatido pela universidade, fator que inviabiliza o seu aparecimento na construção dos processos pedagógicos e das políticas públicas para a educação.

Nesse contexto em que há pouca produção científica publicada por pesquisadores ligados ao campo da educação, não causa estranhamento o fato de a comunidade escolar não inserir, em seus fóruns de discussão, o tema na proposição das políticas educacionais. Esse cenário, portanto, precisa ser mudado.

Nesse sentido, na produção deste trabalho, empenhamo-nos em contribuir na seleção/indicação de subsídios para a elaboração de políticas e/ou estratégias que visem discutir o tema no âmbito da educação. À vista disso, defendemos que o uso de substâncias psicoativas no âmbito da academia precisa ser contemplado nas macro e microdiscussões feitas no campo da educação.

E o conjunto de capítulos que compõem este trabalho evidenciam elementos em torno dessa perspectiva.

Uma vez que, conforme já apontamos, não teremos, neste texto, capítulos reservados para discutir a revisão de literatura e o referencial teórico, passaremos a apresentar alguns apontamentos acerca desses dois elementos que são estritamente necessários na construção de qualquer pesquisa e, em nosso texto, serão apresentados na introdução e nos dois capítulos que reservamos para analisar teoricamente os dados coletados dos questionários e das entrevistas.

O QUE DIZEM AS PESQUISAS ENCONTRADAS

No que tange à drogadição, Pasquini (2015) evidencia que, nos dias atuais, substâncias psicotrópicas¹, por alterarem modos de ser, viver e trabalhar, não são utilizadas prioritariamente para aliviar sofrimentos psíquicos e seu consumo atual se constitui numa estratégia para a melhoria da *performance* muito no intuito de atender às transformações ocorridas no modo de produção capitalista desde os últimos 30 anos do século 20. Para ele, a busca por destaque social tem-se tornado, cada vez mais, um vetor de estímulo para as prescrições farmacológicas para o uso recreativo e instrumental. Afirma ainda o autor que esse tipo de consumo atinge números cada vez maiores de pessoas no Brasil e no mundo, especialmente o daquelas substâncias que propagam a melhoria da produtividade.

Como vimos, vivemos numa sociedade na qual a competição e o desempenho máximo se tornaram referências, modelos, objetivos de vida que instam os sujeitos a uma procura inquieta e constante pelas promessas de felicidade representadas pelo bem-estar, pela saúde, pelo corpo perfeito, pelo consumo e por um ideal de sucesso que sintetiza todos esses aspectos. Com isso, o indivíduo contemporâneo passou a conduzir sua vida como se ela fosse uma empresa que, diante da concorrência com os demais, precisa de investimentos ativos e permanentes que possibilitem o sucesso e evitem o fracasso. (SAYÃO, 2014, p. 38).

O uso de substâncias psicoativas na contemporaneidade se faz, em grande parte, por universitários, empresários e profissionais da área de saúde. Se, no passado, o psicotrópico constituía essencialmente estratégia para operar um transe, nos dias de hoje essas substâncias podem estar associadas ao aumento de produtividade (escolar e profissional) e à crença de melhor sociabilidade ou de desempenho. Ademais, envolve elementos de ordem institucional, como saúde, educação, trabalho e economia. (SHIRAKAWA e TEJADA, 2012).

¹ Substâncias químicas que alteram as sensações neurológicas, produzindo seus efeitos desde o sistema nervoso central.

No que concerne ao consumo de substâncias que produzam efeitos neurológicos, Alves e Carneiro (2012) afirmam que essa prática está e sempre esteve presente nas diferentes culturas durante toda a história da humanidade. O homem, “[...] pela própria natureza, busca meios alternativos para aumentar a sensação de prazer e diminuir o desconforto e o sofrimento” (ALVES e CARNEIRO, 2012, p. 1). A fim de alcançar êxito nesse propósito, o usuário utiliza, muitas vezes de maneira indiscriminada, substâncias capazes de modificar o funcionamento do sistema nervoso, induzindo sensações corporais e estados psicológicos alterados. De acordo com a alteração provocada no sistema nervoso central, as drogas psicotrópicas podem ser classificadas como depressoras, estimulantes ou perturbadoras (ALVES e CARNEIRO, 2012).

As drogas psicoestimulantes, ou os neuroestimulantes, que são as que nos interessam em nosso estudo, atuam estimulando o sistema nervoso central (SNC) e, conseqüentemente, aumentando os níveis de concentração e o estado de vigília.

Essas drogas, resumidamente falando, estimulam o cérebro fazendo-o funcionar de forma mais dinâmica, colocando-o sob um estado de alerta acima dos níveis basais, causando, na maioria dos que a consomem, a sensação de euforia e bem-estar, com o conseqüente aumento da capacidade de trabalho. As anfetaminas, o êxtase e a cocaína são algumas dessas drogas que podem ser utilizadas por quem deseja ou necessita provocar esses efeitos em seus organismos.

A educação, assim como nos campos de conhecimento afiliados às ciências sociais, vem sendo medicalizada em grande velocidade, e, para Collares e Moysés (1994), o fracasso escolar e seu reverso, a aprendizagem, se destacam como objetos essenciais desse processo. A aprendizagem e a não aprendizagem sempre são consideradas algo individual, presente no aluno, e o docente não tem participação nem responsabilidade nesse processo. “[...] Aparentemente, o processo ensino-aprendizagem iria muito bem, não fossem os problemas existentes nos que aprendem”. (COLLARES e MOYSÉS, 1995, p. 26).

Nesse contexto, Brant e Carvalho (2012) afirmam que as drogas psicoestimulantes têm sido utilizadas para potencializar *performances* escolares e laborais. Para eles, sob a expectativa de alcançar elevados níveis de produtividade em curto prazo, com baixo custo e alta qualidade, elas são as justificativas apresentadas por quem quer alcançar o sucesso a qualquer custo.

Afirmam ainda:

A produção do ideal de ser protagonista em cenários de sucesso está articulada ao discurso de quietude depende, exclusivamente, da força de vontade do sujeito. Nas situações de dificuldades, desesperados por não corresponderem às elevadas expectativas, muitos são capturados por um outro discurso: a superação pode ser obtida por meio da aquisição de produtos de última geração. Esses produtos descartáveis são vendidos com a promessa de modularem desejos, elevarem a autoestima e proporcionarem a sensação de ganho de energia. (BRANT e CARVALHO, 2012, p. 624).

Pasquini (2015), em pesquisa que pretendia estudar os índices de utilização de psicofármacos entre estudantes que pretendiam prestar vestibular, identificou que 34,8% dos alunos que ele entrevistou já haviam utilizado ou ainda utilizava, naquela época, algum tipo de neuroestimulante, a fim de obterem algum tipo de favorecimento em seus estudos.

Silveira *et al.* (2015) realizaram um estudo que pretendia analisar o uso de psicoestimulantes por acadêmicos de medicina de uma universidade do sul de Minas Gerais. Os autores analisaram 116 questionários que correspondiam a 25% do total dos alunos matriculados entre o primeiro e o sexto período do curso de medicina. Nas respostas obtidas, 57% afirmaram fazer uso de alguma substância neuroestimulante para aumentar a *performance* acadêmica e mais de 87% deles afirmaram ter percebido resultados melhores com a prática. Cabe destacar, ainda, que a maioria absoluta (95,45%) dos discentes pesquisados que usam algum tipo de psicoestimulante o fazem sem prescrição médica.

Marconet *et al.* (2012) afirmam que os medicamentos, especialmente as anfetaminas e outras drogas derivadas, passaram a ocupar um novo lugar no imaginário social, deixando de ser mercadorias simplesmente curativas para se tornarem símbolo de beleza, eficiência e prazer, ou seja, produtos capazes de ajustar o funcionamento orgânico às exigências competitivas da atualidade. Eles ressaltam:

As anfetaminas são um grupo de compostos com ação estimulante em nível periférico e central com alto potencial para gerar dependência. Dentre os usuários comuns de anfetamina, estão os estudantes que consomem essas substâncias para melhorar o desempenho cognitivo. (MARCON *et al.*, 2012, p. 248).

Um derivado da anfetamina muito utilizado por estudantes na expectativa de que, ao consumi-lo, produzirá aumento de sua capacidade cognitiva, é o cloridrato de metilfenidato comercializados nas marcas, Ritalina e Concerta. Como veremos mais

adiante neste trabalho, essa substância possui mecanismos de ação semelhantes ao da cocaína.

No que concerne ao uso dessas drogas por estudantes, podemos destacar que o seu uso visa tratar o transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH); o processo patológico que afeta crianças em idade escolar, tema amplamente discutido e objeto de vários estudos; o uso de drogas neuroestimulantes por alunos que estão se preparando para ingressar no ensino superior, ou seja, para obter resultados bons nos vestibulares, tema também objeto de alguns estudos; e, por fim – e este objeto da nossa pesquisa –, o uso de drogas psicoestimulantes por alunos universitários para fins de melhoria do desempenho acadêmico (DAMIANI *et al.*, 2010; ORTEGA *et al.*, 2010; MARCON *et al.*, 2012; BARROS, 2009).

Cabe destacar que, ao longo da construção textual deste trabalho, apresentaremos, de forma mais aprofundada, questões ligadas aos efeitos dessas substâncias no organismo humano, para que o leitor, em especial aquele que não possui formação acadêmica na área da saúde, reflita melhor a respeito da opção, ou não, pelo consumo dessas drogas.

Também vale esclarecer que, em nossa pesquisa, utilizaremos o termo “busca por melhoria do desempenho acadêmico”, porque alguns pesquisadores (BARROS, 2009; PASQUINI, 2015; ORTEGA, 2010) utilizam termos como aprimoramento cognitivo, neuroaprimoramento farmacológico, drogas da inteligência ou turbinamento cerebral. Entretanto, não encontramos nenhuma pesquisa que comprovasse ou sugerisse que essas drogas aumentam a inteligência daqueles que delas fizessem uso e não fossem portadores de nenhuma patologia que causasse déficit intelectual.

O que se pode deduzir é que os efeitos por elas produzidos na maioria dos que as consomem, como aumento do tempo de vigília, dos níveis de concentração e de bem-estar, potencializarão, na maior parte dos casos, o desempenho de qualquer indivíduo que delas fizer uso, seja para atividades com exigências intelectuais, ou não.

O uso dessas drogas na busca por melhores resultados em exames seletivos (vestibulares, Enem, concursos públicos) tem sido crescentemente discutido, em especial nos países desenvolvidos e, nesse caso, vem sendo tratado como um problema de saúde pública. Diferentemente disso, no Brasil essa temática ainda carece de mais pesquisas. (BARROS, 2010; SAYÃO, 2015).

Conforme destacamos, em nossa pesquisa nos apoiamos nos pressupostos da Sociologia Figuracional, elaborada pelo sociólogo alemão Norbert Elias. Consideramos para isso algumas questões abordadas por esse autor nas obras: *Processo Civilizador I e II, Escritos e Ensaios, Sociedade de Coorte, Sociedade dos Indivíduos e Introdução à Sociologia*. No próximo item, dedicar-nos-emos a esse aspecto da nossa investigação.

OS CONCEITOS ELIASIANOS EXPLORADOS NA DISCUSSÃO DA TEMÁTICA

Embasados nos debates desenvolvidos pelos autores cujos trabalhos concentram análises sobre o consumo de substâncias psicotrópicas por estudantes, balizamos teoricamente o nosso trabalho investigativo nos conceitos de vergonha e embaraço, interdependência e figuração, propostos por Norbert Elias.

Uma afirmação, em especial, motivou nosso diálogo com esses conceitos presentes em diferentes obras deste autor:

São as compulsões menos visíveis e mais impessoais de interdependências social, a divisão do trabalho, o mercado, a competição, que impõem restrições e controle aos impulsos e emoções. São essas pressões, e os correspondentes tipos de explicação e condicionamento acima mencionados, que fazem parecer que o comportamento socialmente desejável seja gerado voluntariamente pelo próprio indivíduo, por sua própria iniciativa. (ELIAS, 1990, p. 155).

Norbert Elias nasceu em 22 de junho de 1897, na cidade de Breslau, que, à época, era alemã e hoje se chama Wrocław, pertencente à Polônia. Elias foi contemporâneo de Adolf Hitler, e, como era de confissão judaica, isso o obrigou a deixar seu país de origem, a Alemanha, e exilar-se na França antes de se estabelecer na Inglaterra, onde passou grande parte de sua vida, durante três décadas, estudando e produzindo. (FERNANDES, 2016).

Em razão disso, para Leão (2007), toda a sua atividade intelectual está configurada na experiência de vida no exílio, fato que acabou moldando a sua visão política e histórica.

Costa Júnior (2015) destaca que, só em 1954, já com 57 anos de idade, Elias consegue um cargo universitário, mais especificamente na Universidade de Leicester, onde atuou como docente da disciplina Introdução à Sociologia. Em 1962, recebeu um convite – e aceitou – para lecionar na Universidade de Gana, onde ficou até 1964, ano em que sua obra passou a ser valorizada e ganhou destaque em diversos países, especialmente na Alemanha e na Holanda.

Para Medeiros (2007), apesar do reconhecimento tardio, Norbert Elias é considerado hoje um dos ícones para os estudos das redes sociais. Seus escritos foram marginalizados por um longo tempo, porém, desde a década de 1960, teve suas obras descobertas por pesquisadores das ciências sociais. De lá para cá, as ideias de Elias têm sido vitais para o entendimento das relações entre os indivíduos em sociedade.

Norbert Elias construiu uma teoria sobre a civilização e, desse modo, ressalta:

Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização, portanto uma auto-regulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionados por afetos e pulsões, ou o desvio desses impulsos de seus fins primários para fins secundários, e eventualmente também sua reconfiguração sublimada (exaltada). (ELIAS, 2006, p. 21).

Na elaboração desse conceito, Elias estudou os hábitos e costumes da sociedade europeia, considerando esses eventos sociais em longa duração histórica. Ele buscou, com base nessas investigações, compreender a transformação dos comportamentos e das necessidades do controle e da proibição para o equilíbrio das forças que impulsionam os sistemas de relações sociais.

Em nossa pesquisa, como apontamos, utilizaremos os escritos desse teórico para subsidiar as nossas discussões. Também destacamos que, de todos os conceitos elaborados por Elias, em nosso estudo usaremos especialmente os de figuração, interdependência e o de vergonha e embaraço. Então, passemos a apresentar, mesmo que brevemente, essas noções eliasianas.

Interdependência e figuração

Elias elaborou teses sustentadas na superação da dicotomia que existe entre indivíduo e sociedade, demonstrando os estreitos vínculos entre o processo civilizador individual e o processo civilizador social. Para o autor, a sociedade é “[...] uma rede de relações; um todo relacional, ou seja, o social é concebido como um sistema de relações entre grupos e indivíduos interdependentes”. (CARNEIRO, 2005. p. 02).

Para Elias (1994), todas as funções sociais são interdependentes, as de diretor de fábrica ou mecânico, dona de casa, amigo ou pai. São funções que uma pessoa exerce para outras, um indivíduo para outros indivíduos, porém “[...] cada uma dessas funções está

relacionada com terceiros; depende das funções deles tanto quanto estes dependem dela”. (ELIAS, 1994, p.23).

Por isso,

[...] em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. [...] Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. “[...] Para compreendê-los, é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções. (ELIAS, 1994, p. 22 – 25).

Elias (1994) destaca que, em geral, pensamos o homem como um ser dotado de diversos compartimentos psíquicos como algo dado pela natureza. Todavia, segundo Elias as diferenciações psíquicas, como mente, alma, razão, sentimentos e outros, só ocorre no ser humano, quando ele cresce, desde criança, num grupo, ou seja, numa sociedade de pessoas. “[...] não ocorre, como o crescimento físico, por exemplo, em decorrência de um mecanismo natural herdado, mas emerge do entrelaçamento das “naturezas” de muitas pessoas”. (ELIAS, 1994, p.36).

No que se refere à construção social das diferenciações psíquicas citadas, Elias reitera que:

[...] a teia de relações sociais em que vive o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e juventude, que se imprime em sua personalidade em formação, tendo sua contrapartida na relação entre suas instâncias controladoras, o superego e o ego, e os impulsos da libido. O equilíbrio resultante entre essas instâncias controladoras e as pulsões em grande variedade de níveis, determina como a pessoa se orienta em suas relações com outras, em suma, determina aquilo que chamamos segundo o gosto, de hábitos, complexos ou estrutura de personalidade. (ELIAS, 1999, p. 204 – 205).

Para ele, essa dinâmica social altamente diferenciada torna-se tão complexa, que tensões ocorridas num só ponto da cadeia de interdependência articulam todas as posições sociais e inevitavelmente afetam muitas outras, trazendo, dessa maneira, evidentes desdobramentos e implicações em todo o tecido social. (ELIAS, 1999).

Mais exatamente, na perspectiva eliasiana, o social é um conjunto de relações em constante desenvolvimento, ou seja, fazem-se e desfazem, constroem-se, destroem-se,

podendo, ou não, ser reconstruídas ou rearticuladas. Portanto, para esse teórico, o que define a sociedade são as relações que se estabelecem entre os singulares, as quais estão em eterno processo, por isso se transformam contínua, individual e, por consequência, coletivamente.

Para Elias (2001), na modernidade, os conceitos de “indivíduo” e “sociedade” normalmente são utilizados como se referissem a duas substâncias distintas e estáveis. Da forma que são colocadas, tem-se a fácil impressão de que elas designam objetos não só separados, mas indiscutivelmente independentes uns dos outros em sua existência; mas, na realidade, designam processos. Trata-se de processos que, de fato, são diferentes, mas, em momento nenhum, são indissociáveis.

Além dos conceitos de interdependência e figuração apresentados acima, há o conceito com o qual trabalharemos em nosso texto: o de vergonha e embaraço.

Para Gebara e Lucena (2011), os grupos eram para a humanidade uma condição para a sobrevivência. Para eles, estar em grupo é condição sem a qual o homem não sobreviveria.

Sobre isso, Elias (1994) constata que essa vida social avança no sentido da civilização que se dá em processo e que modelos são aceitos e difundidos segundo as classes sociais, os quais, muitas vezes, se concretizam e se materializam na vida social e mental. E isso, afirma o autor, ocorre tanto no que classificamos como importante em nossa escala de valores quanto naquilo que nos parece trivial e insignificante.

Vergonha e embaraço

Na perspectiva de Elias (1994), repetidamente pode ser observado, como é característico de todo o processo que chamamos de civilização, que o que não é aceito socialmente passa por um processo de ocultamento e, muitas vezes, é transformado em tabu.

Só quando esses tabus são examinados em conjunto surge a suposição de que a atitude social em relação à faca e às regras que lhe pautam o uso à mesa – e acima de tudo os tabus que a cercam – são primariamente de natureza emocional. Medo, repugnância, culpa, associações e emoções dos tipos os mais díspares lhe exageram o perigo real. E é exatamente isto o que ancora tão firme e profundamente essas proibições na personalidade e lhes dá o caráter de tabus. (ELIAS, 1994, p. 129).

Ainda nessa publicação, Elias constata que um determinado padrão de comportamento encontra expressão em proibições sociais correspondentes.

De acordo com o autor:

Esses tabus, tanto quando podem ser apurados, nada mais são do que sentimentos ritualizados ou institucionalizados de desagrado, antipatia, repugnância, medo ou vergonha, sentimentos estes que foram socialmente alimentados em condições muito específicas e que são constantemente reproduzidos, não só, mas principalmente, porque se tornaram institucionalmente enraizados em um dado ritual, em dadas formas de conduta. (ELIAS, 1994, p. 133).

Para Elias (1999), o controle efetuado por intermédio de terceiras pessoas é convertido, de várias formas, em autocontrole, cujas atividades humanas socialmente indesejadas são paulatinamente eliminadas da vida comunitária e transformadas em um sentimento de vergonha que regula a atividade humana cada vez mais estável, uniforme e generalizada.

Para Elias, vergonha é:

[...] um medo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas. [...] é uma forma de desagrado ou medo que surge caracteristicamente nas ocasiões em que a pessoa que receia cair em uma situação de inferioridade não pode evitar esse perigo nem por meios físicos diretos nem por qualquer forma de ataque. (ELIAS, 1999, p. 242).

Para ele, a vergonha consiste no fato de que a pessoa que a sente fez ou está por fazer algo que a faz entrar em conflito ou em situação de inferioridade, ou com as pessoas com quem está, de alguma forma, ligada ou ainda consigo mesma, nesse caso com a área de sua consciência que a controla. Portanto, o conflito expressado não é só entre o indivíduo e os outros; seu próprio comportamento, se não aceito socialmente, o coloca em conflito com a parte de si mesmo que representa essa opinião padronizada, uma vez que não se sente adequado a esse padrão, mas se reconhece como inferior. Nesse sentido, a vergonha surge como um comando que parte de dentro de si mesmo. (ELIAS, 1999).

No que concerne ao que aqui nos propusemos, cabe ressaltar que os conceitos de vergonha e embaraço, apesar de se apresentarem juntos, não são termos sinônimos. Conforme já apontamos, vergonha se estabelece na relação do indivíduo consigo mesmo, é um julgamento de valor autoconsciente, enquanto o embaraço se refere a uma situação de constrangimento sentido por um indivíduo em relação ao comportamento de

outra pessoa; no entanto, o embaraço “[...] é contrapartida inseparável da vergonha”. (ELIAS, 1999, p. 245).

Portanto, o embaraço é:

O desagrado ou a ansiedade que surgem quando outra pessoa ameaça ignorar, ou ignora, proibições da sociedade representadas pelo próprio superego da pessoa. E esses sentimentos, tornam-se também, cada vez mais diversificados e abrangentes quanto mais extensa e sutilmente diferenciada for a zona de perigo pela qual a conduta do indivíduo é regulada e moldada, e mais avançar a civilização da conduta. (ELIAS, 1999, p. 245).

Nesse sentido, podemos sugerir que o sentimento de vergonha tende a levar o indivíduo a adequar-se a um modelo padronizado e aceitável socialmente, sob pena de, se não atender a essa exigência, colocar-se em situação de inferioridade e, portanto, numa condição de isolamento social, enquanto o embaraço, em razão do constrangimento de conviver com comportamentos externos inadequados, o induz a afastar-se daqueles que se comportam dessa maneira, provocando neles o isolamento que ele próprio evita.

Dessa maneira, “[...] impulsos ou inclinações socialmente indesejáveis são reprimidos com mais rigor. São associadas ao embaraço, ao medo, à vergonha ou à culpa, mesmo quando o indivíduo está sozinho”. (Elias, 1994, p. 143).

Assim, essa exigência que o indivíduo coloca para si e para o outro como condição para pertencer a um determinado grupo o enreda numa dinâmica de autocooção e de pressão que modela o seu comportamento e a perspectiva de todos os elementos dessa figuração.

Senão, vejamos:

O medo provocado pela situação de todo o grupo, pela sua luta para preservar a idolatrada e ameaçada posição, age diretamente como uma força para manter o código de conduta, o cultivo do superego em seus membros. Ela é convertida em ansiedade pessoal, no medo do indivíduo em degradar-se ou simplesmente perder prestígio na sociedade em que vive. É esse medo de perda de prestígio aos olhos dos demais, instilado sob a forma de autocompulsão, seja na forma de vergonha, seja no senso de honra, que garante a reprodução habitual da conduta característica, e como sua condição um rigoroso controle de pulsões em cada pessoa. (Elias, 1999, p. 213).

Com base nesse pensamento, em nossa perspectiva, as contradições presentes no modelo de sociedade regido pela competitividade e pela individualidade, as exigências sociais impostas por esse modelo e as iniquidades e preconceitos presentes nesse contexto podem interferir na decisão (de forma consciente, ou não) de os estudantes

usarem drogas com vistas a atender a tais exigências, ou até mesmo se adequarem a elas.

Nesse sentido, em nossa opinião, a educação precisa discutir essas nuances, e o conjunto de capítulos que compõem este trabalho evidencia elementos que buscam colaborar nesse sentido.

No primeiro capítulo, que denominamos farmacologia das drogas psicotrópicas, discutiremos sobre os aspectos farmacológicos das drogas psicotrópicas e nele abordaremos conceitos, mecanismos de ação e classificação de algumas dessas substâncias. Uma vez que nem todos que vão acessar o nosso trabalho são profissionais de saúde, construímos esse capítulo no intuito de o leitor apropriar-se de um mínimo de conhecimento acerca dessas substâncias.

No segundo capítulo, apresentaremos os aspectos metodológicos de nosso trabalho. Como nossa pesquisa se caracteriza metodologicamente como um estudo de caso, nesse recorte aprofundaremos contextos individuais e institucionais presentes no âmbito do nosso estudo, além de discorrer teoricamente acerca da linha metodológica que definimos para a teorização dos dados coletados durante a aplicação dos instrumentos de coleta escolhidos.

A partir do terceiro capítulo, passaremos a discutir os dados coletados, e isso o faremos em dois momentos. No primeiro momento, que é o capítulo anunciado no início desse parágrafo, discutiremos os dados coletados com base na aplicação dos questionários, que foram realizados de forma presencial e aplicados para 207 alunos matriculados em um dos cursos superiores ofertados pelo *Ifescampus* Cachoeiro de Itapemirim.

No quarto capítulo, analisaremos teoricamente os dados coletados das entrevistas. Foram sete os estudantes que participaram dessa etapa, todos eles, cada um pelos próprios motivos, tiveram de alguma forma de contato direto com o consumo de drogas psicotrópicas, fossem estimulantes ou depressoras, lícitas ou ilícitas, fossem ainda prescritas, ou não, por profissional médico.

No último capítulo, ao qual denominamos “considerações finais”, fazemos um fechamento do nosso trabalho e nele reiteramos a relevância da nossa pesquisa, bem como apresentamos alguns apontamentos que, em nossa opinião, podem ser importantes na construção das práticas e das políticas educacionais.

1. FARMACOLOGIA DAS DROGAS PSICOATIVAS

Neste capítulo, discutiremos os aspectos farmacológicos das drogas psicotrópicas, abordaremos conceitos, mecanismos de ação e classificação de algumas dessas substâncias.

Sua construção tem o objetivo de fornecer ao leitor informações básicas sobre essas drogas, para que os que estudarem o nosso trabalho, mesmo aqueles que não são profissionais ligados à área da saúde, relacionem o uso desses psicoativos à expectativa de obter melhores resultados acadêmicos.

No que concerne a nossa intenção de preparar melhor o leitor para entender os processos fisiológicos pelos quais passam os usuários de substâncias psicoativas, abordaremos aspectos gerais sem muito aprofundamento, a fim de evitar que a leitura se torne complexa e cansativa para aqueles que não possuem conhecimento acadêmico na área da saúde.

Outro aspecto que justifica a produção desse capítulo é a necessidade de desmistificar alguns termos que, quando mal colocados, podem tomar sentido ilícito. O maior exemplo diz respeito ao termo drogas que, para a maioria das pessoas, soa ilícito, mas, na verdade, é a forma geral de se referir, por exemplo, a substâncias farmacológicas, como antibióticos, anti-inflamatórios, ansiolíticos, antidepressivos, entre outros tantos.

Nesse sentido, inicialmente apresentaremos o conceito de farmacologia, que é um ramo das ciências da saúde voltado para o estudo dos fármacos em todos os aspectos, desde as suas origens até os seus efeitos no homem. Nos dias de hoje, a farmacologia é estudada sob dois aspectos: o da farmacodinâmica e o da farmacocinética. (VILAS BOAS, 2004).

Para DeLucia *et al.* (2014), a definição clássica da farmacologia como ciência que estuda as drogas surgiu da necessidade premente de análise e comprovação experimental da eficácia dos medicamentos. Hoje foi incorporado a essa ciência o conhecimento de noções bioquímicas, fisiológicas, patológicas e mais recentemente da biologia molecular.

O fármaco é uma substância definida, com propriedades ativas, produzindo efeito terapêutico, enquanto que droga é qualquer substância que interaja com o organismo produzindo algum efeito e o medicamento é uma droga utilizada com fins terapêuticos ou de diagnóstico. Muitas substâncias podem ser

consideradas medicamentos ou não, depende da finalidade com que foram usadas. Por exemplo: A vitamina C se for obtida por meio dos alimentos é considerada um nutriente, mas se for administrada na forma pura para correção de estados carenciais ou como estimulante das defesas orgânicas é definida como um medicamento. (VILAS BOAS, 2004, p. 02).

Nesse sentido, o termo “droga” refere-se também a medicamentos que atuam no sistema nervoso central. Essas substâncias são também chamadas de psicofármacos, drogas psicotrópicas ou drogas psicoestimulantes. Tais fármacos podem ser consumidos com o objetivo de modificar sentimentos, pensamentos ou sensações. Muitas dessas substâncias, algumas das quais levam ao sono e outras à atividade, são utilizadas para aliviar dores, ansiedades ou angústias. Isso se deve ao fato de atuarem no Sistema Nervoso Central. (GÓIS e AMARAL 2009).

Quando se tenta entender os mecanismos pelos quais as drogas exercem seus efeitos sobre as funções fisiológicas e bioquímicas, pode-se considerar tanto a sua ação sobre o organismo como um todo ou em bases mais restritas quanto a sua ação em nível celular ou mesmo em estruturas subcelulares.

Todavia, como os fármacos e os tecidos vivos são constituídos de moléculas, a tendência atual da farmacologia é considerar ação de fármacos em nível molecular. Quando se inicia a interação entre as moléculas do fármaco e os sítios específicos de tecidos, ocorre uma série de eventos que levam a uma resposta biológica, à qual se dá o nome de farmacodinâmica. (DELUCIA *et al.*, 2014).

Em outras palavras, a expressão farmacodinâmica é o termo utilizado para descrever os efeitos de um fármaco em um determinado ser vivo. Diz respeito aos mecanismos relacionados às drogas, às alterações bioquímicas ou fisiológicas que estas provocam no organismo, ou seja, representa a ação do fármaco, cuja resposta decorrente é o efeito do medicamento.

No que diz respeito aos fármacos que atuam produzindo efeitos no sistema nervoso central, segundo Góis e Amaral (2009), essas drogas podem ser classificadas como:

[...] a) Depressoras do sistema nervoso: são conhecidas como psicolépcos, essas deixam a capacidade do usuário lenta, proporcionando a diminuição da atividade cerebral. Os usuários possuem as seguintes características: sonolência, lentidão, desatenção e perda de concentração. Sua utilização é destinada a pessoas que o cérebro funciona acima do normal, como ocorre nos casos de epilepsia, insônia.

b) Drogas estimulantes do sistema nervoso: estas possuem a capacidade de aumentar a atividade cerebral, deixando os usuários em estado de atenção, de vigília, acelerando seus pensamentos e tornando-os mais eufóricos, de forma que diminui o sono, causa taquipsiquismo, e aumenta a capacidade motora, são conhecidos como os psicoanalépticos. As formas de agir no organismo podem ser de redução de apetite ou para deixar a pessoa ligada, como no caso de doping, a qual possui a função de obtenção de sensações agradáveis. Como exemplos de drogas estimulantes temos a cocaína, o cigarro de tabaco (nicotina), nós de cola em pó (caféina) e o crystal (derivado das anfetaminas).

c) Drogas perturbadoras do sistema nervoso central: estas geram quadros de delírios, alucinações e ilusões, que se manifestam no campo visual, perturbando a fisiologia do cérebro, são as drogas perturbadoras, alucinógenas ou psicodislépticas. A mudança é qualitativa, o cérebro passa a funcionar fora das suas atividades normais ficando em um estado de perturbação. Como exemplos são maconha, a mescalina, LSD-25, cogumelos do gênero psicolocibe, ecstasy, entre outras. (GÓIS e AMARAL, 2009, p. 12).

No que concerne às drogas estimulantes do Sistema Nervoso Central ou drogas psicoestimulantes, que são as que mais nos interessam em nosso estudo, para Alves e Carneiro (2011), elas exercem efeitos caracterizados por euforia, acrescidos de estado de alerta, aumento de energia, supressão do sono e do cansaço e intensa emotividade. A cocaína e as anfetaminas são as principais representantes dessa classe, por exercerem poderoso efeito estimulante no sistema nervoso central. (ALVES; CARNEIRO, 2012).

Pasquini (2015) reitera que as drogas psicoestimulantes agem no cérebro fazendo-o funcionar de forma mais dinâmica, colocando-o sob um estado de alerta acima dos níveis basais. Elas causam euforia e bem-estar com o consequente aumento da capacidade de trabalho. Como representantes principais desse grupo, destacam-se as anfetaminas, o êxtase e a cocaína.

Rang (2004) divide essas drogas em três grandes categorias: os convulsivantes e estimulantes respiratórios, os estimulantes psicomotores e os fármacos psicotomínéticos.

As de primeira categoria exercem pouca ação sobre as funções mentais, produzem excitabilidade reflexa exagerada, aumento na atividade dos centros respiratório e vasomotor e, em doses aumentadas, convulsão. Estas drogas estão em desuso devido ao risco iminente de produzir convulsão em quem os consome; por isso, não vamos apresentar exemplos dessa categoria.

As de segunda, no entendimento do autor, produzem efeitos importantes sobre as funções mentais e comportamentais, levando seu usuário a sensações de excitação e

euforia, redução do cansaço e aumento da atividade motora. As anfetaminas e seus derivados, a cocaína e a cafeína são alguns exemplos dessa categoria de drogas.

As de terceira atuam principalmente nos padrões de pensamento e na percepção, distorcendo a cognição de maneira complexa e, assim, produzindo efeitos que podem, sem uma avaliação aprofundada, ser confundidos com uma doença psicótica. Devido ao seu caráter exclusivamente alucinógeno e de raro consumo, não apresentaremos exemplos dessa classe de drogas.

1.1 SUBSTÂNCIAS ESTIMULANTES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL

Cabe lembrar, nesta seção, que, conforme destacado no início deste trabalho, nosso estudo busca debater as pressões sociais e escolares que permeiam o uso de drogas psicoativas, sem discutir as questões legais concernentes a essa prática.

Nesse sentido, para atender aos objetivos deste capítulo, apresentaremos mais detalhadamente algumas drogas, lícitas e ilícitas, de caráter neuroestimulante, que podem ser utilizadas por pessoas que buscam melhoria na *performance* profissional e escolar, ou até mesmo meios para aliviar as tensões decorrentes de suas atividades, sejam laborais, sejam acadêmicas.

É importante justificar que as drogas escolhidas para serem abordadas neste capítulo não têm relação com a prevalência de seu uso, e sim com os seus efeitos. A abordagem relativa às drogas mais utilizadas para a finalidade de melhoria do desempenho acadêmico será feita no capítulo que foi reservado para discutir a análise dos dados colhidos na utilização do instrumento de coleta denominado questionário. Este capítulo, como já destacamos, tem o objetivo subsidiar o leitor com informações que, em geral, são de domínio de quem tem formação na área da saúde.

Uma categoria de fármaco psicoestimulante de grande relevância para a nossa temática são as anfetaminas.

Segundo Muakad (2013), essas drogas são sintéticas, ou seja, desenvolvidas em laboratórios, as quais atuam estimulando o sistema nervoso central, levando o cérebro a trabalhar muito e mais rápido do que o normal e deixando as pessoas mais alerta, elétricas, sem sono, isto é, o indivíduo que as consome fica num estado hiperativo. Seus efeitos, em muitos casos, se assemelham aos da cocaína.

A anfetamina surgiu na segunda metade do século 19, produzida pioneiramente por cientistas alemães. Só mais tarde, 40 anos depois, foi usada pela medicina como substância para tratar a fadiga, a congestão nasal, a asma e para estimular o Sistema Nervoso Central.(MUAKAD, 2013).

Em 1932, foi lançada na França, com a derivação denominada Benzedrine, na forma de pó para inalação, e, mais tarde, como pílula. Durante a Segunda Guerra Mundial, ela foi usada para “elevar o moral”, “reforçar a resistência” e “eliminar a fadiga” dos soldados. Tropas alemãs utilizavam a Methedrine, e a força americana usava o Benzedrine. No Japão, os operários das fábricas de munição recebiam a substância para “eliminar a sonolência” e “embalar o espírito”, formando um contingente com mais de 500 mil novos viciados. (MUAKAD, 2013).

O autor ressalta:

[...] A anfetamina é assimilada rapidamente pela corrente sanguínea e, logo depois de ser ingerida, provoca arrepios seguidos de sentimentos de confiança e presunção. As pupilas dilatam, a boca fica seca, a respiração torna-se ofegante, o coração bate freneticamente, há grande excitação e ranger dos dentes, uma sensação de poder e, a fala fica atropelada. Em seguida, o usuário da droga pode entrar em estado de euforia, enquanto seu corpo se agita com uma intensa liberação de energia, tem sensação de bem estar, de alegria, de alívio da fadiga e por isso a anfetamina é muito procurada por adolescentes em busca de sensações novas, ou por adultos, que desejam ajuda para seus desânimos e suas depressões. (MUAKAD, 2013, p. 545).

Segundo o Departamento de Psicologia da Unifesp, as anfetaminas são drogas que estimulam a atividade do sistema nervoso central, isto é, fazem o cérebro trabalhar mais depressa, deixando as pessoas mais “acesas”, “ligadas” com “menos sono”, “elétricas”. São chamadas de rebite pelos caminhoneiros que as utilizam devido à necessidade de dirigir durante várias horas seguidas sem descanso, a fim de cumprir prazos predeterminados. São utilizadas também por estudantes que passam noites inteiras estudando, ou ainda por pessoas que costumam fazer regimes de emagrecimento sem o acompanhamento médico. As principais anfetaminas são o cloridrato de metilfenidato (ritalina), metanfetamina, mazindol, fenproporex e a anfepramona.

Para Rang (2004), a melhoria do desempenho mental proporcionado por essas drogas se restringe às tarefas tediosas e simples. Essas drogas já foram usadas para melhorar desempenho de militares que necessitavam permanecer alerta em condições extremamente estressantes, por um longo período de tempo. Esteve também em

discussão no que tange a seu uso por estudantes com a finalidade de ajudar na concentração deles antes e ao longo dos exames; porém, essa melhoria, em virtude do aumento dos níveis de concentração provocados pela droga, pode ser comprometida devido ao excesso de confiança.

Sobre o desempenho cognitivo dessas drogas, Marconet *al.*(2012, p. 251) destacam que:

[...] tem sido amplamente utilizado um derivado anfetamínico conhecido como metilfenidato. Trata-se de um estimulante do sistema nervoso central, derivado da piperidina e estruturalmente semelhante à anfetamina. O mecanismo de ação do metilfenidato é similar ao da cocaína. Este fármaco foi primeiramente sintetizado em 1944 e inicialmente usado como estimulante do sistema nervoso central para alguns tipos de coma induzidos por barbitúricos. Atualmente, está sendo usado para melhorar o estado de alerta em crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, comportamentais e emocionais no Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH.

Outra droga que, ao ser consumida em dosagens reduzidas, produz efeito estimulante no sistema nervoso central é o álcool. Segundo Góis e Amaral (2009), o etanol, nome químico que o álcool recebe, depois do café, é o psicoestimulante mais utilizado no mundo. É uma droga fabricada, portanto não pode ser encontrado *in natura*, precisa ser produzida e, assim, é obtida por meio da fermentação de produtos vegetais. Seu consumo em doses elevadas afeta o ritmo cardíaco e a respiração, podendo levar à intoxicação; no entanto, apresenta-se como um antídoto contra o estresse. É predominantemente uma droga depressora do sistema nervoso central, porém, em pequenas doses, promove euforia e desinibição, e, em doses maiores, a depressão.

Segundo Costa (2003), depois de ingerido, o álcool é facilmente absorvido no estômago e intestino delgado, e sua velocidade de absorção está diretamente relacionada à concentração de álcool presente na bebida consumida, e ainda se a pessoa está, ou não, em jejum. Em razão de o álcool ser facilmente solúvel em água ou gordura, boa parte é absorvida diretamente por meio mucosa gástrica. Quanto mais vazio estiver o estômago do usuário de álcool, mais rápida será a absorção dele e, conseqüentemente, maior será a velocidade que chega ao cérebro e fígado, potencializando seus efeitos. O pico de concentração é atingido em meia ou duas horas após a ingestão.

Sobre essa droga, Carliniet *al.* (2001, p. 5) destacam:

Apesar do desconhecimento de grande parte da maioria das pessoas, o álcool também é considerado uma droga psicotrópica, pois ele atua no Sistema Nervoso Central, provocando uma mudança no comportamento de quem o

consome, além de ter o potencial para desenvolver dependência. O álcool é uma das poucas drogas psicotrópicas que tem seu consumo admitido e até incentivado pela sociedade. Esse é um dos motivos pelo qual é encarado de forma diferenciada, quando comparado com as demais drogas. [...] Nos primeiros momentos após a ingestão de álcool, podem aparecer efeitos estimulantes como euforia, desinibição e loquacidade (maior facilidade para falar). Com o passar do tempo, começam a aparecer os efeitos depressores, como a falta de coordenação motora, descontrole e sono. Quando o consumo é muito exagerado, o efeito depressor fica exacerbado, podendo até mesmo provocar o estado de coma.

Portanto, o álcool tem grande potencial de consumo entre universitários, pois, como veremos, o ambiente acadêmico e todas as tensões presentes em seu cotidiano sujeitam, muitas vezes, seus frequentadores a momentos de estresse, que podem chegar a níveis insuportáveis.

Destacaremos agora os efeitos neuroestimulantes do tabaco. Segundo Góis e Amaral (2009), o tabaco é uma planta cujo nome científico é *Nicotianatabacum*, da qual é extraída uma substância chamada nicotina.

A nicotina provoca leve elevação do humor e diminuição do apetite e é considerada uma droga com efeitos neuroestimulantes leve e caracterizada pela sensação de relaxamento que o seu consumo proporciona.

Dos cerca de 3.000 ingredientes presentes no cigarro, a nicotina é o principal responsável por causar dependência química. Um cigarro apresenta 800 mg de tabaco, dos quais 9 mg a 17 mg são de nicotina. A décima parte desse total é absorvida pelo indivíduo fumante. O maior índice de absorção ocorre no pulmão, e menores quantidades são absorvidas pela boca e nasofaringe. Essa absorção promove excitação neuronal e maior liberação de neurotransmissores. Na medula, inibe os reflexos espinhais e causa relaxamento do músculo esquelético. Desse modo, não se pode afirmar que a nicotina é simplesmente excitatória ou inibitória. Assim como o álcool em baixas doses, a nicotina promove uma hiperatividade e, em altas doses, sedação. (SILVA *et al.*, 2010).

Outro grupo de drogas que também exercem efeitos neuroestimulantes são os medicamentos anticolinérgicos. Segundo Raymundo *et al.* (2003), o uso dessas drogas com o propósito de alcançar alterações do estado mental não é um fenômeno recente no Brasil. Ainda no século 19, foram descritas alucinações e outras alterações mentais apresentadas por dois escravos africanos após a ingestão de um chá de *Datura sp.* No

século seguinte, vários foram os relatos que apareceram na literatura científica brasileira sobre os efeitos mentais produzidos por essa planta, que sintetiza dois princípios anticolinérgicos: atropina e ergotamina. Essas drogas produzem efeitos euforigênicos ou positivos decorrentes de seu consumo. Ademais, gera um estilo de vida especial aos usuários, cuja alegria e sociabilidade são fatores característicos.

O Artane, o Akineton e o Bentyl são algumas das drogas pertencentes a essa classe medicamentosa e são indicados para o tratamento de algumas doenças, como mal de Alzheimer, mal de Parkinson, transtornos depressivos, entre outros.

A cocaína e seus derivados, pelos seus efeitos psicoestimulantes, também serão abordados nesse pequeno trecho em que nos propomos a contribuir para o entendimento do leitor acerca do uso de drogas psicoativas por estudantes do ensino superior.

Góis e Amaral (2009, p. 15) destacam:

A cocaína pura é um pó branco. Seu uso mais frequente é por inalação. Entretanto, doses iguais de cocaína por via oral ou nasal resultam em efeitos semelhantes. Os efeitos consistem na sensação de grande força muscular, alerta, euforia, alucinações visuais, auditivas e tácteis, ideias de perseguição, perda do apetite, emagrecimento, insônia. A cocaína produz intensa dependência psíquica e tolerância. Em relação à dependência física, ainda não está provado se a cocaína é capaz de produzi-la. Ao ser usada por via nasal, pode provocar coriza, rinite, inflamação e ulceração na mucosa nasal, chegando até perfuração.

A cocaína produz um marcante aumento da atividade psicomotora, produz em seu usuário euforia, aumento do prazer, e seus efeitos no organismo são semelhantes aos das anfetaminas. Ocorre também aumento da pressão arterial e da frequência cardíaca, a temperatura corpórea também pode subir, e, em doses excessivas, podem ocorrer tremores e convulsões, seguidos de depressão respiratória e vasomotora (RANG, 2004).

A última droga que abordaremos neste capítulo é a maconha, droga ainda ilícita em nosso país, porém de uso muito corriqueiro, mas, em vários países, seu consumo é liberado por lei.

Crippa *et al.* (2005) destacam que, apesar de ser usada há mais de um século para fins recreativos e medicinais e ser amplamente consumida em todo o mundo, nenhuma droga de abuso provoca mais controvérsia do que a *Cannabis sativa* (*Cannabis*). O seu consumo só não é maior que o do álcool e do tabaco, constituindo-se, desse modo, na droga ilícita mais utilizada no Brasil.

Destacam ainda:

A cannabis pode produzir vários efeitos subjetivos em humanos: euforia, disforia, sedação, alteração da percepção do tempo, aumento da interferência na atenção seletiva e no tempo de reação, alteração nas funções sensoriais, prejuízo do controle motor, do aprendizado e prejuízo transitório na memória de curto prazo, além de efeitos neurovegetativos como boca seca, taquicardia e hipotensão postural. Efeitos adversos incluem crises de ansiedade, ataques de pânico e exacerbação de sintomas psicóticos existentes. (CRIPPA *et al.*, 2005. p. 71).

Apesar de apresentar poucos efeitos neuroestimulantes, seus efeitos prazerosos podem atrair seu consumo em estudantes universitários; nesse caso, como mecanismo para o alívio dos momentos de estresse comum no ambiente universitário, este permeado por cobranças e disputas.

Esperamos que, no fim deste capítulo, tenhamos proporcionado, principalmente àqueles leitores que não possuem formação na área de saúde, conhecimentos acerca das drogas psicoativas que lhes permitam entender melhor o uso dessas substâncias por alunos do ensino superior, seja na busca por melhores desempenhos acadêmicos, seja na busca por suporte psíquico, para suportar as tensões por que passam esses estudantes.

Passaremos a apresentar agora os aspectos relativos à metodologia utilizada para a realização da pesquisa.

2. DIALOGANDO METODOLOGICAMENTE COM A TEMÁTICA

Neste capítulo, apresentaremos os percursos metodológicos que utilizamos durante a realização do estudo. A natureza, a metodologia e os procedimentos utilizados visaram contribuir para a compreensão dos aspectos inter-relacionais presentes na problemática do uso de substâncias psicoestimulantes por alunos matriculados nos cursos de graduação ofertados pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) *campus* Cachoeiro de Itapemirim.

Segundo Sampaio (2013), até 2002 existiam 140 unidades de Escolas Técnicas Federais no Brasil. Desde o plano de expansão do Ministério da Educação, no período de 2003 a 2012, foram construídas mais 302 novas unidades e outras 120 unidades foram previstas para 2013 e 2014.

Os institutos federais são equiparados às universidades federais para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. No âmbito de sua atuação, os institutos exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, possuem autonomia tanto para criar e extinguir cursos nos limites de sua área de atuação territorial quanto para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior.

Conforme dados disponibilizados em Brasil (2014), no Espírito Santo, o Centro Federal de Educação Tecnológica –Cefetes e as Escolas Agrotécnicas de Alegre –Eafa, Colatina – E AFC e Santa Teresa – EAFST se integraram em uma estrutura única: o Instituto Federal do Espírito Santo –Ifes. Dessa maneira, as Unidades de Ensino do Cefetes (Vitória, Colatina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Aracruz, Linhares e Nova Venécia) e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, Santa Teresa e Colatina passaram a ser os *campi* do Instituto. Desde a criação do Ifes, em 29 de dezembro de 2008, foram implementados mais sete *campi*, a saber: Vila Velha (2010), Guarapari (2010), Ibatiba (2010), Venda Nova do Imigrante (2010), Piúma (2011), Montanha (2014), Barra de São Francisco (2014), Viana (2014) e um Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (2014).

De acordo com o colhido no site oficial da instituição, o Ifes oferece 32 cursos superiores, distribuídos em 16 *campi* dos 21 implantados, dos quais seiscom

inauguração mais recentes ainda não oferecem esse nível de ensino, a saber: Centro Serrano, Barra de São Francisco, Ibatiba, Montanha e Nova Venécia.

O *campus* Cachoeiro de Itapemirim está localizado na região sul do Espírito Santo, na localidade rural denominada Morro Grande, no município que lhe dá o nome. Na instituição, são oferecidos cursos técnicos, técnicos integrados ao ensino médio e cursos superiores. Lá o estudante do ensino superior pode sair graduado em licenciatura em Matemática, Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica e Sistemas de Informação.

Com a finalidade de investigarmos não só as redes de interdependências em que está inserido o aluno usuário de drogas psicoestimulantes para fins de melhoria de desempenho acadêmico, como ainda quais fatores presentes nessas relações interferem na sua decisão pelo uso dessas drogas, embasados na perspectiva eliasiana de que o social é concebido como um sistema de relações entre grupos e indivíduos interdependentes, nossa pesquisa foi de natureza qualitativa considerando seus objetivos assumiu um caráter exploratório e com base nos procedimentos técnicos utilizados pode ser classificada como estudo de caso. Para a sua concretização, os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram questionários aplicados de forma presencial e a realização de entrevistas com perguntas semiestruturadas.

Em relação à importância da investigação científica, Elias muito nos ajuda quando afirma:

[...] É preciso que haja modelos teóricos consideravelmente diferenciados para que o problema seja colocado de modo a capturar melhor os nexos de fatos que podem ser comprovados. [...] o âmago do problema que se encontra diante de nós reside no entrelaçamento de interdependências, dentro do qual se abre para o homem singular um espaço para decisões individuais, ao mesmo tempo em que isso impõe limites à sua margem de decisão. (ELIAS, 2001, p. 55).

Para ele, [...] “a pesquisa sociológica exige um controle mais criteriosos dos sentimentos e ideais de ordem pessoal por parte do pesquisador, pois esse controle lhe proporcionará maior autonomia de avaliação.” (ELIAS, 2001, p. 53).

Nossa pesquisa, quando focalizou o uso de drogas para fins de melhoria do desempenho acadêmico na área de ciências da educação, partiu do entendimento de que a investigação educacional “[...] desenvolve novos conhecimentos acerca do ensino, da aprendizagem e da administração educacional” (BENTO, 2012, p. 1). Portanto, ao investigarmos as nuances presentes na decisão pelo uso desses psicotrópicos, esperamos

provocar algumas reflexões acerca das práticas presentes no contexto pedagógico do ensino superior.

Segundo Hamido e Azevedo (2013), para problematizar e compreender as situações educativas, construir e sistematizar o saber educativo, a investigação e o pensamento científico se apresentam como ferramentas essenciais para privilegiar gradativamente a educação como área de saber e um campo de estudo constituído pela própria peculiaridade.

Ao decidirmos por uma pesquisa de natureza qualitativa, para investigar a temática proposta, pretendemos valorizar os contextos em que a problemática do uso de drogas psicoestimulantes se constitui. No acompanhamento dos estudos *in loco*, as ações podem ser mais bem compreendidas, já que dissociar o ato, a palavra ou o gesto do seu contexto é o mesmo que desperdiçar o seu significado. (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Para Bento (2012, p. 1-2), a pesquisa qualitativa,

[...] foca um modelo fenomenológico no qual a realidade é enraizada nas percepções dos sujeitos; o objectivo é compreender e encontrar significados através de narrativas verbais e de observações em vez de através de números. A investigação qualitativa normalmente ocorre em situações naturais em contraste com a investigação quantitativa que exige controlo e manipulação de comportamentos e lugares.

As pesquisas de natureza qualitativa valorizam, em primeira instância, a investigação dos microprocessos, com base no estudo das ações sociais individuais e grupais. Essa natureza investigativa pressupõe a realização de um exame intensivo das informações coletadas e trata as unidades sociais pesquisadas com totalidade. O grande desafio do pesquisador é trabalhar os dados de forma que seja possível apreender e compreender a realidade social em que está inserido o problema escolhido para a investigação. As metodologias qualitativas têm como característica relevante a flexibilidade quanto às técnicas de coleta de dados, incluindo aquelas mais apropriadas ao que se está estudando. (MARTINS, 2004).

Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não procura enumerar ou mensurar os fenômenos estudados, tampouco utiliza a estatística nas análises dos dados coletados. As questões estudadas assumem interesses amplos que se abrem à medida que a pesquisa se desenvolve. Engloba a obtenção de dados descritivos de pessoas, lugares e processos de interdependência por meio do contato direto do pesquisador com a

situação estudada, objetivando apreender e compreender os fenômenos mediante a perspectiva dos sujeitos estudados.

Portanto, sendo o foco prioritário de nosso trabalho discutir os fatores intra e extraescolares presentes na decisão do aluno universitário sobre o uso de drogas psicoestimulantes para melhorar a sua performance acadêmica, a pesquisa de natureza qualitativa se apresenta como uma ferramenta ideal para nos ajudar a compreender melhor as implicações presentes nessa temática.

As pesquisas de natureza qualitativa que utilizam metodologia exploratória têm como meta principal desenvolver, elucidar e alterar premissas, já que pressupõem a formulação de problematizações mais precisas e hipóteses que sugerem outras pesquisas futuras.

Portanto, as pesquisas exploratórias são produzidas com a finalidade de propiciar uma visão geral acerca da temática estudada, é utilizada principalmente para discutir um tema ainda pouco pesquisado. (Gil, 2008).

O método exploratório, muitas vezes, e esse é o caso, “[...] constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla [...] o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.” (GIL, 2008, p. 46).

Com base nos instrumentos que escolhemos para a produção de dados, podemos classificar a nossa pesquisa como estudo de caso. Segundo Freitas e Jabbour (2011), o objetivo de um estudo de caso é propor uma discussão detalhada de um determinado fenômeno, consiste num procedimento metodológico que valoriza entendimentos contextuais, prioriza a compreensão da dinâmica do fenômeno estudado e mergulha no estudo de um ou de poucos objetos, buscando o seu amplo detalhamento. Afirmam também que, “[...] a abordagem de estudo de caso não é um método propriamente dito, mas uma estratégia de pesquisa”. (FREITAS e JABBOUR, 2011, p. 11).

Para Gil (2002), a estratégia de utilizar o estudo de caso não tem por objetivo principal proporcionar o conhecimento preciso do objeto estudado, e sim fornecer uma visão geral de um determinado problema, ou ainda demonstrar possíveis aspectos que os influenciam ou que por eles são influenciados.

O autor faz alguns destaques quanto aos principais objetivos de um estudo de caso.

Senão, vejamos:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos experimentos. (GIL, 2002, p. 54).

Nesse sentido, tomando por base o que afirma esse autor, a utilização da estratégia de estudo de caso em nossa pesquisa nos pareceu mais adequada, já que objetivamos, em especial, discutir os aspectos, restritos ao âmbito acadêmico, ou não, que podem interferir na decisão do universitário do Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim sobre a adesão ao uso de substâncias psicoativas, seja para melhorar seus resultados acadêmicos, seja para suportar as tensões presentes nesse ambiente tão cheio de exigências.

Os resultados e/ou os apontamentos que fizemos ou a que chegamos ao final de nosso trabalho poderão, ou não, ser confirmados por estudos semelhantes feitos antes ou depois do nosso. Em hipótese alguma, estamos focados em generalizar os resultados de nossa discussão acerca do tema; queremos, sim, colaborar na explicação do fenômeno e demonstrar que ele existe e o campo da educação precisa debatê-lo, para considerá-lo na elaboração de suas diretrizes e políticas públicas para a área.

Conforme descreveremos ao longo deste capítulo, cercamo-nos de vários cuidados, a fim de que a utilização da estratégia para adotar o estudo de caso como metodologia de pesquisa não perdesse a sua validade devido à falta de critérios, principalmente durante as etapas de coleta de dados que subsidiaram os debates que apresentamos em nosso estudo.

Não propomos, ao longo do texto que construímos para teorizar os dados empíricos que coletamos estabelecer caráter definitivo nem tão pouco generalista aos resultados a que chegamos; pretendemos, sim, como já apontamos, colaborar para a problematização do fenômeno.

Desse modo, entendemos ser adequado assumirmos que nossa pesquisa, devido principalmente à estratégia que utilizamos para coletar e discutir teoricamente os dados, é um estudo de caso, por isso tem natureza qualitativa e metodologia exploratória.

Cabe ressaltar, nesse sentido, que o nosso trabalho visa contribuir na discussão já feita e ajudar na orientação de outros trabalhos que sejam produzidos na discussão dessa temática.

Sobre a busca pela formulação de hipóteses que estimulem estudos posteriores a respeito de uma determinada temática, segundo Elias (2001), é necessário que haja teorias diferenciadas, para que um determinado problema seja apresentado para captar melhor os nexos de fatos que possam ser comprovados. Ou seja, para buscar a identificação da essência de um problema que se encontra diante de nós, é necessário investigar o entrelaçamento das interdependências. Esse teórico, porém, ressalva: “[...] nenhuma teoria e nenhum modelo, em qualquer campo de pesquisa, pode ter a pretensão de ser definitivo e absoluto.” (ELIAS, 2001, p. 59).

Segundo Michel (2009), as técnicas de coleta de dados se constituem como ferramentas para a reunião de informações que subsidiarão a análise e a explicação de aspectos teóricos estudados. São essenciais para a garantia da fidelidade, qualidade e completude do estudo: “[...] coletar dados é em síntese observar a vida real.” (MICHEL, 2009, p. 64).

Para a coleta dos dados necessários para a teorização dessa pesquisa, utilizamos questionários estruturados que foram aplicados de forma presencial e, ainda, realizamos entrevistas semiestruturadas com acadêmicos que vivem ou viveram a experiência do consumo de substâncias psicoativas, sejam lícitas, sejam ilícitas, com ou sem indicação médica.

No primeiro momento, no intuito de caracterizarmos os universitários da instituição, identificarmos a proporção de alunos que fazem ou já fizeram uso de substâncias psicotrópicas, as drogas mais utilizadas, os períodos de maior consumo, entre outros, aplicamos, de forma presencial, um questionário estruturado dirigido aos alunos matriculados nos cursos superiores ofertados pelo Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim.

No que diz respeito à aplicação do questionário, como não utilizamos para isso nenhuma ferramenta virtual, ou seja, as questões foram apresentadas ao aluno na forma

presencial, foi necessária a tomada prévia de algumas medidas, a fim de superar obstáculos naturais que surgiram durante o cumprimento dessa etapa.

Tínhamos planejado aplicar esse instrumento a todos os universitários matriculados na instituição, porém percebemos que, na prática, isso não seria possível. Abaixo listamos os elementos que classificamos como principais obstáculos não superáveis para àquele momento:

- A quantidade de alunos (mais de 500);
- Ausência dos alunos em sala de aula no momento da aplicação do questionário;
- Dificuldade encontrada com alguns poucos professores em permitir a aplicação do instrumento durante as suas aulas;
- A recusa de alguns alunos em participar dessa etapa da pesquisa.

Uma vez que não seria possível a participação de todos os universitários da escola nessa etapa da pesquisa, tínhamos, então, que garantir uma amostragem que nos permitisse sugerir que os resultados alcançados na aplicação do instrumento poderiam ser considerados na comparação com outros estudos realizados sobre o tema.

Nesse sentido, para garantirmos um coeficiente mínimo por curso, para proporcionar uma boa amostragem, definimos que no mínimo aplicaríamos o questionário para um terço dos alunos matriculados nos cursos superiores e presenciais oferecidos pelo Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim, a saber: Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica, Sistemas de Informação e licenciatura em Matemática.

No que concerne à definição de que turmas de cada curso seriam as escolhidas para a aplicação do instrumento, essa escolha foi feita de acordo, principalmente, com a boa vontade do docente de disponibilizar tempo durante a sua aula, para colaborar na pesquisa.

Descrevemos, a seguir, como ocorreu essa articulação.

No sentido de dar concretude aos questionários, o primeiro passo que demos foi procurar a Diretoria de Ensino do *campus*, apresentamos ao diretor o projeto de qualificação aprovado, que nos autorizou a procurar os coordenadores de cada curso, para que, após a autorização por eles concedida, pudéssemos procurar os docentes

e programar, de acordo com a disponibilidade de agenda desses e do pesquisador, o melhor momento para a execução dessa primeira etapa da coleta de dados.

E assim foi feito, e, após a autorização dos coordenadores e ajustes de agendas com os professores, estávamos prontos para iniciar a aplicação dos questionários. Para os agendamentos dessas aplicações, consideramos questões relativas à apresentação de trabalhos pelos alunos e outras atividades avaliativas realizadas pelos docentes. Esses fatores interferiram na escolha das turmas e dos horários em que seria realizada a atividade de pesquisa.

Uma vez agendados com o professor o dia e o horário para a aplicação do questionário, lá comparecíamos para realizar a atividade.

Algumas observações devem ser feitas em relação a essa etapa da realização da coleta e produção de dados.

Em razão do apoio dado pelo docente, que me apresentava à turma e solicitava dos alunos empenho em contribuir com a pesquisa devido a sua “relevância”, foram raríssimos os discentes que se recusaram a participar da atividade, mesmo que, na minha fala de explicação daquilo em que consistia o trabalho, tenha deixado claro, que a participação de cada um era facultativa e anônima.

Uma vez que o tema da pesquisa é cercado por alguns tabus, percebi, ainda durante a minha explicação, certo movimento entre os alunos. Apresentei a eles sinteticamente o que pretendia pesquisar, bem como lhes informei quais seriam as etapas da pesquisa, já que, até aquele momento, ainda pretendia coletar dados utilizando, além do questionário, a formação de um ou mais grupos focais e a realização de entrevistas individuais.

Durante essa etapa, convidei a quem pretendesse fazer, ou já tivesse feito, em algum momento, uso de substâncias psicotrópicas, sejam lícitas, sejam ilícitas, com ou sem prescrição médica, para participar dos encontros para a discussão coletiva sobre o tema (grupo focal). A fim de que o voluntário não se expusesse naquele momento, ofereci a cada um meu contato telefônico e meu endereço eletrônico, para que, se alguém se dispusesse a participar da atividade, se apresentasse usando esses meios.

A respeito da utilização de questionário, Gil (2008) nos lembra que este é um instrumento que se concretiza num conjunto de questões que são apresentadas a

indivíduos com o objetivo de obter informações sobre conhecimentos, sentimentos, valores, desejos, expectativas, interesses, medos. Para ele, elaborar um questionário nada mais é do que traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. Segundo o autor, esse instrumento possibilita atingir um grande número de pessoas, dispensa menores gastos com pessoal, permite o anonimato dos participantes e não expõe o pesquisado à influência do pesquisador.

No âmbito de nosso estudo, tivemos 207 alunos que responderam aos questionários, os quais são graduando dos cursos de Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica, Sistemas de Informação e licenciatura em Matemática.

Numa outra fase da coleta e produção de dados para a realização da pesquisa, pretendíamos trabalhar com a formação de grupo focal composto por no mínimo oito e no máximo 12 alunos matriculados nos cursos superiores ofertados pelo *Ifescampus* Cachoeiro de Itapemirim, que fazem ou já fizeram uso de drogas psicoestimulantes.

Na busca pelo cumprimento desse planejamento, durante a aplicação do questionário, falamos em todas as turmas pelas quais passamos que pretendia usar três instrumentos para proceder à coleta de dados e explicamos sinteticamente em que consistia essas três fases: a primeira seria a atividade que estávamos desenvolvendo naquele momento, com participação de todos, independentemente se tinham, ou não, passado por alguma experiência pessoal em relação ao uso de substâncias psicoativas no âmbito da academia; a segunda seria a formação de um ou mais grupos focais, e, nesse momento, só participariam aqueles que, em algum momento da vida escolar, viveram alguma experiência com o uso de substâncias psicoativas, fossem lícitas, fossem ilícitas, com ou sem prescrição médica; e a terceira seria a realização de entrevistas também com aqueles que já tivessem consumido substâncias psicoativas no âmbito escolar.

Com o objetivo de possibilitarmos a adesão à participação do aluno ao(s) grupo(s) focal(is), destacamos, durante a nossa fala, que, no questionário a que naquele momento eles estavam respondendo, havia o contato telefônico e o endereço eletrônico do pesquisador. No entanto, durante essa primeira fase, que durou três semanas, aluno algum fez nenhum tipo de contato para participar da discussão coletiva que havíamos proposto.

Mesmo diante da falta da apresentação voluntária dos estudantes que, em algum momento, no âmbito escolar, haviam consumido qualquer droga psicotrópica, tentamos, por meio de articulação com professores e outros servidores, para que esses nos ajudassem a identificar esses estudantes e tentassem convencê-los a participar da discussão coletiva que estávamos propondo.

Mesmo assim, não obtivemos o resultado que esperávamos, que era discutir coletivamente o tema com estudantes que, em algum momento, haviam vivido a experiência do consumo de substâncias psicoativas para fins de melhoria do desempenho acadêmico. Por isso, não foi possível utilizar a formação de grupos focais na coleta de dados para a construção da pesquisa.

Poderíamos, então, promover a discussão coletiva sem o critério que havíamos estabelecido, todavia preferimos não mudar essa exigência (nas duas fases seguintes ao questionário, só participariam discentes que já haviam consumido substâncias psicoativas), pois entendíamos que o questionário, por si só, já atendia a esse caráter generalista da pesquisa e que abrir mão do nosso critério para as outras duas fases poderia tornar os dados produzidos excessivamente repetitivo.

Uma vez que não foi possível a coleta de dados também com base na formação do grupo focal, partimos para a realização das entrevistas. A “captura” de alunos para a participação nessa etapa ocorreu de forma curiosa. O primeiro universitário que entrevistamos foi um colega de trabalho que, além de servidor, cursava o último período do curso de Engenharia Mecânica. Ao final da sua participação nessa etapa, solicitamos-lhe a indicação de outro colega. A estratégia funcionou e a utilizamos com os outros, até chegar ao número de sete estudantes que participaram da segunda etapa da coleta de dados.

Para Gil (2008), a entrevista é uma técnica em que o pesquisador se apresenta ante o pesquisado e lhe formula perguntas, com a finalidade de obter dados que são de interesse do tema em estudo, constituindo-se, desse modo, em uma interação social. Esse autor nos informa também que essa é uma das técnicas mais utilizadas e consideradas pela maior parte dos pesquisadores como a mais eficiente.

Devido a sua versatilidade e flexibilidade, a entrevista pode desempenhar um papel fundamental numa pesquisa científica, principalmente quando combinada com outros

métodos de coleta de dados. As intuições e percepções providas dela podem melhorar a qualidade de um levantamento e de sua interpretação. (JÚNIOR; JÚNIOR, 2011).

Esses instrumentos de coleta de dados:

[...] são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004, p. 215).

Um fato curioso, não intencional, porém relevante, motivo pelo qual achamos importante destacar, é que nenhum dos alunos entrevistados participou da primeira etapa da pesquisa, que foi a aplicação do questionário estruturado em sala de aula.

No que diz respeito ao destaque feito, o fazemos, pois, em nosso planejamento individual, entendíamos que o estudante, ao participar das três fases da pesquisa, estaria mais vinculado ao tema e ao pesquisador e isso poderia contribuir para o aprofundamento da discussão, porém, na prática, a nossa tese não se confirmou, já que não conseguimos cumprir as três etapas, tampouco os alunos entrevistados participaram da primeira fase da coleta de dados, fato que, em nosso entendimento, não comprometeu o cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos.

No que diz respeito aos participantes desta etapa, podemos destacar que todos concordaram em assinar os termos de consentimento livre e esclarecido e a eles foi garantido o caráter anônimo de sua participação na pesquisa. Deixamos claro para todos eles que sua participação seria voluntária e, a qualquer momento, poderiam solicitar a retirada do conteúdo de suas entrevistas do texto, o qual poderia ser apresentado para eles, se esse fosse o seu desejo, antes de ser publicado.

Foram sete os estudantes que participaram desta etapa da pesquisa. Como já dissemos, não foi possível estabelecer critérios muito seletivos para a escolha dos participantes. O único critério de que não abrimos mão refere-se ao fato que o discente deveria estar matriculado e frequentar um dos quatro cursos superiores oferecidos pela instituição e, em algum momento da vida escolar, ter vivido a experiência do uso de substâncias

psicoativas, lícitas ou ilícitas, com ou sem indicação médica. Passamos a seguir a caracterização dos participantes desta fase da coleta de dados.

Dos sete alunos entrevistados cinco eram do sexo masculino e dois do sexo feminino. Desses alunos, três cursavam Engenharia Mecânica e quatro, Engenharia de Minas; portanto, não tivemos, nesta fase da pesquisa, nenhum discente entrevistado que fosse matriculado no curso de Sistemas de Informação e no de licenciatura em Matemática.

No que tange à representação por curso na participação desta fase da pesquisa, cabe destacar que nosso principal objetivo neste estudo é identificar que fatores podem estar associados à drogadição do estudante no ensino superior; portanto, entendemos que, independentemente da formação acadêmica, guardadas as proporções que podem variar de aluno para aluno, de curso para curso, de instituição para instituição, as tensões por que passa o estudante são basicamente as mesmas.

Por isso nos contentamos com a diversidade de alunos que foi possível captar para esta fase do estudo, seguros de que esse fator (não nessa fase da pesquisa a participação de alunos matriculados em todos os cursos superiores oferecidos pela Instituição), não prejudicaria a discussão que nos propomos em fazer em nosso trabalho.

Descreveremos a seguir algumas características dos participantes, obviamente sem identificá-los e, para isso, utilizaremos abreviaturas. Neste espaço, apresentaremos também alguns detalhes particulares de cada entrevista que podem ser relevantes na análise da temática estudada em nossa pesquisa.

O nosso primeiro participante é o aluno C.A.B. Quando ele foi entrevistado, estavam faltando alguns poucos dias para a conclusão da sua graduação. O C.A.B. relatou que sua experiência com o uso de substâncias psicoativas, na expectativa de que com isso obtivesse melhores resultados escolares, se restringiu ao uso do cloridrato de Metilfenidado comercializado nas marcas Ritalina e Concerta.

O período escolar em que recorreu ao medicamento foi principalmente durante a elaboração do trabalho de conclusão de curso, porém relatou que também fez uso às vésperas de processos avaliativos; portanto, o C.A.B. não fez uso de substâncias psicoativas para fins de melhoria de desempenho escolar, antes da academia. Ele assim relata:

[...] Utilizei o remédio quando estava fazendo o trabalho de conclusão do curso e nos momentos de avaliação das matérias mais pesadas nos últimos períodos. [...] Utilizei o medicamento no final, por conta do TCC. (C.A.B.).

Durante a entrevista, foi possível perceber que, muitas vezes, o acadêmico chegou às fases finais da graduação despreparado para uma produção textual mais complexa, em especial àqueles que graduam nas áreas de exatas.

Segue o relato.

[...] Para alguns que não tiveram a oportunidade de escrever projetos durante a graduação, no momento de escrever a dissertação é o primeiro momento em que você vai ter que escrever algo tão grande, é algo que pra qualquer curso é muito pesado, na engenharia ainda mais. (C.A.B.).

C.A.B., em seu relato, diz que percebeu melhoria do desempenho com o uso das substâncias, porém, com o passar do tempo, chegou à conclusão de que o uso das drogas não fazia mais os efeitos apresentados no início do consumo, por isso deixou de usar. Descreveu inclusive que, ao parar de usar os medicamentos, apresentou manifestações clínicas características de dependência química: “[...] No final de uma caixinha, eu não via mais diferença. [...] Senti uma dor de cabeça por alguns dias, depois que parei de tomar o remédio”.

Quanto aos meios utilizados para acessar a droga, C.A.B. nos informou que o primeiro comprimido foi disponibilizado por um colega que faz uso de ritalina com indicação médica. A partir daí, uma vez que percebeu benefício com o uso da substância, procurou atendimento médico especializado na intenção de conseguir uma quantidade maior dos medicamentos. Quando o fez, surpreendeu-se com a falta de critério e com a facilidade proporcionada pelo profissional em fornecer a prescrição do fármaco.

Seguimos em nossa tentativa de caracterizar os estudantes que entrevistamos. Neste trecho, vamos apresentar S.T.P. O aluno cursa Engenharia de Minas e está no décimo período. S.T.P. relata ter feito uso de psicofármacos algumas vezes, porém, em nenhuma das vezes, percebeu qualquer tipo de efeito que o fizesse render mais. O curioso é que, em conversas com outros colegas que também passaram pela experiência do uso dessas substâncias, o caso do acadêmico seu caso não era exceção e que também o medicamento não surtiu o efeito esperado em outros estudantes.

[...] Sim, já usei, mas em mim não fez efeito. Eu conheço alunos amigos meus, que tomam e que faz a diferença e alguns outros poucos que tomam e não recebem o efeito que esperavam. (S.T.P.).

O estudante se caracteriza como um sujeito sereno e calmo e relatou já ter sido criticado por essa característica, mesmo assim isso não o incomodava. Afirmou que procurou não se deixar influenciar pelas tensões presentes em sua vida cotidiana, em especial as do âmbito acadêmico. Apesar disso, já passou por momentos de estresse que o levou a fazer o inverso: utilizar medicamentos para lhe proporcionar diminuição da ansiedade e combater a insônia.

[...] Eu tento não entrar nesse ritmo frenético das coisas. Como também eu já tomei outros medicamentos em busca do efeito contrário, precisava dormir pra dar uma “desestressada”. O Descojex foi um dos que usei. (S.T.P.).

No que diz respeito à substância de que fez uso para “desestressar”, o Decongex é o nome comercial do fármaco maleato de bronfeniramina + cloridrato fenilefrina recomendado principalmente em crises de rinite alérgica, patologia caracterizada principalmente pela presença de muita coriza. Esse medicamento atua numa função do sistema nervoso responsável, entre outras, pela liberação de mucos. O principal efeito não desejado dessa classe de medicamentos é a provocação de sono.

O medicamento utilizado por esse entrevistado que buscou melhoria no desempenho escolar foi o que a maioria usa: o cloridrato de metilfenidato (ritalina). No que diz respeito aos meios usados para a obtenção da droga, segundo o universitário, um amigo que faz uso rotineiramente lhe cedeu o medicamento.

A terceira participante desta etapa da coleta de dados foi aluna A.P.M. A estudante está matriculada no curso de Engenharia de Minas desde 2010 e atualmente não tem um período letivo definido. Cuida só de se matricular nas disciplinas pendentes nas quais ficou reprovada no passado e, na medida do possível, tenta cumpri-las na esperança de “[...] um dia, terminar o curso”.

A universitária, ao contrário, por indicação médica e devido a transtorno de ansiedade, faz uso de substâncias depressoras do sistema nervoso central. As drogas depressoras do sistema nervoso central produzem no organismo um efeito inverso ao das drogas psicoestimulantes e provocam, entre outros sintomas, a sonolência e a diminuição da capacidade de concentração de quem as consome.

A acadêmica, devido também a fatores pessoais, mas principalmente acadêmicos, sofreu, logo no início da graduação, de uma patologia psíquica chamada transtorno de

ansiedade e, a partir daí, passou a fazer uso de medicamentos para controlar a doença. Em virtude de usar essas substâncias, a universitária, em seus relatos, demonstrou que o ambiente acadêmico, devido a todas as tensões que o atravessam, é um grande indutor dessa prática.

Ela assim relata:

[...] Eu tenho a impressão de que colegas que usam o ansiolítico é maior do que os que usam a ritalina, eu tenho essa impressão. O ambiente acadêmico é superestressante. No começo eu sentia um pouco de vergonha por estar usando ansiolítico, hoje, quatro anos depois, já não sinto mais, até porque conheço outros colegas que também fazem uso, inclusive alguns sem receita. O uso de ansiolítico também existe devido ao ambiente altamente estressante que é o acadêmico. (A.P.M.).

No que diz respeito ao uso de drogas psicoativas na busca por melhores resultados acadêmicos, relata conhecer alguns que utilizam dessa estratégia: “[...] Sempre ouço falar, já conversei com um menino que me falou maravilhas da ritalina, a maioria não gosta muito de assumir, mas tem muita gente que usa”.

A.P.M. é uma estudante que, principalmente devido a fatores escolares, passou a fazer uso de medicamentos psicotrópicos para suportar a carga de estresse pelo qual teve e tem de se submeter para fazer parte do universo acadêmico. Apesar de as drogas consumidas pela universitária não se enquadrarem naquelas utilizadas para a melhoria do desempenho escolar, a escolha da estudante se justifica, pois o nosso estudo não se restringe ao uso de drogas psicoestimulantes.

Nesse sentido, podemos afirmar que, mesmo sendo drogas depressoras do sistema nervoso central, o consumo delas é que proporcionou à estudante as condições psicológicas para “[...] continuar viva” no curso. Por isso, entendemos que, nesse contexto, o consumo dessas substâncias precisa ser problematizado, em especial no campo da educação – discussão feita no capítulo especialmente reservado pra esse fim.

Outro entrevistado é o D.T.B., acadêmico do curso de Engenharia Mecânica, já no décimo primeiro semestre em função do que acontece com a maioria absoluta dos alunos matriculados nesse curso, reprovação em disciplinas.

[...] Em comparação com alguns outros cursos, o curso de Engenharia Mecânica é mais difícil. Estatisticamente falando, você tem uma média de dez por cento que terminam o curso, e o número de alunos que conseguem formar dentro dos cinco anos é ainda menor. A exceção é aquele que não teve de

repetir disciplinas. Na minha turma, tinham 32 pessoas e o índice dos que terminaram sem nenhuma reprovação é de zero (D.T.B.).

O universitário entrevistado faz uso do cloridrato de metilfenidato desde a adolescência, devido ao diagnóstico de transtorno de hiperatividade com déficit de atenção. Como já dissemos, os alunos participantes desta etapa da coleta de dados são aqueles que fazem uso de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas com ou sem indicação médica, por isso o estudante D.T.B. foi entrevistado.

Entendemos que a sua participação contribuiu muito na pesquisa, já que a sua percepção em relação ao consumo da droga é diferente daquela que só a usa como potencializador da sua condição cognitiva que não é patológica, diferentemente do que acontece com D.T.B.

[...] Em algumas situações, a ritalina me atrapalha. Quando eu tenho que prestar atenção em mais coisas, a ritalina me atrapalha. Com a ritalina, pode explodir alguma coisa do meu lado que eu não percebo. Tento tomar menos devido aos efeitos colaterais, aumenta a minha ansiedade, eu fico trêmulo, me atrapalha. (D.T.B).

Conforme percebemos, D.T.B., diferentemente de outros estudantes, luta contra o consumo do medicamento. A seguir, outro trecho de sua fala faz uma reflexão sobre o que estudante deve considerar antes de fazer a opção pelo consumo do medicamento, sem a necessidade clínica: “[...] Você tem que aceitar que o seu cérebro não funciona como os das outras pessoas, você tem que extrair do seu o máximo que for possível”.

Outra estudante que participou deste momento da pesquisa foi a J.M.J., acadêmica em Engenharia de Minas que cursa atualmente o quinto período letivo. Entre todos os universitários que participaram desta fase da pesquisa, J.M.J é a única que não tem residência própria no município de Cachoeiro de Itapemirim, cidade, como já dissemos, onde está localizado o Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim.

A experiência que J.M.J. tem com a utilização de substância psicoativa para potencializar resultados acadêmicos é com o consumo de ritalina, medicamento que, como já mencionamos, é indicado para tratar transtorno de hiperatividade com déficit de atenção.

Quanto à forma por que adquiriu o psicotrópico, também foi outro colega que lhe passou o medicamento. A adesão dessa estudante a esta fase da pesquisa ocorreu de forma diferente da dos outros. Ela estava em companhia de outros dois colegas de turma,

os quais já estavam com entrevista marcada. Por ela estar com eles naquele momento, convidamo-la para participar, e ela aceitou o convite, porém fez uma ressalva: nunca tinha tido contato com essa prática.

O seu relato inicial a colocava fora do público que havíamos definido para esta fase; todavia, para não gerar constrangimentos, decidimos ir adiante e entrevistá-la, o que não nos custaria nada. Para nossa surpresa, a acadêmica, durante a entrevista, “confessou” já ter feito uso de substâncias farmacológicas na expectativa de que com isso pudesse obter melhores resultados, principalmente em períodos de muitas provas.

[...] Na pressão de tirar uma boa nota, eu me submeti a isso, a tomar o medicamento, pra aumentar a concentração e fazer a prova. Buscar facilidade e ter que me dedicar menos ao estudo. Ter mais resultado sem ter muito esforço. (J.M.J.).

A universitária, a exemplo do S.T.P., também não percebeu grandes melhoras com o uso da droga e repetiu a estratégia algumas vezes, mas, diante da falta de resultados, acabou abandonando a prática.

O próximo participante desta etapa da coleta de dados consumiu durante algum tempo a maconha, portanto sua experiência foi com droga ilícita. A expectativa de entrevistá-lo foi muito animadora para mim, pois sabia que os seus relatos enriqueceriam o meu trabalho.

O C.J.C. é aluno do curso de Engenharia de Minas, está no curso há quatro anos e frequenta várias turmas, já que está numa fase de cumprimento de disciplinas em que havia sido reprovado em períodos passados.

[...] Fiz uso da maconha, hoje não faço uso mais. No momento que eu usava, me deixava mais tranquilo, me fazia melhorar o meu desempenho. Depois do efeito, eu já não lembrava direito. Eu nunca tomei medicamento pra ficar sete, oito horas estudando direito, mas conheço muito aluno que faz aqui no instituto, fora do instituto, em outra faculdade, conheço muita gente. (C.J.C.).

Durante o tempo em que estivemos com o universitário, foi possível facilmente perceber o seu alto nível de ansiedade e insatisfação com o curso no que diz respeito aos professores, à instituição, aos processos avaliativos, entre outros. Apresentou-se tenso em relação à sua idade, por ainda não estar no mercado de trabalho e pela demora em concluir o curso e pela pressão sofrida pela família quanto à sua carreira profissional.

Tem amigo meu que já ‘tá formado, e eu estou parado, estagnado, esperando me formar ainda, e vendo que a minha vida não aconteceu. Alguns

professores têm sensibilidade ao desnível que existe entre os alunos, mas a maioria não. (C.J.C.).

O último estudante do qual falaremos é o F.C.S., aluno do curso de Engenharia de Minas, cursando o quarto período letivo; porém, a exemplo de todos os outros, já em débito com algumas matérias em que reprovou em períodos anteriores. Filho de pais humildes que tiveram a oportunidade de estudar, F.C.S. sente-se especialmente pressionado por esse aspecto.

Senão, vejamos:

“[...] Ter uma graduação é uma coisa que muitas vezes nossos pais não tiveram, como é o meu caso, e eles querem que nós filhos tenhamos, como que realizassem na gente um sonho que eles não conseguiram realizar. Os familiares depositam muita esperança no aluno, com isso tem a pressão de satisfazer as pessoas”. (F.C.S.).

Esse acadêmico possui uma característica especial em relação aos seus outros colegas que também participaram desta fase da pesquisa: ele é aluno da instituição desde o ensino médio, já que concluiu na escola o curso de técnico em Mineração. E isso, segundo ele, o deixa “[...] menos apavorado com as pressões presentes na escola”.

Nesse sentido, esse universitário foi o que me pareceu mais conformado com as dificuldades que encontra. Recorre ao uso de substâncias psicoativas e usa o cloridrato de metilfenidato (ritalina) principalmente nos momentos que antecedem os processos avaliativos.

Esse aluno não acredita que o medicamento aumente sua inteligência, mas ele se dá conta de que, sob o efeito da droga, consegue ligar-se mais no que está estudando e, além disso, passa, muito mais tempo do que o normal, dedicando-se aos estudos. Por isso, acredita que essa estratégia acaba contribuindo para obter melhores notas nos processos de avaliação aos quais se submete na instituição. No entanto, destaca o discente: “[...] isso não resolve todos os meus problemas, tanto é que tenho matéria pra pagar”.

Foi possível observar que tentamos cumprir, nas entrevistas, o que estabelecemos como critério para a seleção dos participantes. Entre os entrevistados, tivemos alunos que usaram medicamentos com e sem indicação médica. Quanto às drogas utilizadas, tivemos alunos que as consumiam para estimular ou deprimir o sistema nervoso central. Ademais, entrevistamos alunos que fizeram uso de drogas lícitas e ilícitas.

Podemos afirmar que a amostragem que colhemos nesta etapa da pesquisa nos forneceu material para produzir todas as discussões que nos propusemos a fazer em nosso trabalho.

Passaremos a seguir a análise dos dados coletados de ambos os instrumentos utilizados: os questionários e as entrevistas. Como destacamos ainda na introdução, faremos, nesta fase de nosso texto, a articulação dos resultados de nosso estudo com outras pesquisas que abordaram o tema e ainda os subsidiaremos com os escritos de nosso orientador teórico, Norbert Elias.

Para isso, assim como fizemos na coleta dos dados, faremos a discussão deles em duas etapas: primeiro analisaremos os resultados que colhemos na aplicação dos questionários e, em seguida, faremos o mesmo com o que de mais importante colhemos nas sete entrevistas realizadas.

No próximo capítulo, analisaremos os dados colhidos na aplicação dos questionários e nele predominantemente estará contido o que normalmente estaria separado em um capítulo de revisão de literatura; porém, dada a subjetividade de nossa pesquisa, estamos apostando nessa organização textual que visa discutir o tema de forma mais contextualizada e menos compartimentalizada.

3. O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: O QUE NOS APONTA O QUESTIONÁRIO.

Neste capítulo, discutiremos os dados que coletamos na aplicação dos questionários. Responderam ao instrumento 207 alunos matriculados nos quatro cursos superiores oferecidos pela instituição.

Apresentaremos ainda, dados relativos ao perfil dos acadêmicos da instituição, o nível de conhecimento deles acerca do uso de substâncias psicotrópicas e a proporção de docentes que recorrem a essa prática, por indicação médica ou não.

Conforme foi apresentado, os nossos sujeitos da pesquisa foram os alunos do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), matriculados na modalidade presencial, que estão graduando nos cursos de Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica, Sistemas de Informação e licenciatura em Matemática.

3.1 QUEM SÃO OS ACADÊMICOS MATRICULADOS NO IFES *CAMPUS* CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM?

O primeiro instrumento que utilizamos para coletar os dados que subsidiaram nossa pesquisa foi a aplicação de um questionário com questionamentos fechados e abertos, aplicado de forma presencial nas salas de aula e em horário de atividade letiva. Dos 525 alunos matriculados, 207 responderam aos questionamentos que apresentamos.

Para a realização dessa tarefa, fizemos contato prévio com os professores desses alunos e agendamos com eles data e horário para a aplicação da atividade. Em virtude de fatores relacionados à restrição de tempo do pesquisador, atividades de avaliação sendo realizadas por algumas turmas nos dias reservados para a aplicação do instrumento, ausência de alguns alunos na data agendada e recusa de alguns poucos em responder aos questionamentos, não foi possível que todos os universitários matriculados na instituição respondessem ao questionário aplicado. Mesmo assim, consideramos a amostragem satisfatória, já que quase metade dos acadêmicos da escola participou desta etapa da pesquisa.

No que concerne à participação dos universitários, também com eles não tivemos grandes dificuldades, e, conforme já apontamos, poucos foram aqueles que se recusaram

a participar da etapa, já que tínhamos o apoio dos docentes e a atividade foi realizada em horário de aula.

Nesta etapa tínhamos a intenção de colher informações mais gerais acerca dos acadêmicos da instituição, além de identificar o conhecimento deles acerca da temática estudada. Aproveitamos esse momento também para estabelecer um mínimo de aproximação com os estudantes, no intuito de convidá-los a participar das outras etapas, pois, naquele momento, havíamos planejado realizar algumas observações que poderiam ser importantes na construção do nosso trabalho.

Foi possível perceber, durante a apresentação que fazíamos em todas as turmas pelas quais passamos, que o tema causava certo desconforto entre os universitários que ali estavam, tais como olhares desconfiados, brincadeiras com o colega do lado. O curioso é que poucos foram os estudantes que recorreram à ajuda para realizar a tarefa, tanto feita por nós quanto por outro colega de sala. Não houve, portanto, nenhum grupinho (por menor que fosse) respondendo às questões juntos.

Em todas as turmas pelas quais passamos aplicando o questionário, reservamos pelo menos cinco minutos para a apresentação sintética da pesquisa que estávamos realizando, garantindo-lhes que o trabalho que era realizado não tinha nenhum sentido policial, tampouco esse momento tratava de um levantamento para, no futuro, combater a prática.

Consideramos importante fazer essa ressalva, pois, como já havia atuado na Instituição prestando assistência em enfermagem aos alunos do *campus*, o que era de conhecido da maioria, tínhamos que nossa abordagem pudesse ser entendida por eles como uma estratégia de saúde, no intuito de desenvolver ações que tivessem por finalidade coibir o consumo de substâncias psicoativas por alunos que, com essa prática, pretendessem obter melhores resultados escolares.

Nosso excesso de zelo em relação às impressões que os participantes da pesquisa pudessem ter do nosso estudo se justifica na premissa de que (já destacamos em nosso texto desde seu início) não queremos fazer juízo de valor em relação à prática que aqui estudamos.

Do total de alunos que responderam ao questionário, 65,2% são do sexo masculino, enquanto 33,8% dos alunos que participaram desta etapa são do sexo feminino. Alguns não responderam a essa questão.

Tabela 2 – Distribuição dos alunos que responderam ao questionário por gênero

Masculino	135 alunos	65,2%
Feminino	70 alunas	33,8%
Não informaram	02 alunos	1%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

Talvez se explique essa maioria masculina em virtude de todos os cursos superiores oferecidos no *campus* da área de exatas, os quais tradicionalmente são compostos, em sua maioria, por estudantes do sexo masculino.

Segundo Braga *et al.* (2014), no Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) informa que, entre os egressos do ensino superior em 2003, 62,2% eram mulheres. Essas autoras afirmaram também que as vagas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, respectivamente, 57,9% e 55,7%, também são ocupadas, em sua maioria, por mulheres. Todavia, ressaltam as pesquisadoras, embora haja predominância de estudantes do sexo feminino na graduação e na pós-graduação, a distribuição entre as áreas de conhecimento não se faz na mesma lógica. Ao analisar por gênero e por áreas de conhecimento os acadêmicos cadastrados no CNPq, constata-se que as mulheres são maioria nas ciências humanas e sociais, enquanto os homens são maioria nas engenharias e nas ciências exatas; já nas áreas das ciências da saúde, afirmam, há um equilíbrio. Portanto, os números do *Ifescampus* Cachoeiro de Itapemirim, por oferecer cursos superiores só na área de exatas, tendem em ter, no seu corpo discente, a maioria de estudantes do sexo masculino.

Farias *et al.* (2016) entendem que o fato de haver mais homens que mulheres nas ciências exatas se justifica na premissa de que há uma “[...] noção construída pelo senso comum e culturalmente reproduzida de que os homens estão mais propensos às ciências exatas e as mulheres às ciências humanas.” (FARIAS *et al.*, 2016, p. 3.749).

Em relação à faixa etária dos alunos pesquisados, a grande maioria (79,2%) está na faixa entre 18 e 25 anos, enquanto os maiores de 25 a 30 anos correspondem a 12,6% do

total de universitários participantes. Relativamente à idade de 30 anos, tivemos um percentual de 8,2%.

Tabela 3 – Distribuição dos alunos que responderam ao questionário por faixa etária

De 18 a 21 anos	74 alunos	35,6%
De 21 a 25 anos	90 alunos	43,5%
De 26 a 30 anos	26 alunos	12,6%
De 31 a 35 anos	06 alunos	2,9%
De 36 a 40 anos	05 alunos	2,4%
De 41 a 45 anos	02 alunos	1%
De 46 a 50 anos	00 alunos	0%
Acima de 51 anos	02 alunos	1%
Não informaram	02 alunos	1%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

O percentual extraordinário de estudantes na faixa inferior a 25 anos é devido ao perfil dos cursos. Enquanto os cursos de Engenharia Mecânica, Sistemas de Informação e Engenharia de Minas são ofertados em período integral, manhã e tarde, apenas o de licenciatura em Matemática é ofertado numa condição que permite ao acadêmico conciliar trabalho e estudo, pois a graduação é oferecida em período noturno.

Para Fernandes e Oliveira (2000), em virtude da busca por um lugar na sociedade, o trabalho tornou-se uma questão central, e a escolaridade um diferencial necessário para obter melhor colocação no mercado de trabalho. E “[...] isto tem elevado cada vez mais os estudantes universitários a entrarem no mundo do trabalho a fim de assumir responsabilidade, como também ganhar experiência, sendo este um ponto importante e essencial para o contexto em que vivemos”. (FERNANDES e OLIVEIRA 2000, p. 34).

Nosso estudo, por ter outro foco, não buscou números que proporcionassem o aprofundamento na discussão acerca dos universitários trabalhadores matriculados na instituição; no entanto, não é difícil supor que os alunos matriculados no curso de licenciatura em Matemática, que é oferecido à noite, são, em sua maioria, aqueles pertencentes às faixas etárias mais elevadas, já que frequentar as aulas em período noturno é, em grande parte dos casos, condição sem a qual não é possível trabalhar e simultaneamente estudar.

No que diz respeito à distribuição étnica dos participantes, os resultados foram os seguintes: 44,6% se declararam brancos; 35,1% afirmaram serem pardo; 8,4% se autoidentificaram negros; e 1% declarou-se indígena. Os outros alunos que responderam ao questionário optaram por não informar. A ressalva que fazemos em relação a esses números é que a questão foi apresentada de forma aberta, ou seja, não havia opções a serem marcadas, o que ocorreu em virtude do caráter autodeclaratório presente nas discussões étnicas feitas em nosso país.

Tabela 4 – Distribuição dos alunos quanto à etnia autodeclarada

Declararam-se brancos	90 alunos	44,6%
Declararam-se pardos	71 alunos	35,1%
Declararam-se negros	17 alunos	8,4%
Declararam-se indígenas	02 alunos	1%
Não informaram	27 alunos	10,9%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

Quanto à renda *per capita* informada pelos alunos, dos 207 que participaram 204 responderam. Na tabela 4, apresentamos alguns detalhes das informações levantadas.

Tabela 5 – Distribuição dos alunos quanto à renda *per capita* informada

Acima de 3 salários mínimos	72 alunos	34,7%
Acima de 1 até 2 salários mínimos	61 alunos	29,4%
Inferior a 1 salário mínimo	50 alunos	24,1%
Acima de 2 até 3 salários mínimos	21 alunos	10,1%
Não informaram	03 alunos	1,4%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisado

Consideramos importante ressaltar que, também nesse questionamento, a resposta era livre, ou seja, o discente, com base no conhecimento do total da sua renda familiar, calculava a sua renda *per capita* naquele momento. Observamos que muitos estudantes não sabiam o que era renda *per capita*, portanto foi necessário, em muitos momentos, explicar a todos que era como se procedia ao cálculo.

Uma vez que os alunos informaram a renda média de cada um em valores absolutos, procedemos ao cálculo a fim de apresentar os resultados desse questionamento baseado em salários mínimos, cujo valor de referência é o praticado no corrente ano.

No que diz respeito à democratização no acesso ao ensino superior à rede pública federal, os números apresentados na tabela 6 corroboram a defesa de que a transformação das antigas escolas técnicas em institutos e, daí em diante a promoção de oferta de cursos superiores, contribuiu significativamente para a ampliação do acesso de mais jovens a esse nível escolar.

Em relação à mudança de paradigma com o surgimento dos institutos:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), ou simplesmente Institutos Federais, são instituições de ensino criadas pela Lei 11.892/2008 a partir da reestruturação de uma estrutura pré-existente formada pelas antigas escolas técnicas e agrotécnicas federais, CEFETs e escolas técnicas vinculadas às universidades federais. (TAVARES, 2013, p. 1).

Costa *et al.* (2010) afirmam que, mesmo ressalvados, alguns desencontros que avaliam serem aceitáveis dada a jovialidade da política, a reconfiguração da rede federal de ensino profissional seguramente promoveu um grande avanço no que concerne à democratização do ensino superior.

De acordo com os autores:

As alterações estruturais e sobretudo a expansão marcam o desejo do decreto inicial de sua fundação: aumentar o acesso de toda população brasileira a uma educação profissional e tecnológica de qualidade e gratuita, se tornando um ensino acessível a todas as camadas da sociedade. (COSTA *et al.*, 2010, p. 12 – 13).

Ono e Tonon (2016) apresentam informações que ratificam a afirmação anterior, segundo os quais, dados do Censo Escolar de 2013 não deixaram dúvidas acerca da importância dos institutos federais na ampliação do acesso ao ensino superior. Entre 2007 e 2013, a rede federal obteve um aumento na oferta de vagas para o ensino na ordem de 108%. Esse recorte temporal coincide com a ampliação do ensino profissional superior já citado.

Mesmo assim, cabe ressaltar que os números apresentados na tabela 6 demonstram que os estudantes com renda *per capita* superior a três salários mínimos é superior à daqueles que possuem renda menor. Portanto, a transformação social desejada por quem defende a democratização do ensino superior se mostra ainda em processamento e com o alcance do desejado num horizonte ainda muito distante.

No que pese ainda ao contexto da democratização do ensino superior, achamos importante identificar a proporção de universitários da instituição que são beneficiados

com as ações afirmativas relativas à política de cotas. Como sabemos, o sistema de cotas foi criado para dar a negros, índios, deficientes, estudantes de escola pública e de baixa renda acesso a universidades, concursos públicos e mercado de trabalho.

De acordo com Nogueira *et al.* (2017), a lei de cotas define que no mínimo metade das vagas em cada instituição oferecidas pelo Sisu para cada curso passou a ser reservada para alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas, das quais 25% devem ser destinadas especificamente a alunos da rede pública com renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo e meio.

A mesma lei, segundo os autores,

[...] prevê ainda que, dentro dos dois conjuntos de cotas assim estabelecidos, seja garantido um percentual de vagas para pretos, pardos e indígenas correspondente à proporção desses grupos, indicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na população da unidade da federação em que se encontra a instituição. (NOGUEIRA *et al.*, 2017, p. 3).

Os resultados que apresentamos na tabela 5 demonstram que, dos acadêmicos que participaram desta etapa da pesquisa, apenas 28,5% se declararam cotistas e o restante ou não respondeu, ou não acessou os cursos oferecidos por meio desse benefício.

Tabela 6 – Distribuição dos alunos por modalidade de acesso

Não cotistas	143 alunos	69,0%
Cotistas	59 alunos	28,5%
Não informaram	05 alunos	2,5%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

No que diz respeito à discussão em torno das políticas que visam corrigir distorções sociais impostas às minorias, não a aprofundaremos neste texto, já que não propusemos essa abordagem em nossa pesquisa, porém cabe destacar que a instituição está longe de alcançar a meta de ter, em seu corpo discente, pelo menos 50% dos universitários beneficiados por essas políticas.

Como não aprofundamos os dados encontrados, não dá para indicar se a distorção apresentada está na matrícula no início da graduação, se o problema identificado se relaciona com o processo de evasão dos cotistas por dificuldades pedagógicas ou ainda se a política de assistência estudantil executada pela instituição está sendo eficaz suficientemente para manter esse estudante na escola.

É importante destacar neste momento que esta primeira etapa da pesquisa tem por objetivo apresentar algumas características dos alunos participantes, bem como identificar o perfil institucional em que esse aluno está inserido. Portanto, em nosso entendimento, apresentar e discutir minimamente esses dados nos ajuda no cumprimento dos requisitos necessários para que a nossa pesquisa ganhe características de um estudo de caso.

Outro dado relevante na caracterização dos alunos matriculados nos cursos superiores oferecidos pela instituição diz respeito ao local de residência desses estudantes. A maioria absoluta ou mora em Cachoeiro de Itapemirim, cidade em que está situado o *campus*, ou reside em municípios da região, e uma minoria reside em outro Estado ou em outra região do Espírito Santo.

Com os dados até aqui apresentados, já é possível descrever um perfil, ainda que pouco aprofundado, já que esse não constitui o objetivo central do trabalho, dos alunos matriculados no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) *campus* Cachoeiro de Itapemirim.

Nesse sentido, podemos afirmar que os alunos que estão participando de nossa pesquisa são graduandos dos cursos de Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica, Sistemas de Informação e licenciatura Matemática, ou seja, estudiosos das ciências exatas. São, em sua maioria, homens, brancos ou pardos, predominantemente jovens entre 18 e 25 anos, possuem, em sua maioria, renda *per capita* superior a um salário mínimo, moram quase que, na totalidade, em municípios próximos ao local em que estudam e preponderantemente não acessaram o ensino superior por meio da política de cotas.

No que diz respeito à amostragem colhida, cabem aqui algumas informações importantes. Dos acadêmicos que responderam ao questionário, 33,8% cursavam licenciatura em Matemática, 23,7% frequentavam o curso de Engenharia Mecânica, 25,1% o curso de Engenharia Mecânica, 14% estavam matriculados no curso de Sistemas de Informação, enquanto os restantes dos respondentes não informaram em qual curso estavam graduando.

Em relação ao período em que estavam matriculados, cabem aqui alguns destaques, independentemente do curso: a maioria estava matriculada ou no segundo período (26,1%), ou no quarto período (21,2%); ou no sexto período (18,7%), ou ainda no

oitavo período (17,2%), enquanto o restante, em menor proporção, está em outros períodos. Na tabela 7, apresentam-se mais detalhes.

Tabela 7 – Distribuição por período letivo matriculado

Primeiro período	00 aluno	00,0%
Segundo período	53 alunos	25,6%
Terceiro período	01 aluno	0,5%
Quarto período	43 alunos	20,7%
Quinto período	00 aluno	00,0%
Sexto período	38 alunos	18,3%
Sétimo período	04 alunos	2,0%
Oitavo período	35 alunos	16,9%
Nono período	02 alunos	1,0%
Décimo período	14 alunos	6,7%
Não informaram	17 alunos	8,2%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

Cabe ressaltar que a proporção de alunos participantes dessa fase da pesquisa (por curso ou por período) não foi definida de forma proposital. A estratégia utilizada, como discutido no capítulo de metodologia, foi o agendamento com os professores dos cursos. Quanto ao nível de desenvolvimento nos cursos, devido à reposição de matéria feita pelos alunos, havia, numa mesma turma, alunos matriculados em períodos diferentes. Já a proporção de alunos participantes nos cursos também era aleatória, visto que dependia da disponibilidade do professor.

A aplicação dos questionários *in loco* ajudou muito na adesão à pesquisa, já que a abordagem durante a aula acabou tencionando a participação dos alunos, mesmo que na apresentação deixasse claro que a decisão em responder, ou não, era livre. Não encontramos dificuldades em relação à boa vontade dos professores de interromper, atrasar o início ou antecipar o fim de seus conteúdos programados para aquele dia. Foi essa disponibilidade dos docentes que nos permitiu aplicar o instrumento como havíamos planejado *in loco*, no intuito de não criar grandes transtornos, ao desenrolar das aulas em que foi feito contato prévio com os docentes, para proceder ao agendamento do dia e do horário da aplicação do questionário.

4.2 AS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E OS ACADÊMICOS DO IFES CAMPUSCACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Daqui para frente, entraremos na discussão do uso de drogas psicoestimulantes por universitários matriculados no Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim.

O termo “droga”, muitas vezes mal-empregado, ganha conotação frequentemente ilícita. Carlini *et al.* (2001) nos ajudam, quando a descrevem como droga qualquer substância capaz de alterar o funcionamento de um organismo vivo, resultando em modificações fisiológicas e/ou comportamentais.

Portanto, essas substâncias produzem efeitos terapêuticos, ou seja, para fins benéficos, ou efeitos maléficos, tais como envenenamentos e intoxicações. Quando utilizadas de forma diferente dos padrões médicos recomendados, o seu consumo pode passar a ter conotação negativa ao indivíduo.

Nesse sentido, o termo “droga” refere-se também a medicamentos que atuam no sistema nervoso central. Essas substâncias são também chamadas de psicofármacos, drogas psicotrópicas ou drogas psicoestimulantes. Tais fármacos podem ser consumidos com o objetivo de modificar sentimentos, pensamentos ou sensações. Muitas dessas substâncias são utilizadas para aliviar dores, ansiedades ou angústias e algumas levam ao sono e a outras à atividade. Isso se deve ao fato de atuarem no sistema nervoso central. (GÓIS e AMARAL 2009).

Pasquini (2015) reitera que as drogas psicoestimulantes agem no cérebro fazendo-o funcionar de forma mais dinâmica e colocando-o em um estado de alerta acima dos níveis basais. Elas causam euforia e bem-estar com o conseqüente aumento da capacidade de trabalho. Como representantes principais desse grupo, destacam-se as anfetaminas, o êxtase e a cocaína.

Para Carlini *et al.* (2001), as drogas psicotrópicas estimulantes, que são as que nos interessam neste estudo, atuam estimulando o sistema nervoso central (SNC) e, por conseqüente, aumentando os níveis de concentração e o estado de vigília.

No que se refere às drogas psicoestimulantes, Marconet *et al.* (2012) salientam que o uso desses medicamentos parece ser uma característica cultural da sociedade ocidental

contemporânea, em que impera a certeza de que todos os sofrimentos, sejam biológicos, sejam psicológicos, devem ser eliminados a qualquer preço.

Diante dos problemas cotidianos, a prática do uso de medicamentos tem se tornado um dos caminhos mais eficientes e rápidos para amenizar o sofrimento psíquico das pessoas. A crença de que o medicamento apresenta uma fórmula mágica para a solução dos problemas e insatisfações do cotidiano tem incentivado o uso abusivo de medicamentos na sociedade. (MARCON *et al.*, 2012. p. 248).

Nesse sentido, o autor afirma que essas drogas deixaram o *status* de mercadorias simplesmente curativas para se tornarem símbolo de beleza, eficiência e prazer, passando a ser tratadas como produtos capazes de adequar o funcionamento fisiológico e psicológico do organismo às exigências da atualidade.

Com base nas informações e no debate apresentado acima, uma vez que os alunos escolhidos para participar da pesquisa, em sua maioria, não possuem aproximação nenhuma com a área da saúde, decidimos, então, usar o termo “medicamento” para tratar das drogas (lícitas) utilizadas por aqueles que, com essa prática, pretendem melhorar o desempenho acadêmico.

Dos 207 acadêmicos participantes dessa etapa da pesquisa, 79,2%, ou seja, 164 estudantes já ouviram falar do uso de medicamentos para a melhoria da *performance* escolar, enquanto 20,8% relataram nunca ter ouvido falar dessa prática.

Tabela 8 – Proporção de universitários que conhecem o tema

Alunos participantes	207 alunos	100%
Conhecem o assunto	164 alunos	79,2%
Não conhecem o assunto	43 alunos	20,8%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

No que se refere ao conhecimento dos estudantes acerca do consumo de substâncias psicoativas para fins de melhoria do desempenho acadêmico, não encontramos nenhuma pesquisa que investigasse essa questão. Conforme já apontamos, majoritariamente os estudos publicados que discutiram o tema estavam mais focados em debater o percentual de estudantes consumidores e todas as repercussões relativas a esse consumo, e nossa pesquisa diferentemente está preocupada em evidenciar as razões que levam acadêmicos a aderir a essa prática; por isso, definimos que seria relevante apurar esse dado.

Os resultados apontados na tabela acima demonstram que a maioria dos universitários matriculados no Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim conhece a prática do uso de substâncias psicoativas para fins de melhoria do desempenho escolar e a decisão por aderir, ou não, a essa prática. Conforme veremos no capítulo reservado para discutir o outro instrumento utilizado para proceder à coleta de dados, é individual e vai depender, entre outros fatores, da capacidade de cada um em suportar a pressão característica do universo acadêmico.

Quanto aos estudantes que buscam, com essa prática, impulsionar a performance acadêmica, Barros (2009) nos lembra que várias técnicas, estratégias ou instrumentos podem ser utilizados para favorecer a aprendizagem, entre os quais a tecnologia da informação (Internet), a organização do material a ser estudado, o planejamento do tempo respeitando momentos para a leitura, lazer e sono, alimentação equilibrada, atividade física e dedicação. Para além dessas medidas, algumas substâncias, como café, guaraná, chá-mate, refrigerantes à base de cola que atuam aumentando o estado de vigília e, conseqüentemente, os níveis de atenção, podem ser utilizadas por estudantes como medidas menos agressivas, sob o aspecto fisiológico, a fim de obter melhores rendimentos na realização de suas atividades discentes.

Em estudo realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o qual tinha por objetivo traçar o perfil do uso de substâncias psicoativas pelos universitários do curso de Medicina do Centro de Ciências da Saúde, Pereira *et al.* (2008) identificaram que os ansiolíticos e as anfetaminas são os medicamentos com maior potencial para o uso abusivo. Para eles, os acadêmicos de Medicina usam tais medicamentos em virtude do extenso conteúdo curricular a ser estudado, no intuito de ficarem mais atentos e/ou acordados durante mais tempo e até mesmo como mecanismo para suportar a pressão psicológica por que passam esses estudantes.

A respeitada proporção de estudantes que fazem ou que já fizeram uso de substâncias psicoativas em busca de melhoria dos resultados escolares, em nossa pesquisa identificamos que, dos 207 alunos que responderam ao questionário, 21,2%, ou seja, 43 estudantes, já fizeram, em algum momento da vida escolar, uso de medicamentos para essa finalidade. A maioria desses (65,9%) o fez depois da chegada à academia, enquanto os outros 34,1% já utilizavam o medicamento antes da graduação.

Tabela 9 – Proporção de alunos que consomem ou que já consumiram substâncias psicoativas

Alunos participantes	207 alunos	100%
Já fizeram uso	43 alunos	21,2%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

Tabela 10 – Distribuição em relação ao momento da vida escolar em que consumiu

Fizeram uso antes da graduação	15 alunos	34,1%
Fizeram uso depois de entrar na universidade	29 alunos	65,9%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

No que concerne ao uso de fármacos psicoestimulantes, para Silveira *et al.* (2015), no ambiente acadêmico, essa prática se mostra contundente, já que o trabalho intelectual demanda concentração e disposição do indivíduo. A deficiente organização de estudos associada à alta carga horária do curso remete ao acúmulo conteudista, impelindo-o a verdadeiras maratonas de estudo. O ensino superior exige, por parte do aluno, muito trabalho. Nesse contexto, os universitários saudáveis fazem uso de fármacos psicoestimulantes, para que consigam estudar por mais horas e potencializar a eficácia acadêmica.

Pasquini (2015), por meio de um questionário fechado, investigou 3.553 alunos de cursinhos preparatórios para vestibular, a fim de identificar como estava, à época, o uso de fármacos com a finalidade de “turbinar o cérebro”. Chamou a nossa atenção nesse estudo que, dos 3.553 alunos entrevistados, 1.236, ou seja, 34,8% do total de entrevistados, confirmaram que, em algum momento, fizeram uso de alguma droga, com o objetivo de proporcionar ganhos cognitivos. Desses, pouco mais da metade, 710 estudantes, soube informar o nome do fármaco utilizado. Segundo o autor, nenhum dos estudantes tem conhecimento detalhado do mecanismo de ação dos fármacos por eles utilizados; no entanto, 634, ou seja, 89,3% dos estudantes, relataram o uso de algum psicoestimulante e se preocuparam com as reações neurofisiológicas futuras.

Pesquisa semelhante foi feita por Silveira *et al.* (2015), na qual o objeto de pesquisa foi constituído de discentes de Medicina matriculados em uma universidade do sul de Minas Gerais. O objetivo desse estudo foi verificar a frequência do uso de psicoestimulantes por esses alunos. Para tanto, foram utilizados questionários a que

responderam 116 alunos. Os principais estimulantes utilizados por esses estudantes foram o café (50,86%), os energéticos (17,24%) e o metilfenidato (ritalina) (8,62%).

As dificuldades encontradas pelos discentes no cenário universitário para a obtenção de êxito são diversas, entre as quais estão as questões pessoais dos alunos quanto ao déficit de aprendizagem no curso da educação básica, as exigências curriculares que devem ser atendidas e a adaptação ao ambiente universitário. Esses fatores implicam tanto o desempenho acadêmico como o desenvolvimento psicossocial dos estudantes. Durante toda a graduação, é exigida dos alunos maior autonomia para a participação nas atividades curriculares e extracurriculares, como palestras, cursos, congressos e outros. (SANTOS *et al.*, 2011).

Nesse sentido, o uso de drogas psicoestimulantes por estudantes jovens e adultos, com a intenção de melhorar o funcionamento cerebral e, conseqüentemente, aumentar o rendimento acadêmico, é uma prática cada vez mais presente nos dias atuais. (PASQUINI, 2012).

Uma vez que, em condições normais, há uma finalidade clínica para o uso dessas drogas, achamos que seria importante questionar, nesta etapa da pesquisa, se havia, ou não, indicação médica para o uso dos psicotrópicos por aqueles que os consumiam. Dos alunos que relataram fazer uso das drogas, 84,5% informaram que o faziam sem prescrição médica, enquanto o restante, por questões clínicas ligadas principalmente ao déficit de atenção e a transtornos depressivos e de ansiedade faziam uso dessas drogas após avaliação e prescrição médica.

Meira (2012), em publicação em que pretendia discutir criticamente a medicalização na educação, destaca que essa prática, a medicalização, decorre da transformação de sensações físicas ou psicológicas normais, tais como insônia, cansaço e tristeza, em sintomas de doenças, como distúrbios do sono, dores e depressão, que, em muitos casos, se concretizam em diagnósticos médicos e, em outros, em práticas de automedicação.

Gama e Secoli (2017, p. 02), em estudo que tinha por foco discutir a prática da automedicação nos estudantes de enfermagem do estado do Amazonas, afirmam:

A automedicação é uma prática frequente em inúmeros grupos etários e em diferentes culturas, que retrata o princípio do próprio indivíduo selecionar e usar espontaneamente algum medicamento que considere adequado para resolver um problema de saúde. Essa prática inapropriada pode ocasionar resistência antimicrobiana, reações adversas a medicamentos, interações

medicamentosas, risco de mascaramento de doenças evolutivas e aumento do uso de recursos financeiros para o sistema de saúde.

A partir desse ponto da nossa pesquisa, começamos a entrar em questões que visam mais diretamente responder ao objetivo central de nosso estudo: quais fatores podem estar associados ao uso de substâncias psicoativas para fins de busca por melhores resultados escolares?

A primeira pergunta que fizemos diz respeito aos momentos ou à frequência em que o discente recorreu à prática, e 64,9% responderam que o consumo ocorre em períodos de aplicações de provas e/ou apresentação de trabalhos acadêmicos, enquanto 16,2% disseram fazer uso diário e 10,8% confirmaram que consomem o medicamento pelo menos duas vezes por semana. A seguir, apresentamos mais detalhes das respostas.

É importante destacar que, dos 43 universitários que afirmaram que, em algum momento, haviam recorrido à prática, 37 responderam a essa pergunta; portanto, supõem-se que seis estudantes não fazem mais o uso de drogas psicoativas para fins de melhoria do desempenho escolar, por isso optaram por não responder a essa questão.

Tabela 11 – Frequência em que os alunos recorrem ao uso da medicação

Alunos participantes	37 alunos	100%
Em momentos de avaliação	24 alunos	64,9%
Todos os dias	06 alunos	16,2%
Duas vezes por semana	04 alunos	10,8%
Entre três e cinco vezes por semana	02 alunos	5,4%
Só usou uma vez	01 aluno	2,7%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

Não encontramos em nossas pesquisas, para balizar a nossa temática, nenhum estudo que problematizasse a frequência do uso dessas psicoativas. No entanto, o fato de identificarmos o aumento do consumo dessas drogas em momentos próximos aos processos avaliativos nos induz a discutir se o currículo escolar e os métodos avaliativos tradicionalmente utilizados também podem influir na decisão do estudante sobre a adesão a essa prática para obter melhores resultados.

No que concerne à necessidade de problematizar esse aspecto, o faremos em outro trecho da nossa dissertação, uma vez que, neste capítulo, pretendemos apresentar os

dados objetivos colhidos e compará-los, obviamente sem perder a oportunidade de discuti-los, com outras publicações que também buscaram investigar os alunos que, por meio do uso de drogas psicoestimulantes, pretendiam melhorar o seu desempenho acadêmico.

Dos alunos que já fizeram, mas não fazem atualmente uso de medicamentos para a melhoria do desempenho escolar, 75% responderam que, se fosse necessário, voltariam a fazer uso da droga; já os outros 25%, por razões diversas, responderam que não voltariam a usar o medicamento.

Nesse sentido, já nos parece possível sugerir, de forma contundente, que os processos avaliativos, aos quais se submetem os acadêmicos matriculados em algum dos cursos oferecidos pelo *Ifescampus* Cachoeiro de Itapemirim, do ponto de vista objetivo, interferem diretamente na decisão desses estudantes sobre o uso de substâncias psicoativas, na tentativa de melhorar seus resultados nos processos avaliativos.

Quando nos propomos a debater as nuances escolares e não escolares que interferem na decisão do estudante do ensino superior sobre o uso de drogas psicoestimulantes para a obtenção de melhores resultados acadêmicos, temos a clara intenção de apontar as supostas causas, sem, no entanto, aprofundar a discussão sobre cada uma delas.

À vista disso, não pretendemos, em nosso trabalho, discutir ou criticar o currículo escolar, tampouco os métodos avaliativos que tanto a instituição ou o professor escolhem. Pretendemos, sim, apontar que esses (o currículo e os métodos avaliativos) interferem na decisão pela prática do uso de drogas por alunos do ensino superior e por isso, precisam ser revistos.

Ainda quanto ao uso de drogas psicoestimulantes por alunos do ensino superior, nesta primeira fase identificamos que, do total de acadêmicos que fazem ou que já fizeram uso de medicamentos neuroestimulantes para melhorar o resultado em processos avaliativos escolares, 25% não sabiam ou não se lembravam de qual era, ou é, o nome da substância consumida.

Pasquini (2015), em um estudo que tinha por objetivo identificar quais substâncias os estudantes mais utilizam para “turbinar o cérebro”, identificou que, de todos os alunos pesquisados, apenas 19,9% sabiam ou se lembravam do nome da droga que usam ou que haviam usado para esse fim.

Na pesquisa realizada por Pasquini, os alunos entrevistados eram estudantes do ensino médio, talvez, por isso, os resultados quanto ao conhecimento das drogas utilizadas apresentados em nossa pesquisa sejam tão diferentes dos encontrados pelo colega, já que nossa pesquisa investiga alunos já no ensino superior, muitos dos quais em períodos avançados do curso. Na discussão do outro instrumento que utilizamos em nossa pesquisa, a entrevista, abordaremos de forma mais aprofundada o dado.

A exemplo do que encontramos em outras pesquisas, a ritalina foi a substância mais utilizada pelos alunos que responderam ao questionário. Outras drogas também são utilizadas, porém numa proporção muito menor.

Neste ponto do questionário, encerramos a discussão em torno do consumo dos medicamentos que, em tese, “colaboram” para a melhoria do desempenho escolar. Como já dissemos, usamos o termo medicamento para não confundir o uso de drogas lícitas com as ilícitas.

Passamos agora a apresentar dados referentes ao consumo de bebidas alcoólicas e ao consumo de drogas ilícitas.

Quanto ao consumo de álcool, devido ao seu efeito estimulante e a sua capacidade de provocar bem-estar, quando consumido em doses moderadas, achamos que seria importante fazer uma abordagem do seu consumo pelos alunos participantes da pesquisa.

Para Pedrosa *et al.* (2011), o uso de substâncias psicoativas, sobretudo de álcool, encontra-se presente em anúncios comerciais, filmes, letras de música e outros meios de comunicação de massa. A apresentação dessas substâncias associadas a fatores desejáveis, como prazer, beleza, sucesso financeiro e sexual, poder, de forma explícita ou implícita, configura-se como um importante fator de risco para o seu consumo abusivo.

Nesse sentido, em nosso instrumento de coleta de dados, perguntamos pelo consumo, ou não, de bebidas alcoólicas: do total de respondentes, 52,2% informaram fazer uso da substância, dos quais 78,7% consomem álcool só nos fins de semana, 13% quando estão sob estresse elevado e um percentual importante (3,7%) consome bebida alcoólica todos os dias.

Tabela 12 – Proporção de alunos que consomem álcool

Alunos que responderam	207 alunos	100%
Consumem álcool	109 alunos	52,7%
Não consomem	98 alunos	47,3%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

Tabela 13 – Frequência em que os alunos recorrem ao consumo de álcool

Alunos participantes	108 alunos	100%
Só nos fins de semana	86 alunos	79,6%
Só quando estão sob estresse	15 alunos	13,8%
Só em festas	03 alunos	2,7%
Todos os dias	04 alunos	3,7%

Fonte: Questionário aplicado pelo próprio pesquisador

Para Barros *et al.* (2012), o consumo do álcool pelos estudantes estaria ligado à fuga dos problemas do dia a dia, estratégia para lidar com situações negativas de caráter pessoal, em decorrência de pressão social direta ou indireta, alternativa para lidar com situações negativas resultantes de aspectos sociais e econômicos e, principalmente, caráter prazeroso da bebida ou da situação em que é consumida. Talvez, por isso, a maior parte dos alunos que confirmaram o uso da substância o faz ou nos fins de semana, ou em momentos de estresse elevado.

Uma pesquisa realizada por Paduaniet *al.* (2008) com alunos do curso de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia chegou a resultados em alguns aspectos semelhantes ao que encontramos. A frequência com que os universitários faziam uso de bebidas alcoólicas se apresentou da seguinte forma: 65,17% bebiam ocasionalmente; 27,86% de uma a duas vezes por semana; 5,97% de três a quatro vezes por semana; e 1% todos os dias. A pesquisa feita pela colega revelou, ainda, que o principal tipo de bebida consumida pelos alunos é a cerveja (68,65%), seguido de destilados (46,26%), vinho (45,77%) e chope (33,33%).

Tratamos, em nossa pesquisa, do consumo das drogas consideradas ilícitas que, obviamente, também provocam alterações fisiológicas no sistema nervoso central. Dos alunos que se submeteram à aplicação do questionário, 77,9% responderam não fazer uso de nenhuma droga ilícita; dos que relataram fazer uso de alguma dessas

substâncias, a maioria faz, ou já fez, uso de maconha; outras drogas também apareceram, entre as quais podemos destacar a cocaína e o LSD.

Em virtude de se tratar de uma resposta aberta e aparentemente do fato de que alguns estudantes ainda têm dúvidas de quais são as drogas ilícitas, outras substâncias apareceram, tais como alguns medicamentos, cigarros, guaraná em pó.

Cabe destacar neste trecho que, apesar de abordarmos o consumo do álcool e de drogas ilícitas em nosso questionário, não é o foco de nossa pesquisa estudar profundamente essa temática, que é relevante. Nossa discussão está focada no uso dessas ou de quaisquer outras drogas para fins de busca por melhores resultados escolares, por isso, e somente por isso, não aprofundamos os dados relativos ao consumo dessas substâncias, que podem – por que não? –, em outro trabalho, ser estudadas de forma mais aprofundada.

No que concerne ao uso de substâncias psicoativas para fins de melhoria do desempenho acadêmico e com base no questionário aplicado, poderíamos afirmar que os estudantes universitários do Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim, em sua maioria 79,2%, já ouviram falar do uso dessas drogas para essa finalidade; 21,2% fazem ou já fizeram uso, dos que consomem ou já consumiram essa substâncias, a maioria (65,9%) aderiu à prática no âmbito universitário. O momento em que esses estudantes mais recorrem à prática é próximo ao dos processos avaliativos, pois 64,9% dos respondentes afirmaram isso; 84,5% dos estudantes que recorrem ao uso dessas substâncias as consomem sem nenhuma indicação ou prescrição médica. A substância mais utilizada, a exemplo do identificado em outros estudos, é o cloridrato de metilfenidato (ritalina).

Quanto ao consumo de álcool e de drogas ilícitas, os dados coletados sugerem que um de cada dez alunos da instituição consome maconha ou alguma outra droga proibida por lei. Poderíamos supor também que um pouco mais da metade dos alunos do *campus*, em sua maioria, faz uso de bebidas alcoólicas só nos fins de semana, porém uma proporção importante quase quatro de cada cem consomem essa substância diariamente, alguns dos quais supostamente em associação a alguma outra droga psicoativa, o que poderia ser ainda mais grave.

Conforme já destacado, a aplicação do questionário tinha por finalidade, em primeiro lugar, buscar uma aproximação com os alunos da instituição e a aproximação deles para

com o tema; em seguida, traçar um perfil dos estudantes pesquisados: condições socioeconômicas, faixa etária, gênero, raça, local de residência e cursos em que estão matriculados.

A próxima etapa da nossa pesquisa foi a realização de entrevistas individuais semiestruturadas com alunos que efetivamente, por razões médicas, ou não, utilizam, ou em algum momento utilizaram, substâncias psicoativas, e o que é mais importante para o nosso estudo, o que os estimulou a consumir essas drogas.

4. O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: O QUE ESTÁ QUAIS FATORES ESTÃO ASSOCIADOS A ESSA PRÁTICA?

Nesta etapa, continuaremos associando os resultados que encontramos com outros estudos publicados por outros colegas pesquisadores. Devido ao caráter subjetivo desta fase da pesquisa, associaremos também os dados encontrados aos conceitos e proposições elaborados pelo autor que escolhemos para balizar teoricamente nossa pesquisa: Norbert Elias.

Conforme já descrito no capítulo em que apresentamos a metodologia escolhida para a construção da nossa pesquisa, o segundo instrumento que utilizamos para a coleta de dados foi a realização de entrevistas individuais semiestruturadas com sete alunos que faziam uso de substâncias psicotrópicas, lícitas ou ilícitas, prescritas ou não prescritas por profissional médico.

Dos sete estudantes que participaram desta fase, um teve experiência com o uso da maconha, dois utilizavam medicamentos com indicação médica (um para tratamento do TDAH e o outro devido a transtorno de ansiedade) e os outros consumiram as drogas exclusivamente na expectativa de que com isso pudessem obter resultados melhores em processos avaliativos, em construção de textos ou em trabalhos acadêmicos realizados durante o curso.

Com base no descrito acima, é possível perceber a heterogeneidade dos estudantes que participaram desta etapa. Diante do fato, poderíamos questionar se com isso não perderíamos o foco do que queremos identificar: quais fatores podem estar associados à decisão de estudantes do ensino superior sobre a adesão ao uso de substâncias psicoativas para fins de melhoria de resultados escolares?

Todavia, cabe ressaltar que, na perspectiva de nosso referencial teórico, Norbert Elias, nenhum fato é isolado em si mesmo. Nesse sentido, entendemos que, mesmo aqueles estudantes que não fazem uso deliberado de substâncias psicoativas para alcançar o objetivo descrito acima, o fazem pressionados por questões relativas a cobranças curriculares e/ou sociais; por isso, mesmo sem perceber, o uso de tais substâncias lhes permite adequar-se às cobranças a que são submetidos.

Conforme já destacamos, procuramos articular os dados coletados com os resultados de outras pesquisas realizadas acerca do tema e simultaneamente subsidiá-los com as teses

defendidas pelo orientador teórico que escolhemos para sustentar nosso trabalho. Nessa perspectiva, no capítulo anterior em que analisamos os dados colhidos por meio dos questionários, os articulamos predominantemente com os resultados apresentados por outros colegas pesquisadores que, de alguma forma, abordaram, em seus estudos, questões que faziam relação com as informações por nós colhidas no âmbito da nossa pesquisa, neste, priorizamos associar os resultados às bases teóricas defendidas por Norbert Elias.

Consideramos importante reiterar que não pretendemos emitir nenhum juízo moral, seja ele qual for, acerca da decisão do estudante sobre a adesão ao uso de qualquer substância psicoativa no decurso de sua graduação. O que pretendemos, e disso não desviamos o foco, é problematizar as questões relativas ao modelo de sociedade em que vivemos e qual é a participação das tensões provocadas por esse modelo, na decisão e/ou na necessidade do aluno sobre a adesão ao uso de drogas permitidas, ou não, pela lei.

Como subsídio teórico para a construção da nossa pesquisa, utilizamos predominantemente, e sem prejuízo de outros, os conceitos eliasianos de vergonha e embaraço, interdependência e figuração, para que, com base neles, possamos problematizar os fenômenos sociais que estão associados ao uso de substâncias psicotrópicas em estudantes do ensino superior, matriculados no Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim.

Quanto à importância de um referencial teórico na construção de uma pesquisa, Elias muito contribui, quando afirma:

É possível compreender as particularidades da investigação empírica de modo muito mais rico em referências quando se percebe sua significação teórica, assim como é possível assimilar melhor o rumo dos procedimentos teóricos quando os dados empíricos aos quais eles se referem encontram-se disponíveis. (ELIAS, 2001, p. 52).

Uma vez que, no trecho reservado para a introdução ao nosso texto, foram apresentadas ideias gerais e os conceitos eliasianos que subsidiam teoricamente nossa pesquisa, passaremos, daqui por diante, a discuti-los com base nos dados coletados nas entrevistas realizadas.

Nesse sentido, passamos agora a abordar as tensões sociais que podem estar associadas ao uso de drogas psicotrópicas por alunos matriculados nos cursos superiores oferecidos

pelo Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim. À vista disso, pretendemos problematizar a seguinte questão.

4.1 UM MODELO DE SOCIEDADE BASEADO NA PREMISSE DE QUE O SUCESSO PESSOAL DEPENDE EXCLUSIVAMENTE DO DESEMPENHO INDIVIDUAL, PODE INFLUENCIAR NA DECISÃO PELO USO DE DROGAS PSICOESTIMULANTES PARA FINS DE MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO?

Nesse trecho, destacamos três conceitos defendidos por Norbert Elias: a inseparabilidade entre sociedade e indivíduo (interdependência), a figuração e a aplicação dos sentimentos de vergonha e embaraço para a uniformização dos comportamentos e das expectativas.

No que diz respeito ao primeiro conceito, para Elias (2001), na modernidade, os conceitos de “indivíduo” e “sociedade” normalmente são utilizados como se referissem a duas substâncias distintas e estáveis. Da forma que são abordadas, tem-se a fácil impressão de que elas designam objetos tanto separados quanto indiscutivelmente independentes uns dos outros em sua existência, mas, na realidade, designam processos. Trata-se de processos que, de fato, são diferentes, mas, em momento nenhum, são indissociáveis.

Elias (2005) afirma que nunca podemos considerar os indivíduos como sujeitos singulares e isolados, e sim sempre os identificar como seres inseridos em uma configuração. Nesse sentido, cada ser, de alguma forma, é interdependente, e “[...] as configurações podem mudar no decurso de uma vida, tal como uma pessoa muda”. (ELIAS, 2005, p. 139).

O conceito de configuração serve, portanto, de simples instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o indivíduo e a sociedade fossem antagônicos e diferentes. “[...] chama atenção para a interdependência das pessoas”. (ELIAS, 2005, p. 141 – 144).

Assim, ao buscarmos entender as relações de interdependência presentes no uso de drogas psicoestimulantes por alunos universitários, utilizaremos os conceitos eliasianos, que se contrapõem ao modelo sociológico tradicional marcado pela dicotomia indivíduo/sociedade.

De acordo com esse autor:

[...] As sociedades não são nada além de indivíduos conectados entre si; cada indivíduo é dependente de outros, de seu (deles e dele ou dela) amor, de sua língua, de seu conhecimento, de sua identidade, da manutenção da paz e de muitas outras coisas. [...] um conflito entre dois seres humanos, por mais que possa parecer algo único e pessoal, pode ser ao mesmo tempo representativo de uma luta entre diversos estratos sociais, remontando a várias gerações (ELIAS, 2006, p. 70).

Elias se contrapõe à ideia de que indivíduo e sociedade são duas substâncias distintas e estáveis e, por isso, independentes um do outro. Para ele, esses dois objetos designam processos que, apesar de se diferenciarem, são indissociáveis. Sem um, não existe o outro. Em outras palavras, os homens “[...] se desenvolvem nas e pelas relações com outros homens”. (ELIAS, 2001, p. 49).

Para o autor, muitas vezes a luta de cada um pela realização social é orientada para os outros, e a própria satisfação pessoal está dependente do reconhecimento de outro e na verdade é, entre outras, uma das interdependências que unem as pessoas. (ELIAS, 2005, p. 147).

O outro conceito eliasiano que utilizamos, ao abordarmos o papel da pressão social por resultados, é a utilização dos sentimentos de vergonha e embaraço no controle das condutas sociais.

Para Elias os tabus,

[...] nada mais são do que sentimentos ritualizados ou institucionalizados de desagrado, antipatia, repugnância, medo ou vergonha, sentimentos estes que foram socialmente alimentados em condições muito específicas e que são constantemente reproduzidos, não só, mas principalmente, porque se tornaram institucionalmente enraizados em um dado ritual, em dadas formas de conduta. (ELIAS, 1994. p. 133).

Para ele, o controle efetuado por meio de terceiros é convertido, de várias formas, em autocontrole, e as atividades humanas mais brutas são gradativamente eliminadas do palco da vida em comunidade e transformadas em sentimentos de vergonha e embaraço. Além disso, a regulação de toda a vida instintiva e afetiva é feita por um firme autocontrole que se torna, cada vez mais, estável, uniforme e generalizada.

Esse mecanismo acaba padronizando os comportamentos e as expectativas, qualquer manifestação contrária aceita socialmente é transformada em tabu.

Ele reitera sua ideia, quando afirma:

[...] Uma vez que a pressão e coação exercidas por adultos individuais e aliada da pressão e exemplo de todo o mundo em volta, a maioria das crianças, quando crescem, esquece ou reprime relativamente cedo o fato de que seus sentimentos de vergonha e embaraço, de prazer e desagrado, são moldados e obrigados a se conformar a certo padrão de pressão e compulsão externas. (ELIAS, 1994, p. 134).

Nesse sentido, conforme veremos nos relatos dos estudantes que participaram dessa etapa de nossa pesquisa, as expectativas criadas em torno da carreira do discente são convertidas por estes em autocoação e aceitação da necessidade de corresponder às expectativas criadas em torno de seu desempenho.

No que se refere à recorrente medicalização por que passam as sociedades contemporâneas, Collares e Moysés (1994) acreditam que essa representa a pura biologização dos conflitos sociais. Para elas, isso ocorre em virtude do reducionismo biológico, segundo o qual as questões relacionadas à vida e aos destinos individuais, ou até mesmo grupais, poderiam ser decifradas pelas características de cada indivíduo.

Elias (1994) sustenta teoricamente a crítica das duas pesquisadoras, quando afirma que o social é um conjunto de relações em constante desenvolvimento, ou seja, fazem-se e desfazem, constroem-se, destroem-se, podendo, ou não, ser reconstruídas ou rearticuladas. Portanto, para esse teórico, o que define a sociedade são as relações que se estabelecem entre os singulares, as quais estão em eterno processo, por isso se transformam continuamente, individual e, por consequência, coletivamente.

Desconsiderar essas reflexões é o mesmo que afirmar que as questões políticas, históricas e sociais não exercem praticamente nenhuma influência na vida das pessoas. Isso significa dizer, em outras palavras, que o fracasso ou a vitória de cada um são de sua responsabilidade individual e que não há nenhuma interferência institucional. Essa premissa atende muito bem aos interesses mercadológicos e segregadores do modelo capitalista que constitui nossas relações sociais. Sendo assim, a individualidade se sobrepõe à coletividade, em razão do alto valor que se dá à performance na busca pelo reconhecimento social.

Por esse prisma, o contexto atual do espaço universitário poderia levar-nos a refletir em que medida esse ambiente potencialmente hierarquizado contribui para a drogadição do aluno, utilizada como mecanismos de superação da invisibilidade social, ou até mesmo como forma de atenuar os traumas psicológicos decorridos de um ambiente já naturalmente cercado de estresse e pressão social.

A esse respeito, a necessidade de reconhecimento social, durante as entrevistas individuais que realizamos, abordamos, com os universitários que participaram desta etapa, se a pressão de alcançar bons resultados os levou a recorrer ao uso dos medicamentos.

Cabe destacar que, nesta fase da pesquisa, foram selecionados acadêmicos que já tiveram experiência com o consumo de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, com ou sem indicação médica, seja na intenção de melhorar os resultados nos processos avaliativos, seja como mecanismo para suportar a pressão psicológica exercida pelo ambiente acadêmico.

Quando questionados a respeito da pressão por bons resultados, eles concordaram e apresentaram ainda as fontes de pressão que recaem sobre eles: conseguir boas notas, satisfazer expectativas familiares foram algumas das necessidades relatadas por um aluno:

[...] O objetivo é esse, alcançar o melhor resultado possível. Os familiares depositam muita esperança no aluno, com isso tem a pressão de satisfazer as pessoas. Ter uma graduação é uma coisa que nossos pais não tiveram e eles querem que nós filhos tenhamos. (F.C.S.).

[...] Na pressão de tirar uma boa nota, eu me submeti a isso, a tomar o medicamento, para aumentar a concentração e fazer a prova. (J.M.J.).

[...] Quando a gente percebe um déficit de desempenho, a gente começa a entrar em desespero. (D.T.B.).

Esses relatos demonstram como essa estrutura institucional, altamente interdependente e permeada por disputas e sentimentos opressivos, interfere substancialmente na conduta individual de cada elemento dessa figuração.

Quando abordamos a competição que pode existir entre os estudantes, alguns relatos nos chamaram a atenção. Surgiram questões, tais como: os resultados melhores alcançados por outros colegas, a necessidade de terminar o curso no menor tempo possível, a competição por oportunidades. Senão, vejamos: “[...] Você tem que se destacar para continuar indo no curso, as vagas em determinadas disciplinas são definidas por coeficiente de rendimento” (J.M.J.).

Como percebido, a própria cultura institucional estimula a competição entre os alunos, quando se utiliza da premissa da meritocracia para premiar ou oportunizar discentes. Alguns outros relatos corroboram essa premissa:

[...] Por se destacar, você acaba conseguindo outras oportunidades, como estágios, convite pra participar de eventos, uma bolsa, alguma coisa assim. (C.J.C.).

[...] Tudo aqui é por coeficiente de rendimento, você tem prioridade nas vagas, você tem prioridade nos estágios, a prioridade sempre é pra quem tem coeficiente melhor. O que faz até sentido. (A.P.M.).

De fato, para Singer (2001), com o surgimento da proposta do Estado neoliberal, as três principais finalidades da universidade passaram a ser a investigação, o ensino e a prestação de serviços. Nessa proposta, para o autor, o ensino superior passou a atuar como ordenador meritocrático da inserção social.

Influenciados pela distorção capitalista dessa premissa, a da “meritocracia”, os alunos dessas instituições, muitas vezes, se veem enredados nessa dinâmica, assumindo uma postura individualista e competitiva no que concerne às relações que constroem ou às quais estão sujeitos no âmbito universitário.

Nesse contexto em que a individualização e a competitividade permeiam constantemente as relações, cobrança familiar, as disputas com outros colegas e a pressão por resultados são aceitas como parte do cotidiano do universo acadêmico. A esse respeito, para Elias, “[...] batalhas [...] por status e lutas por posição, mais longa ou mais curta, conforme o caso, podem ser encontradas sempre que indivíduos, inicialmente independentes, se reúnem em um grupo, ou grupos menores e maiores”. (ELIAS, 2006, p. 110).

Nesse sentido, a perspectiva de Elias nos parece bastante elucidativa, sobretudo quando afirma:

Atualmente, o círculo de preceitos e normas é traçado com tanta nitidez em volta das pessoas, a censura e pressão da vida social que lhes modela os hábitos são tão fortes, que os jovens têm apenas uma alternativa: submeter-se ao padrão de comportamento exigido pela sociedade, ou ser excluído da vida num “ambiente decente”. (ELIAS, 1990, p. 146).

Ao problematizarmos essa questão, Elias (1990) muito nos ajuda, já que, para ele, toda e qualquer transformação ocorrida na estrutura da personalidade do ser individual (psicogênese) produz uma série de transformações na estrutura social em que esse indivíduo está inserido. Da mesma maneira, as diversas transformações que ocorrem constantemente nas estruturas das sociedades (sociogênese), especialmente nas relações sociais, produzem alterações nas estruturas de personalidades dos seres individuais que as compõem.

Para ele, é no entrelaçamento dos inúmeros interesses e intenções pessoais que emergiu algo que não foi nem pensado nem intencionalmente exercido por qualquer um desses indivíduos, mas surgiu independente de suas intenções e ações. E, para o autor, é aí que se encontra “[...] todo o segredo das configurações sociais, sua dinâmica irresistível, suas regularidades estruturais, o caráter de seu processo e de seu desenvolvimento, e é esse o segredo da sociogênese e da dinâmica das relações”. (Elias, 1999, p. 140).

Nessa perspectiva, para Pasquini (2012), a luta por destaque social tem-se manifestado como um estímulo para o uso de drogas voltadas para o aumento da produção, e esse tipo de consumo atinge níveis cada vez mais crescentes e alarmantes no Brasil e no mundo.

Nesse sentido, acreditamos que os défices de aprendizagem, a falta de interação social, as dificuldades encontradas pelos alunos em atender ao excesso de expectativas sociais criadas em torno do seu desempenho acadêmico, entre outros, podem ser subjetivados por esses alunos e, em seguida, traduzidos em sentimentos de embaraço e vergonha.

A esse respeito, Elias (1999) colabora conosco quando nos mostra que o controle efetuado por intermédio de terceiras pessoas é convertido, de várias formas, em autocontrole e que as atividades humanas não esperadas se tornam paulatinamente inaceitáveis e investidas de sentimento de vergonha.

Então, padrões de comportamento podem, ao longo de gerações, definir linhas de desenvolvimento, e a transgressão desses padrões pode ser elevada ao patamar de embaraço e vergonha, ou seja, um dinamismo social específico desencadeia outro de natureza psicológica (ELIAS, 1990). Enfim, “[...] O sentimento de vergonha é evidentemente uma função social modelada segundo a estrutura social”. (ELIAS, 1990, p. 143).

A moldagem por esses meios, segundo Elias (1990), tem o objetivo de dar caráter automático ao comportamento socialmente esperado, levando o indivíduo a pensar equivocadamente que adotar comportamentos e conceitos padronizados é resultado de sua livre escolha. Um relato que sustenta a tese defendida por Elias: “[...] Não percebo competição, percebo, sim, pessoalmente o aluno querer ser bom”. (F.C.S.).

O aluno não associa a cobrança pessoal por destaque à competição com outro colega, mas acredita que a luta é pela busca dos próprios resultados, ou seja, entende como

sua,essa decisão, quando, na verdade, o que o induz é o modelo de sociedade em que vive, que supervaloriza a *performance* individual como objeto de valorização social.

Nosso teórico colabora muito com essa ideia, quando afirma:

Cada movimento individual, na interação global de processos, reage sobre os outros, quer obstruindo-os, quer reforçando-os: com isso a rede de movimentos e tensões passa a complicar-se pela diferenciação social. Fatores únicos podem ser absolutamente identificados. (ELIAS, 1999, p. 50 – 51).

Assim, acreditamos que, muitas vezes, os impulsos e inclinações socialmente indesejáveis, como o não atendimento pelo aluno das expectativas criadas por sua família em torno do seu desempenho acadêmico, resultados inferiores à de outros colegas, entre outros, podem ser internalizados por esses discentes na forma de embaraço, medo, vergonha ou culpa.

Para Elias (1994), entre os argumentos escolhidos para estabelecer padrões de comportamentos e expectativas, o de que algo é superior porque é usado ou adotado por uma determinada elite, é, sem dúvida, o mais importante. Uma vez estabelecidos esses padrões sociais, com o passar do tempo eles ganham consistência e eficácia, e o não ajustamento a eles pode ser elevado ao padrão de embaraço.

Ele enfatiza:

A expansão do patamar do embaraço talvez se ligue ocasionalmente a experiências mais ou menos indefinidas e, de início, racionalmente inexplicáveis, de como certas doenças são transmitidas ou, mais exatamente, talvez se ligue a medos e preocupações vagas e, por conseguinte, não esclarecidos, que apontam ambigualmente na direção que mais tarde será confirmada pela racionalização. [...] Os fenômenos humanos nada mais são do que concretização de relações e comportamento, materializações da vida social e mental. (ELIAS, 1994, p. 123 – 124).

O fato de uma dada classe, num período ou noutro do desenvolvimento social, instituir o centro de um processo e, desta forma, fornecer modelos para outras classes que sejam difundidos e aceitos por eles já pressupõe uma situação social e uma estrutura especial de sociedade como um todo, em virtude da qual a um grupo é dada prerrogativa de criar modelos e a outro as de difundi-los e assimilá-los. (ELIAS, 1994).

Esta difusão, porém, pressupõe contatos muito específicos e, por conseguinte, uma estrutura bem definida da sociedade. Além do mais, ela certamente não poderia ter ocorrido se não houvessem sido estabelecidas para classes mais amplas, e não apenas para os círculos que criaram o modelo, condições de vida ou, em outras palavras, uma situação social – que tornassem possível e necessária uma transformação gradual das emoções e do comportamento, um avanço no patamar do embaraço. (ELIAS, 1994, p. 124).

Nessa discussão, vale retomar em Elias a noção de vergonha.

Afirma-nos o autor que:

[...] é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. Considerando superficialmente, é um medo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gesto de superioridade de outras pessoas. Mas é uma forma de desagrado ou medo que surge caracteristicamente nas ocasiões em que a pessoa que receia cair em situação de inferioridade não pode evitar esse perigo nem por meios físicos diretos nem por qualquer forma de ataque. É profundamente velada à vista dos outros. (ELIAS, 1999, p. 242).

Nesse sentido e corroborado pelos relatos dos discentes, é possível sugerir que o não atendimento aos padrões de comportamento e de resultados esperados para os alunos universitários atue na forma de embaraço, vergonha ou culpa, os quais exercerão mecanismos de pressão e de coação externa, gerando um sentimento de necessidade de adequação ao padrão exigido.

Nesse cenário, em que o jovem estudante se vê pressionado em dar conta dessas demandas a ele impostas, o uso de substâncias psicoativas pode surgir como alternativa para a melhoria da performance acadêmica e um possível alívio do estresse gerado por tais cobranças.

Ainda em relação à pressão por resultados por que passam os alunos, alguns relatos deixam claro que isso extrapola “os muros” da academia no sentimento dos alunos:

[...] Tem a pressão, eu tenho 25 anos de idade, tem amigo meu que já tá formado, e eu estou parado, estagnado, esperando me formar ainda e vendo que minha vida não aconteceu, meus projetos e sonhos que eu tenho estão aqui retardando, isso tudo é uma pressão muito grande. Quanto mais rápido terminar isso aqui, melhor. (C.J.C.).

[...] A necessidade de terminar o curso no tempo previsto, para ir logo para o mercado de trabalho. (S.T.P.).

Em dois trabalhos realizados sobre o uso de drogas psicoestimulantes por estudantes, tanto Barros (2009) quanto Pasquini (2012) identificaram que o objetivo de garantir inserção social por meio da posição de destaque – e esse objetivo no âmbito universitário – se traduz no alcance de melhores resultados acadêmicos, e foi descrito pelos alunos pesquisados como um dos motivos que poderiam interferir na decisão desses estudantes sobre a adesão ao uso dessas drogas.

Nas sociedades contemporâneas, a individualização e a competitividade que permeiam constantemente as relações (os elementos do culto à *performance*, ao autocontrole, à busca pelo recorde, ao modelo de corpo, à promoção do bem-estar e da saúde, a possibilidade de emoção e prazer, o estilo de vida ativa e o consumo de produtos que proporcionam *status*) estão presentes em todos os espaços. À vista disso, para não perder a imagem de sucesso, faz-se necessário estar sempre em busca de melhorar o que se exhibe, sejam os objetos materiais, o aspecto físico, os conhecimentos, as habilidades de expressão, sejam os movimentos corporais. (SAYÃO, 2015).

Essa questão da busca por *status* por meio da competitividade, apesar de este não ser assumido abertamente por todos os entrevistados, é bastante perceptível nos relatos, quando o tema é abordado:

[...] Se você tem uma facilidade a mais de aprender em um tempo menor, você vai conseguir os resultados esperados, agora se você tem uma dificuldade maior, você não tem capacidade de competir com aquele que aprende uma matéria mais facilmente, você vai ter que arrumar alguma forma de acompanhar ele, aí neste contexto pode entrar o medicamento, se não vai do jeito certo. (C.J.C.).

Nesse sentido em que a individualidade se sobrepõe à coletividade, o objetivo de garantir inserção social por meio da posição de destaque geralmente pode garantir *status*, bem como poder.

O alto valor que se dá à *performance* na construção da identidade individual é um dos fatores que podem estar na gênese da problemática do uso de drogas psicoativas por acadêmicos que, com essa prática, buscam sentir-se incluídos ou até mesmo destacados nas figurações em que estão inseridos.

Ao discutir essa temática, Ortega (2010) nos chama a atenção para o fato de que, nos dias de hoje, a sociedade, sob a égide da competição por espaço no mercado, introduziu, como pauta de horizonte para os comportamentos individuais, um aprimoramento constante e uma necessidade permanente de melhoria de suas capacidades.

Portanto, esse ambiente de cobrança pela melhoria da *performance*, como pré-requisito para a construção da identidade individual e do reconhecimento social, transforma a exigência por bom desempenho em uma necessidade imediata, e isso pode induzir os alunos a adotar comportamentos que, muitas vezes, extrapolam as suas condições físicas e mentais, o que pode levá-los a recorrer ao uso de drogas psicoestimulantes.

Denize Barros realizou, em 2011, um estudo que tinha por objetivo principal identificar as representações sociais de universitários acerca do uso do metilfenidato para o aprimoramento cognitivo. Nesse trabalho, que se utilizou de grupos focais como metodologia de pesquisa, a pressão social por resultados que atendessem às expectativas criadas foi o motivo mais citado que levou os discentes participantes dos grupos a usar o medicamento como estratégia para a melhoria do rendimento acadêmico.

O estudo realizado por Francisco Ortega *et al.* (2010), que tinham por objetivo analisar as produções, as práticas e os discursos presentes no uso do cloridrato de metilfenidato no Brasil, identificou a possibilidade de a prática do aprimoramento cognitivo farmacológico gerar mecanismos sociais coercivos, já que a pressão social por resultados, relatada por esses mesmos alunos, apareceu como a principal justificativa para o uso da droga para fins de melhoramento intelectual. Essa questão foi entendida por quase todos os alunos entrevistados como um problema, pois isso poderia ferir o direito à liberdade de escolha dos indivíduos.

Esse alcance de melhores resultados acadêmicos pressupõe em geral a obtenção e/ou a produção de conhecimento, que, como em qualquer cenário da vida humana, na academia se constituem num elemento para a aquisição de destaque social.

Sobre essa questão, Sampaio e Galian (2016) destacam:

Na perspectiva de Elias, o processo de conhecimento só tem explicação como parte ou dimensão do processo de desenvolvimento, sua direção se faz numa seqüência de níveis – um grau mais simples para outro mais complexo de síntese – e seu crescimento supõe um processo de longa duração. Entende-se, ainda, que é num contexto de interdependência que se desenvolvem a vida em sociedade e, portanto, todas as dimensões da vida humana, incluindo o conhecimento. (SAMPAIO e GALIAN, 2016, p. 143).

No pensamento eliasiano, o conhecimento é uma fonte de poder; porém, segundo Gebara e Lucena (2011), o poder, para Elias, é resultado das relações, não é algo posto passível de ser isolado ou situado, “não se põe na bolsa”; ele se constitui nas relações que estão presentes nas interdependências que se estabelecem no cotidiano social, ou seja: para que o poder se manifeste, é necessária a existência de grupos ou indivíduos interdependentes entre si. Em Elias, o conceito de poder deixa de ser uma substância para se transformar numa relação entre duas ou mais pessoas e objetos naturais; assim, o poder é um atributo dessas relações que se mantêm num equilíbrio sempre instável de forças.

Desse modo, a busca pelo destaque por meio de um desempenho acadêmico acima dos colegas pertencentes à mesma figuração pode traduzir-se em maior margem de poder; no entanto, esse só se concretizará nas relações de interdependência que se constituírem entre os elementos dessa figuração.

Nesse sentido, segundo Elias (1990), em razão das pressões dos demais e do controle social, busca-se comportar-se, adequar-se e até mesmo submeter-se coercivamente de acordo com os padrões de comportamento ou de exigência encontrados, tornando-se necessário para aceitação grupal.

Para Elias (2000), a autoimagem e a autoestima de um indivíduo estão diretamente associadas ao que os demais elementos do grupo pensam dele. Para conquistar a aprovação do grupo, requer do indivíduo obediência e capacidade para atender às normas grupais. Cada membro do grupo deve evitar potentemente o rebaixamento de *status* e a perda de poder, decorrentes de uma eventual reprovação grupal, mediante o não atendimento às exigências estabelecidas.

A seguir, um trecho de uma entrevista em que um dos alunos aborda essa questão:

[...] Não vejo que há a necessidade de ser o melhor, mas sim a de ser tão bom quanto, estar no nível dos outros, porque aqui é o seguinte, a pessoa só é ajudada se ela de alguma forma puder ajudar também, se não ela sai do grupo. (C.J.C.).

Portanto, a necessidade de sentir-se totalmente pertencente ao âmbito universitário se traduz na busca por reconhecimento social. Sobre essa questão, Elias (1999, p. 112) é enfático: “[...] o direito, contudo, de pouco vale quando não se apoia num poder social correspondente”.

Vejam:

[...] As pessoas estudam juntas por afinidade, porém se eu tivesse um coeficiente de rendimento alto, te garanto todo mundo ia querer estudar comigo, mas como eu não tenho. (A.P.M.).

Essa busca por reconhecimento social apareceu recorrentemente nos estudos já publicados acerca do uso de drogas psicoativas por alunos no ensino superior, como objetivo que poderia levar o universitário a essa prática no sentido de alcançá-lo. (ORTEGA, 2010; PASQUINI, 2012; BARROS 2011).

Para esses autores, o reconhecimento social, no âmbito acadêmico, está relacionado tanto ao desejo do aluno de ser igual aos outros, e, portanto, ter o mesmo desempenho que esses, quanto ao objetivo de diferenciar-se (destacar-se) deles. Essa aparente divergência de aspiração decorre do desejo de estar homogeneizado ao grupo, em outras palavras, pertencer ao grupo.

A esse “estar homogeneizado” Elias (2006) chamou de nós-ideal, na passagem em que discutia a opinião pública inglesa no começo do século passado.

Segundo Elias, o nós-ideal:

É algo que alguém, independente da sua nacionalidade, gostaria de ser ou não gostaria de ser, de fazer ou de não fazer; uma exigência que alguém coloca para si e para o outro. Existe como uma espécie de base comum, mais ou menos subentendida, é a imagem de como se deve ser, de como se comportar de uma forma e não de outra. A existência de um nós-ideal é que dá significado a uma nação. Sentimento de pertença. (ELIAS, 2006, p. 119 – 120).

Assim, essa exigência que o indivíduo coloca para si e para o outro como condição para pertencer a um determinado grupo o enreda numa dinâmica de autocoação e de pressão que modela o comportamento e a perspectiva de todos os elementos dessa figuração.

Em nossa tentativa de discutir, nesse trecho, até que ponto a pressão social pelo destaque individual, por meio da melhoria da *performance*, pode, ou não, interferir na drogadição do acadêmico matriculado em um dos cursos superiores oferecidos pelo Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim, esperamos ter colaborado na reflexão do tema, já que, como constatamos, essa prática efetivamente existe e precisa ser problematizada também no campo da educação.

Consideramos importante o debate, pois, para (ELIAS, 1999, p. 204 – 205),

[...] na teia de relações sociais em que vive o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e juventude, que se imprime em sua personalidade em formação, tendo sua contrapartida na relação entre suas instâncias controladoras, o superego e o ego, e os impulsos da libido. O equilíbrio resultante entre essas instâncias controladoras e as pulsões, em grande variedade de níveis, determina como a pessoa se orienta em suas relações com outras, em suma, determina aquilo que chamamos, segundo o gosto, de hábitos, complexos ou estrutura de personalidade.

Ainda nesse contexto de pressão por resultados, tentamos, mesmo que brevemente, problematizar os processos avaliativos por quais passam os estudantes, o papel destes na possibilidade de ganhar destaque e com isso visibilidade social e a drogadição dos

universitários matriculados em um dos cursos oferecidos pelo Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim. Desse modo, debatemos a seguinte questão:

4.2 O MODELO DE AVALIAÇÃO TRADICIONALMENTE UTILIZADO PODE, OU NÃO, INFLUENCIAR NO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS, LÍCITAS OU ILÍCITAS, COM OU SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA, ENTRE OS ACADÊMICOS DO IES CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM?

Acerca do procedimento avaliativo no âmbito escolar, Alves e Rezende (2014) nos revelam que tradicionalmente a avaliação sempre foi realizada por meio de exames e acontecia em momentos separados de aferição, ao se aplicarem provas. O objetivo era classificar e selecionar os melhores alunos, postura decorrente de um autoritarismo por parte do professor que detinha o poder nas mãos. Essa modalidade de pedagogia pressupunha o professor como o detentor do conhecimento e o aluno somente o receptor, sem direito de refletir ou desenvolver críticas. Essa era a função das temidas provas.

Oliveira e Paixão (2003) nos lembram que o professor universitário não é mais o agente transmissor de conhecimento, e sim um mediador no processo de aprendizagem do acadêmico, já que, nessa modalidade de educação, a relação entre professor e aluno é totalmente diferente da estabelecida antes da academia. Nesse sentido, faz-se necessário que o professor utilize instrumentos avaliativos que contribuam tanto para o ensino quanto para a aprendizagem e, uma vez que a avaliação é um processo em função da aprendizagem, pressupõe-se que os objetivos da aprendizagem são os que definem as técnicas avaliativas.

Na instituição onde realizamos nosso estudo, as pressões relativas aos momentos das atividades avaliativas parecem ser muito grandes, visto que, conforme já vimos, a maior parte dos estudantes saudáveis que usam substâncias psicoativas para fins de melhoria do desempenho escolar, o fazem próximo aos momentos de realização de provas e/ou outras atividades avaliativas.

Durante as entrevistas individuais, também foi possível perceber o peso que essas atividades exercem sobre a decisão do estudante sobre o consumo de medicamentos psicoativos, a fim de obterem resultados melhores.

Vejam os relatos:

[...] Na engenharia você passa por muitas disciplinas e todas elas muito pesadas e muito bem cobradas, e sempre vai ter uma ou outra que você não vai ter facilidade; aí, naquela disciplina e em momentos de maior pressão, o aluno recorre ao medicamento. (C.A.B.).

Em um dos relatos, e esse destacamos mais à frente, é possível perceber, com mais clareza, pelo menos na visão desse aluno, que a aplicação dos exames funciona como um processo seletivo, e os processos seletivos, como sabemos, têm a finalidade, na maior parte das vezes, de eliminar, e não de avaliar conhecimento.

Nesse sentido, os processos avaliativos se afastam do que se espera deles, que é o de contribuir na aprendizagem.

As vagas em determinadas disciplinas são definidas por coeficiente de rendimento. Tudo aqui é por coeficiente de rendimento, você tem prioridade nas vagas, você tem prioridade nos estágios, a prioridade sempre é pra quem tem coeficiente melhor. [...] Isso faz com que você tenha que tirar uma nota superior a quem está com você. (A.P.M.).

Esse cenário de busca por resultados para a obtenção de oportunidades de destaque social foi estudado por Elias (2006), para quem, disputas por poder ou por destaque aparecem sempre que indivíduos que, até então, são independentes, se reúnem em único ou em vários grupos.

[...] trata-se de tensões de grupo e conflitos institucionais, ou seja, inerentes à situação de grupo desses homens e causados pelo padrão institucional de suas relações e suas funções, distintas das tensões pessoais primárias e dos conflitos entre pessoas causados, por exemplo, por tendências paranoicas ou sádicas ou, mais comumente, por conflitos internos dos indivíduos. (ELIAS, 2006, p. 110).

Em relação ao ensino tecnológico e profissional no âmbito federal, o MEC, na sua proposta de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica em 2004, afirmou que suas dimensões, quer em termos conceituais, quer em suas práticas, são amplas e complexas, não se restringem, portanto, a uma compreensão linear, que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais. No entanto, a questão fundamental da educação profissional e tecnológica envolve necessariamente o estreito vínculo com o contexto maior da educação, circunscrita aos caminhos históricos percorridos por nossa sociedade.

No entanto, a lógica do mercado se contrapõe a essas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e com isso lança às instituições escolares federais o desafio de formar um trabalhador ético, proativo e contextualizado que seja capaz de compreender o seu papel social e, dessa forma, contribuir para as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias à melhoria da sua realidade.

Nesse sentido, numa análise mesmo que superficial sobre o tema é possível sugerir que, no *Ifescampus* Cachoeiro de Itapemirim, os processos avaliativos aos quais se submetem os alunos dessa instituição só corroboram a égide da individualidade e da competição, premissas valiosas do modelo de sociedade que predomina entre nós, e distancia o universitário cada vez mais do debate que poderia chamá-lo a refletir mais sobre o seu papel nesse contexto social.

Ferretti (2009) nos ajuda quando define que a constituição da sociedade moderna, assentada sobre a produção industrial e sobre a urbanização, implicou a necessidade de generalizar o acesso à escola por duas razões principais: primeiro, pela demanda por conhecimentos por parte da produção industrial nascente; segundo, pela natureza da sociedade fundada no direito positivo, que passara a exigir a generalização do domínio da leitura e da escrita. Nesse sentido, o próprio desenvolvimento histórico da sociedade urbano-industrial passou a exigir a expansão da educação escolar, não apenas em função do processo produtivo, mas também como resposta às demandas relativas ao desenvolvimento de hábitos necessários à vida nas cidades ou, em termos políticos, à formação do cidadão.

Acerca da diversidade que encontramos no âmbito do ensino público superior, é relevante considerar que, no momento atual, em razão de várias ações estatais para democratizar o acesso ao ensino superior, os desníveis provocados por uma educação básica deficitária, questões raciais inerentes à população negra e indígena e aspectos socioeconômicos repercutem no espaço universitário, tornando-o cada vez mais diverso e desigual, sem, de forma nenhuma, ser interdependente.

A esse respeito separamos alguns relatos:

Eu não acredito que tenha uma base igual pra todo mundo que chega aqui. Eu vim de escola particular, porém muita gente vem de escola pública. Eu não acho que, encima disso, seja justo usar o coeficiente de rendimento. [...] Alguns professores têm sensibilidade ao desnível que existe entre os alunos, mas a maioria não. (A.P.M.).

A maioria de nós passa a vida sem perceber o que está por trás dos acontecimentos que presenciamos ou vivemos. Geralmente temos dificuldades de ver as coisas como realmente são.

Nesse sentido, podemos apostar que, de modo geral, mesmo que, na maioria das vezes, isso passe despercebido pela maioria, o modelo de organização social vigente, baseado na lógica da livre competição, e todas as consequências advindas dessa premissa estão por trás do uso de substâncias psicoativas por estudantes que, com isso, visam ajustar-se a esse modelo, não na busca por destaque, mas como forma de atenuar o estresse psicológico gerado pela necessidade que cada um tem de se adequar a esse modelo.

Por isso, como já afirmamos, as ciências da educação precisam discutir o tema, uma vez que praticamente toda a comunidade escolar tem conhecimento da prática. É chegada a hora de debater o problema por outro prisma que não seja o de saúde pública que pode estar presente no próprio uso abusivo de substâncias psicoativas.

Podemos, sem medo de errar, afirmar que o uso de substâncias psicoativas no âmbito da academia constitui um processo social e, assim sendo, precisa ser investigado. Para Elias (1999), a finalidade de pesquisar processos sociais é identificar quais compulsões que os conservam em movimento e lhes dão forma e direção particulares. E, para isso, temos de examinar a rede de relacionamentos humanos e a própria sociedade, pois, sem essa análise, teremos uma visão muito restrita do que investigamos. Em relação aos processos sociais, Elias afirma: “[...] Todos eles apontam para além de si mesmos, para mudanças na estrutura dos relacionamentos humanos que, evidentemente, não foram planejadas por indivíduos e às quais eles ficaram sujeitos, quisessem-no ou não”. (Elias, 1999, p. 38).

Portanto, o fenômeno social referente à drogadição no ensino superior pode ser discutido com base na premissa (estabelecida) de que a realização pessoal está diretamente associada à necessidade de destaque social.

Para Elias (1994), na sociedade de hoje, somos o tempo todo questionados se e como é possível estabelecer uma ordem social em que haja um equilíbrio entre as necessidades e desejos pessoais individuais de um lado e, de outro, a exigência feita a cada um de nós pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social. No entanto, essa harmonia só é alcançada por apenas alguns.

Para ele,

[...] só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito. (ELIAS, 1994, p. 17).

Todavia, nos alerta Elias (1994), o desafio que se apresenta é que, nas ordens sociais que nos apresenta, sempre uma das duas vai levar a pior.

Entre as necessidades e inclinações pessoais e as exigências da vida social, parece haver sempre, nas sociedades que nos são familiares, um conflito considerável, um abismo quase intransponível para a maioria das pessoas implicadas. E parece razoável supor que é aí, nessas discrepâncias de nossa vida, que se devem buscar as razões das discrepâncias correspondentes em nosso pensamento. (Elias, 1994, p. 17).

Uma vez que a nossa estrutura social não permite que para todos haja condições de gozar de uma vida comunitária livre de tensões e perturbações, o nosso modelo privilegia a competição por destaque e esse *status* só é alcançado quando identificamos outros em condições inferiores numa cadeia decrescente no que diz respeito a essa pirâmide social, “[...] a autoimagem e a autoestima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele”. (Elias, 2000, p. 40).

Para Elias (2001), a adaptação das pessoas a atitudes e pensamentos que, em tese, são forçados ou fortalecidos pela dependência de outros contribui fortemente para tornar naturais as tensões e os conflitos. Para ele, num modelo social em que cada manifestação pessoal tem um valor, a busca por destaque e ostentação se constitui numa necessidade que não se consegue evitar. “[...] Trata-se de um instrumento indispensável à auto-afirmação social, especialmente [...] quando todos os participantes estão envolvidos numa batalha ou competição por status e prestígio. (Elias, 2001, p. 83).

Assim,

[...] encontramos um sistema social de normas e valores, cujos mandamentos são obrigatórios para os indivíduos, a não ser quando eles renunciam à convivência em seu círculo de sociedade, à participação em seu grupo social. Tais normas não podem ser esclarecidas a partir de um mistério encerrado no peito de grande número de homens singulares; elas só podem ser esclarecidas em conexão com a figuração específica que os muitos indivíduos formam conjuntamente, e com as interdependências específicas que os ligam uns aos outros. (Elias 2001: p. 85).

Elias (1999) nos lembra que a simples preservação de uma condição social existente exige, numa sociedade baseada na livre competição, uma expansão constante, ou seja, quem não sobe desce. O ganho de um é inevitavelmente a perda de outro.

Cabe ressaltar que o Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim é uma instituição pública que oferta ensino, pesquisa e extensão e não está desconectada dos processos de poder que atravessam as políticas públicas educacionais em nosso país. Como já apontamos, apesar de não ser essa a diretriz idealizada pelo Ministério da Educação, o que predomina na escola (e os resultados de nossa pesquisa não deixam dúvidas) é o fortalecimento baseado em premissas que formam um profissional pouco reflexivo e adequado ao modelo de mercado ao qual estamos predominantemente submetidos.

No que diz respeito a essas forças que tencionam o campo da educação, para Elias (2005), sempre que indivíduos estabelecem uma relação uns com os outros, existirá entre eles uma tendência de medir forças, o que constitui um elemento normal presente em todas as relações. Essas disputas, com o amadurecimento dessas relações, tendem a chegar ao que o autor chama de “[...] equilíbrio de poder, que, de acordo com as circunstâncias sociais e pessoais, poderá ser estável ou instável”. (ELIAS, 2005, p. 80).

Por isso, Elias ressalta:

Vez por outra, podemos observar que os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos interdependentes se pensam a si mesmos (se auto-representam) como humanamente superiores. (Elias, 2000, p. 19).

Nesse sentido, devido, muitas vezes, ao uso brutal e sem escrúpulos de pessoas ou grupo de pessoas com possibilidades relativamente grandes de acesso ao poder, esse equilíbrio tem sido extremamente desigual. Todavia, ressalva o autor, “[...] sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas”. Para ele, o poder não é algo inerente ou de propriedade de um ou mais indivíduos; ele está presente nas relações e em todas as relações humanas. (ELIAS, 2005).

A não ser que medidas compensatórias sejam adotadas, é grande a possibilidade de que um número sempre menor de indivíduos controle um número sempre maior de oportunidades, criando um mecanismo de dependência social que tende sempre a crescer monopolizando, assim, as oportunidades nas mãos de poucos.

Todavia, ressalta Elias:

Quanto mais pessoas são tornadas dependentes pelo mecanismo monopolista, maior se torna o poder do dependente, não apenas individualmas também coletivamente, em relação a um ou mais monopólios. Isso acontece não só por causa do pequeno número dos que galgam a posição monopolista, mas devido a sua própria dependência de cada vez mais dependentes, para preservarem e explorarem o potencial de poder que monopolizaram. Seja uma questão de terra, de soldados ou de dinheiro, sob qualquer forma, quanto mais é acumulado por um indivíduo, menos facilmente pode ele supervisioná-los e mais dependente se torna de seus dependentes. (Elias, 1999, p. 100).

Portanto, mesmo que haja, por parte de quem luta por uma educação superior mais reflexiva e crítica, uma margem de poder menor em relação ao daqueles que pensam uma formação acadêmica mais ajustada ao modelo econômico vigente, há espaço para luta e negociação.

Com base nas reflexões que produzimos em nosso trabalho, esperamos contribuir nesse movimento, que é o que defendemos, “[...] num mundo cada vez mais interdependente, a dominação de um setor da humanidade sobre os outros está fadada a ter um efeito de bumerangue”. (Elias, 2000, p. 34).

Nesse sentido, a produção do debate ideológico no âmbito universitário é salutar, uma vez que, para Elias (1999), é, durante principalmente a sua infância e juventude, que o indivíduo se orienta em relação a outras pessoas; é nessa fase que se determina “[...] aquilo que chamamos, segundo o gosto, de hábitos, complexos ou estrutura de personalidade”. (Elias, 1999, p. 204 – 205).

Uma vez que a instituição em que realizamos nossa pesquisa, em seus documentos oficiais, se propõe a formar profissionais críticos e contextualizados, esperamos que as reflexões que produzimos em nosso texto contribuam para induzir debates internos que culminem, pelo menos, com a socialização dessa premissa, para que, a partir daí, a confirme ou a altere, a depender das forças que estarão presentes nesse debate.

Não queremos, com as discussões produzidas neste texto, fazer qualquer tipo de juízo em relação à qualidade, tampouco ao viés ideológico preponderante na instituição onde realizamos nossa pesquisa, pois nosso debate gira em torno das questões inerentes ao uso de substâncias psicoativas e todas as nuances que atravessam essa temática. Queremos, sim, como já dissemos, produzir um debate que seja do interesse das ciências da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção deste estudo, diferentemente de outros que abordam o tema, focamos a discussão das nuances intra e extraescolares que influem na drogadição do aluno do ensino superior.

Com base no uso de substâncias psicoativas por estudantes do ensino superior que esperam, com isso, obter melhores resultados acadêmicos, buscamos debater as questões sociais e escolares que pudessem interferir positivamente na decisão desses estudantes sobre sua adesão a essa prática.

Nosso campo empírico foi o *Ifescampus* Cachoeiro de Itapemirim, e os participantes foram os alunos matriculados na modalidade presencial em um dos cursos superiores oferecidos pela instituição, a saber: Engenharia de Minas, Sistemas de Informação, licenciatura em Matemática e/ou Engenharia Mecânica.

Para a coleta de dados, utilizamos duas ferramentas: os questionários e as entrevistas. Os primeiros serviram principalmente para traçar o perfil dos acadêmicos da instituição, bem como para identificar o conhecimento e a proporção de discentes que fazem uso de substâncias psicoativas. Responderam aos questionários 207 estudantes que representam mais de 40% do total de alunos matriculados nos cursos superiores ofertados pela instituição.

Das entrevistas participaram sete alunos, dos quais cinco eram do sexo masculino e dois do sexo feminino. Participaram dessa etapa aqueles estudantes que, por alguma razão, já tivessem feito uso de substâncias psicoativas em decorrência de questões acadêmicas. Entre os estudantes entrevistados, havia quem usava substâncias lícitas e ilícitas, quem usava droga psicoestimulante com e sem prescrição médica e também quem utilizava substâncias psicoativas para tratar transtorno de ansiedade adquirido em virtude das tensões vividas no âmbito universitário.

Procuramos debater o tema em duas linhas gerais: as tensões sociais que podem interferir na drogadição de estudantes do ensino superior e as tensões escolares, sejam pedagógicas curriculares, sejam avaliativas, que também atravessam a temática. Apesar de termos organizado o nosso texto nessas duas categorias, procuramos não dissociar uma da outra, já que as duas estão estritamente relacionadas.

Na perspectiva do nosso orientador teórico, Norbert Elias, nenhum acontecimento social é isolado em si mesmo, cada um deles acontece por tensões socialmente provocadas e, por consequência, provoca outras tensões que vão influir em outros eventos, numa cadeia infinita de interdependência.

Nesse contexto, entendemos que o nosso trabalho cumpriu a missão à qual se propôs, uma vez que nossa abordagem buscou discutir o tema numa perspectiva mais abrangente.

Nesse sentido, buscamos:

1. Caracterizar a instituição onde realizamos a pesquisa e,consequentemente, debater sobre aspectos particulares a ela que poderiam tencionar o uso de substâncias psicoativas pelos seus discentes.
2. Proporcionar a participação dos universitários ocorreu de duas formas: uma mais generalizada (questionários) e a outra mais específica e individualizada (entrevistas).
3. Aplicar o questionário de forma presencial, para que, dessem modo, pudéssemos fazer observações que seriam e foram importantes no momento de discutir seus resultados.
4. Discutir, durante as entrevistas, várias questões, escolares ou não, que poderiam estar envolvidas no contexto do tema estudado, ou seja, na decisão do entrevistado pelo uso da substância psicoativa.
5. Não nos restringir a discutir somente a possibilidade de melhoria cognitiva “proporcionada” pelo consumo de substâncias psicoativas, mas também o seu uso para tratar patologias decorrentes do estresse vivido por estudantes da instituição, já que entendemos que,embora não seja essa a intenção, mas indiretamente, tratar esses sofrimentos acaba contribuindo na melhoria da *performance* acadêmica.
6. Abordar também o uso de drogas proibidas por lei, visto que essas substâncias, também por provocarem alterações psíquicas, acabam sendo consumidas por estudantes, na busca pela melhoria dos resultados como mecanismo de fuga para suportar o estresse acadêmico.

Outras questões poderiam ser aqui apontadas, o que demonstraria o caráter abrangente de nosso estudo, porém não as faremos para não tornar a leitura desgastante e repetitiva, já que reiteramos, em vários pontos, durante a escrita deste texto, esse caráter abrangente com que nos desafiamos a proporem nossa pesquisa.

Essa característica do nosso trabalho foi provocada por dois fatores: o primeiro foi a leitura das pesquisas publicadas acerca do tema, todas elas fortemente estatísticas, com pouca contextualização e aprofundamento da discussão; o outro foi a nossa aproximação com os escritos de Norbert Elias, que aborda os fenômenos sociais numa perspectiva incrivelmente abrangente, ou seja, o que nos parecia faltar, quando líamos os textos que abordavam a temática, sobrava quando simultaneamente nos aprofundávamos na leitura do autor que escolhemos para ser o nosso orientador teórico.

Nesse sentido, nesta parte final da escrita de nosso trabalho, entendemos ser necessário fazer alguns apontamentos.

Faltam pesquisas que abordam o tema no campo da educação. Como apontamos todos os docentes do Ifescampus Cachoeiro de Itapemirim com os quais conversamos durante a realização do trabalho reconhecem a prática do uso de substâncias psicoativas em seus alunos, porém não há, no âmbito da instituição, nenhum debate acerca do tema. Portanto, esse fenômeno social cada vez mais presente no universo acadêmico não é problematizado na academia, o que, convenhamos, é de impressionar.

As Instituições de ensino superior, por mais que, muitas vezes, construam instrumentos de gestão que as norteiam pedagogicamente para uma formação mais propedêutica, e esse é o caso do Ifes, na prática o que acontece no âmbito acadêmico é a reprodução do modelo capitalista predominante, baseado nas premissas da individualidade, da competição e de uma pseudo meritocracia.

Durante a pesquisa, foi possível identificar que os estudantes percebem essa lógica baseada na premissa da individualidade e da competição, porém não problematizam a questão, enredam-se nessa dinâmica e a reproduzem “cegamente”. E a academia que, em tese, tem a função de formar um sujeito mais reflexivo faz o inverso: torna o estudante um defensor inconsciente do que ela deveria combater.

Nesse sentido, sem a intenção de generalizarmos, podemos sugerir que a academia tenha contribuído muito pouco na formação de profissionais capazes de refletir e até mesmo participar na transformação de nossa sociedade. Avançar para um modelo de convívio que reduza as iniquidades sociais deveria ser uma missão de todos, em especial da academia, pelo seu papel intelectual; no entanto, o que se vê, na prática, é a

academia fortalecendo o modelo atual, sem sequer contribuir na reflexão do cenário atual.

Esperamos que o esforço que fizemos estimule outros pesquisadores do campo da educação a estudar o fenômeno do uso de substâncias psicoativas por estudantes do ensino superior na mesma perspectiva que o fizemos, para que, ao debaterem as causas dessa prática, produzam, subsidiem e estimulem mudanças nos projetos pedagógicos vigentes e nas práticas educacionais vigentes.

No que concerne às mudanças já mencionadas, achamos importante destacar que são as produções científicas devido ao seu potencial inovador, que, em geral, induzem às mudanças das práticas; não o contrário, ou seja, as novas práticas não são indutoras de produções científicas, mas são essas produções que mudam as práticas.

Nesse sentido, a ausência de produção científica sobre o tema não estimula a problematização do uso de substâncias psicoativas no âmbito da academia, uma vez que não há esse debate, pois os elementos que o causam não são modificados. Como identificamos, os principais fatores associados à prática estão, de alguma forma, interligados às tensões provocadas pelo modelo de sociedade em que vivemos.

Por isso, combatê-lo ou fortalecê-lo vaiou ao encontro das ideias que defendem uma formação profissional mais reflexiva e crítica, ou de encontro ao pensamento de que o jovem deve ser e estar exclusivamente preparado para competir e vencer no mercado de trabalho.

Não pretendemos, com isso, afirmar que descobrimos o único caminho para sustentar esse debate, tampouco que ele não existia antes do nosso trabalho. Contudo, acreditamos que o olhar que demos a nossa pesquisa coloca em campo mais um elemento para contribuir com a discussão.

Neste fechamento, é preciso destacar também que, se não fosse pela minha inserção ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo e principalmente se não fosse por esse pequeno contato com os escritos eliasianos, jamais teria conseguido base teórica para discutir o tema com o viés que propus fazer nessa pesquisa.

Como relatei no início desse texto, buscava aprofundar meus conhecimentos e qualificar o meu debate no que concerne às contradições predominantes no modelo de sociedade em que vivemos. Ademais, diria que discutir a drogadição de estudantes do ensino superior me deu elementos para fazê-lo de forma satisfatória.

Finalizo aqui, com a sensação de dever cumprido e com uma satisfação muito grande pelo trabalho aqui realizado, sem, no entanto, afirmar que os apontamentos que aqui foram feitos sejam definitivos ou absolutos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, B. E. P.; CARNEIRO, E. O. **Drogas psicoestimulantes: uma abordagem toxicológica sobre cocaína e metanfetamina.** Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2012.
- ALVES, J.A.F.; REZENDE, G. S. L. O papel da avaliação durante o processo de ensino - aprendizagem, na perspectiva do professor do ensino superior. **Revista FACISA ONLINE.** Barra do Garças, v. 3, n. 1. p. 13-24, 2014.
- BARROS, D. B. **Aprimoramento cognitivo farmacológico: grupos focais com universitários.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- BENTO, A. Investigação quantitativa e qualitativa: dicotomia ou complementaridade? **Revista JÁ.** Ilha de Madeira, Portugal, n. 64, p. 40-43, 2012.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Lisboa, Portugal: Porto Editora, 1994. p. 15-80.
- BRAGA, L.S *et al.* Diferenças de sexo em uma habilidade cognitiva específica e na produção científica. **Psico-USF, Bragança Paulista,** v. 19, n. 3, p. 477-487, 2014.
- BRANT, L. C.; CARVALHO, T. R. F. Metilfenidato: medicamento gadget da contemporaneidade. **Interface,** Botucatu, v. 16, n. 42, p. 623-636, 2012.
- BRASIL. **Educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio.** Brasília, 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Federal do Espírito Santo. **Plano de desenvolvimento institucional 2014/2019.** Vitória, 2014.
- CARLINI, E. A. *et al.* Drogas psicotrópicas: o que são e como agem. **Revista IMESC.** São Paulo, n. 3. p. 9-35, 2001.
- CARNEIRO, D. F. **Interacionismo e interdependência: uma breve análise das contribuições de Norbert Elias para a história social.** Laboratório de História Econômica e Social. Juiz de Fora, 2005.
- CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **Anfetaminas.** São Paulo. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/anfetaminas_.htm>. Acesso em: 19 maio 2017.
- COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação). **Série Ideias.** São Paulo, n. 23, p. 25 - 31, 1994.

COSTA, R. M. R. **O álcool e seus efeitos no sistema nervoso**. Monografia. Faculdade de Ciências da Saúde. Brasília, 2003.

COSTA JUNIOR, E. R. **A modelação de uma política cooperativa na formação de estudantes surdos no Ensino Superior**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

CRIPPA, J. A. *et al.* Efeitos cerebrais da maconha – resultados dos estudos de neuroimagem. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, n. 27. p. 70-78, 2005.

DELUCIA, R. Farmacologia Integrada : uso racional de medicamentos. **Clube dos Autores**. n. 5 São Paulo, 2014.

DAMIANI, D.; DAMIANI, D.; CASELLA, E. Hiperatividade e déficit de atenção – O tratamento prejudica o crescimento estatural? **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, 2010.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. v. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.

_____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. v. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Escritos & ensaios: estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FERRETTI, C. J. O Pensamento Educacional em Marx e Gramsci e a Concepção de Politécnica. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 105-128, 2009.

FERNANDES, M. A. S. **Conselho Municipal de Educação: figurações, interdependências e políticas de educação especial**. Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2016.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 7-22, 2011.

GAMA, A. S. M.; SECOLI, S. R. Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas – Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, 2017.

GEBARA, A.; LUCENA, R. F. Norbert Elias, poder e cotidiano. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 56-66, 2011.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GÓIS, M. M. A.; AMARAL, J. H. **O uso de drogas lícitas e ilícitas e suas consequências sociais e econômicas**. Belém: UFPA, 2009.
- HAMIDO, G.; AZEVEDO, N. Investigar em educação: reflexões e perspectivas multidisciplinares. **Revista Interseções**. Belo Horizonte, n. 27, p. 1-12, 2013.
- JÚNIOR, A. F. B.; JÚNIOR, N. F. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**. Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.
- LEÃO, A. B. **Norbert Elias & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MARCON, C. *et al.* Uso de anfetaminas e substâncias relacionadas na sociedade contemporânea. **DisciplinarumScientia**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 247-263, 2012.
- MARQUES, A. C. P. R.; *et al.* Abuso e dependência: crack. **Revista Associação Médica Brasileira**. São Paulo, n.58. p. 141-153, 2012.
- MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, 2004.
- MEDEIROS, P. L. G. Aspectos do poder e do cotidiano em Norbert Elias. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 168-181, 2007.
- MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 136-142, 2012.
- MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MUAKAD, I. B. Anfetaminas e drogas derivadas. **Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 108. p. 545-572, 2013.
- NOGUEIRA, C. M. M. *et al.* Promessas e limites: o SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, 2017.
- OLIVEIRA, J. D.; PAIXÃO, P. C. M. **Avaliação no ensino superior: modalidades, funções e instrumentos avaliativos no processo de ensino e aprendizagem**. Maringá, PR: Editora CESUMAR, 2013.
- ORTEGA, F. *et al.* Ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas. **Interface – Comunic. Saúde, Educ.**, Rio de Janeiro, 2009.
- PADUANI, G. F. *et al.* Consumo de álcool e fumo entre os estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 66-74, 2008.

- PASQUINI, N. C. Fármacos para turbinar o cérebro, uso por quem pretende entrar na universidade. **Electronic Journal of Pharmacy**. São Carlos, v. 12, n. 3, p. 36-42, 2015.
- PEDROSA, A. A. S. *et al.* Consumo de álcool entre estudantes universitários. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 1611-1621, 2011.
- PEREIRA, D. S. *et al.* Uso de substâncias psicoativas entre universitários de medicina da Universidade Federal do Espírito Santo. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. Vitória, n. 57. p. 188-195, 2008.
- RANG, H.P. **Farmacologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.
- RAYMUNDO, M.; *et al.* Triexifenidila: caracterização de seu consumo abusivo por um grupo de usuários na cidade de São Paulo. **Revista Psiquiátrica Clínica**. São Paulo, v. 30, n. 6, p. 207-217, 2003.
- SAMPAIO, M. M. F.; GALIAN, C. V. A. Norbert Elias e o conhecimento: contribuições para o debate sobre currículo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.46, n.159, p.132-157, 2016.
- SANTOS, A. A. A. *et al.* A relação entre vida acadêmica e a motivação para aprender em universitários. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v.15. p. 283-290, 2011.
- SAYÃO, M. N. O culto (in)quieto do eu eficaz. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Rio de Janeiro, n. 37, p. 35-41, 2015.
- SHIRAKAWA, D. M.; TEJADA, S. N; MARINHO, C. A. F. Questões atuais no uso indiscriminado do metilfenidato. **Omnia Saúde**. Adamantina, v.9, n. 1, p.46-53, 2012.
- SILVA, M.T.B. *et al.* Álcool e nicotina: mecanismos de dependência. **Revista de Neurociência**. Fortaleza, p. 531-537, 2010.
- SILVEIRA, V. I. *et al.* Uso de psicoestimulantes por acadêmicos de medicina de uma universidade do sul de Minas Gerais. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações**, v. 13, n. 2, p. 186-192, 2015.
- SINGER, P. A universidade no olho do furacão. **Dossiê Educação**, São Paulo, v.15, n.142, p.305-316, 2001.
- TAVARES, M. G. **Expansão do ensino superior no Brasil: a contribuição dos Institutos Federais**. IFC: Rio do Sul, SC, 2013.
- TEIXEIRA, M. A. P. *et al.* Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. Porto Velho, v. 12, n. 1. p.185-202, 2008.
- VILAS BOAS, M. G. C. **Farmacologia**. Centro Universitário Federal EFOA/CEUFE, Alfenas, 2004.

XAVIER, C. A. C. *et al.* Êxtase (MDMA): efeitos farmacológicos e tóxicos, mecanismo de ação e abordagem clínica. **Rev. Psiquiatr. Clím.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 96-103, 2008.

ZIMMERMANN, M. H.; MARTINS, P. L. O. **Grupo Focal na Pesquisa qualitativa: relato de experiência.** In: Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 3; Congresso Ibero Americano sobre Violência nas Escolas (CIAVE), 3. Curitiba, 2008.

APÊNDICE I: PROPOSTA DE ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Pesquisa: O uso de drogas psicoestimulantes por alunos do ensino superior: o que está por trás dessa prática

Mestrando: José Maria Justo

Orientador: Professor doutor Edson Pantaleão – PPGE/UFES

Idade:	Sexo:
Raça:	Cotista: () Sim () Não
Renda <i>per capita</i> familiar:	
Cidade/Estado da residência:	
Curso:	Período:
Já ouviu falar sobre o uso de medicamentos para a melhoria dos resultados escolares? () Sim () Não	
Já fez ou faz uso medicamentos para essa finalidade? () Sim () Não	
Quando usou pela primeira vez? () Antes de entrar na universidade () Depois de entrar na universidade	
Se não usa mais, lembra-se de quando usou pela última vez? () Sim. Em que período letivo? () Não	
Voltaria fazer uso se considerasse necessário? () Sim () Não	
Faz uso com que frequência: () Todos os dias () Entre três e cinco vezes por semana em média () Duas vezes por semana em média () Uma vez por semana em média () Em períodos de provas, apresentações de trabalho e/ou outras avaliações	
Tem indicação médica para o uso do medicamento () Sim () Não	
Sabe qual(is)o(s) nome(s) do(s) medicamento(s) que usa ou já usou? () Sim. Qual ou quais?..... () Não () Não se lembra	
Faz ou já fez uso de alguma outra droga? () Sim. Qual ou Quais? () Não	
Consome bebida alcoólica? () Sim () Não	
Se a resposta for positiva no item anterior, com que frequência? () Diariamente () Só nos finais de semana () Quando está sob estresse	

APÊNDICE II: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisa: O uso de drogas psicoestimulantes por alunos do ensino superior: o que está por trás dessa prática

Mestrando: José Maria Justo

Orientador: Professor doutor Edson Pantaleão – PPGE/UFES

Curso:	
Período:	
Sexo:	Idade:
Cidade/Estado de residência:	
Estado civil:	
Hora de início:	Hora de término:
Data:	

IMPORTANTE:

- Momentos iniciais de ambientação, descontração e apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e da pesquisa como um todo.
- Solicitação de autorização para a gravação da entrevista.
- Informação de que, se autorizada, a entrevista será gravada e, após transcrição, reapresentada ao entrevistado para aceite final.
- Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, informação de que o roteiro é flexível, com os principais tópicos a serem cobertos, podendo ser incluídos novos elementos no decorrer da conversação.

QUESTÕES

- 1) Qual ou quais medicamentos usa?
- 2) Há quanto tempo faz uso e com que frequência?
- 3) Como obteve informação sobre essa prática?
- 4) Que meios utiliza para adquirir o medicamento?
- 5) Quais as razões o induziram a aderir a essa prática?
- 6) Quais informações tem sobre o mecanismo de ação do(s) medicamento(s) utilizado(s)?
- 7) Preocupa-se com efeitos adversos ou dependência neurológica ao uso prolongado do medicamento?

APÊNDICE III: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____, fui informado(a) dos objetivos do estudo O USO DE DROGAS PSICOESTIMULANTES POR ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR: O QUE ESTÁ POR TRÁS DESSA PRÁTICA, de maneira clara e detalhada, e minhas dúvidas a respeito foram todas esclarecidas. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e/ou recusar-me a continuar participando, se assim o desejar. Declaro que concordo em participar deste estudo. Declaro também que recebi uma cópia deste termo e que me foi dada a oportunidade de ler todas as informações e esclarecer as minhas dúvidas. Cachoeiro de Itapemirim, ____ de _____ de 2016. PARTICIPANTE:

Nome: _____

Assinatura: _____